Edson Sêda

a criança

e a

reta razão

Edição Adês

Rio de Janeiro - MMXVIII

*Edson Sêda,*

*Procurador Federal,*

*Membro da Comissão Redatora do*

*Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil.*

*Prêmio Criança e Paz do UNICEF de 1995*

*Consultor sobre Direitos Humanos*

*1a. Edição*

*2018*

*Proíbe-se a reprodução*

*total ou parcial desta obra*

*para fins comerciais,*

*por qualquer meio ou forma eletrônica,*

*mecânica ou xerográfica,*

*sem permissão expressa do autor*

*Lei 9.610 de 19-02-1998*

*Autoriza-se citação fiel com menção da fonte*

***Edição Adês***

*email:* [edsonseda@uol.com.br](mailto:edsonseda@uol.com.br)

[www.edsonseda.com.br](http://www.edsonseda.com.br)

Rio de Janeiro

MMXVIII

# sumário

[1. o critério do discernimento 5](#_Toc531983960)

[2. tutelar o rumo da cidadania 18](#_Toc531983962)

[3. estado não tutela cidadão 36](#_Toc531983964)

[4. sistema de mérito e eficiência 50](#_Toc531983966)

[5. a lei das leis 57](#_Toc531983968)

[6. lei reversa e humanismo 66](#_Toc531983969)

[7. articulação de programas e interface de políticas 78](#_Toc531983971)

[8. razoabilidade e eficiência 88](#_Toc531983972)

[9. regimes de proteção e sócio-educativo 91](#_Toc531983973)

[10. o estado e o cidadão ....*estadista* 98](#_Toc531983974)

[11. a proteção social especial 108](#_Toc531983976)

[12. pronto socorro social 117](#_Toc531983978)

[**12.1.** **a interface com a escola** 121](#_Toc531983979)

[**12.2 a interface com a saúde** 128](#_Toc531983980)

[**12.3. a interface com a segurança** 134](#_Toc531983981)

[13. efeito oranoslob 140](#_Toc531983982)

[14. dimensões da cidadania 148](#_Toc531983983)

[15. ...*maracutaias* versus ....*caneladas* 156](#_Toc531983985)

[16. ...*formular juízos próprios* 171](#_Toc531983987)

[17. adestrar ou educar a criança 180](#_Toc531983989)

***sou o alfa e o ômega,***

***o primeiro e o último,***

***o começo e o fim***

**(Apocalypse, 22,13)**

# o critério do

# discernimento

O ano de 2018 se inicia para o terceiro milênio como sendo aquele em que, pela primeira vez, pessoas nascidas no Século XXI, atingem dezoito anos. Tentaremos aqui uma reflexão sobre o que isso pode significar, nesta época de inquietas transformações.

Estamos na Era ...*da internet das coisas* e do exponencial crescimento das formas ...*de inteligência artificial*. Celulares/sensores/drones adaptam-se, continuamente a novos ...*paradigmas[[1]](#footnote-2)* de funcionamento. Fazem isso ...*construindo um passado* de aprendizagem de si mesmos por ensaio e erro.

Também há um ajuste ininterrupto a novos ...*paradigmas* oficiais, nos hábitos/usos/costumes que ex-crianças e ex-adolescentes, já ...*marmanjos*, ensaiam e erram no trato público do que se convencionou chamar ...*desenvolvimento humano*.

E, claro, tudo começa pela forma como percebemos e como manejamos o processo de ajustar, no Século XXI, o hoje obsoleto critério ...*da idade* (chegar aos 21, muitos querem aos 16 e outros aos 30 anos[[2]](#footnote-3)) para se admitir que um jovem chega ...*à idade da razão*.

Em nossos hábitos, usos, costumes correntes, ao tentarmos flexionar esse mecanismo rígido (chegar, de supetão, a uma idade) para medir ...*capacidade de formar juízos próprios*, tudo parece tender ao critério maleável, plástico, ininterrupto ...*do discernimento*.

Aprenderem, máquinas e humanos, no mundo ...*dos algoritmos[[3]](#footnote-4)*, a formar ...*juízos próprios*. Expressarem-se com graus de liberdade, e discernirem o certo do errado (para atingir certos fins). Distinguirem o que funciona do que não funciona (para obter resultados). Perceberem e opinarem sobre o que deva ser tido como bom ou mau (para a persistência de ...*seu ser*). Manterem ...*o rumo*.

Entre os humanos, fazermos tais coisas segundo ...*o comando* previsto no artigo 12 da Convenção dos Direitos da Criança, promulgada pela desmoralizada ONU no ano de 1989:

*Convenção da ONU de 1989: Artigo 12 - Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e da maturidade da criança.*

Pois não é, caro amigo, que a mídia, neste insólito mês de janeiro (pleno ...*de fake news*), dá conta de que um ex-criança e ex-adolescente, hoje Senador da República, quer punir quem não é adulto, ...*como adulto[[4]](#footnote-5)*. Quer, em cárceres, os jovens que alcançam dezesseis anos. Segundo ele, porque tais adolescentes ...*já sabem o que fazem*. Façamos, pois, nossa reflexão a respeito.

Depois que redigimos nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, divulguei meu ensaio ...*Construir o Passado*, como que antevendo (embora o futuro ...*a Deus pertença)* as 27 novas leis que o alteraram, em 27 anos, num insidioso e muito humano processo de ...*ensaio e erro* legislativo. Quanto ensaio. Quanto erro. E alguns acertos, no século transmudado em outro.

Nessa passagem, como em tudo, a peculiar condição de desenvolvimento nos sugere que as pessoas adquirem autodeterminação aos poucos, por partes. A história da vida, o passado vivido, o estoque de experiências (da espécie, do indivíduo e da sociedade[[5]](#footnote-6)) determinam essa aquisição. Construindo o passado[[6]](#footnote-7).

Numa construção ...*de passado*, o Presidente da República acaba de decretar (a que talvez venha a ser uma ...*primeira*) intervenção federal, na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Dada a gravidade de tal ato governamental, aos que têm paciência para com minhas insistentes e repetitivas reflexões[[7]](#footnote-8) sugiro a leitura de meu ...*A Criança e o Protocolo da Cidadania – versão de* 2018  (<http://www.edsonseda.com.br/acriprocida2018.docx>).

Se achar que vale a pena, leitor, veja agora a reportagem de Gabriela Fujita sobre como são tratados no Brasil os adolescentes ...*punidos* pela Justiça, com medida sócio-educativa de ...*privação de liberdade* ( <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/07/castigos-na-fundacao-casa-tem-surra-tranca-de-uma-semana-e-conivencia.htm> ).

E veja se essa não é a descrição do próprio Sistema Penitenciário ...*adestrador* de sentenciados[[8]](#footnote-9) a clamorosos maus-tratos institucionais, fingindo que é o estabelecimento ...*educacional* mencionado no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

**Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:**

**VI - internação em estabelecimento educacional;**

**Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.**

As duas atitudes oficiais (tanto a intervenção... *militarizada* federal, quanto o adestramento de adolescentes ...*aos maus-tratos* das prisões estaduais) são, obviamente, a materialização do estado de coisas em que vivemos no Brasil de 2018:

Vivemos uma ...*distopia* social, ou seja, estamos numa ausência generalizada de bons hábitos, bons usos, e bons costumes no exercício da cidadania. Um aumento avassalador, pelo povo, da agressividade, da violência e do crime. Um sistema de maus-tratos institucionais a adolescentes presos em cada Estado. E agora, em 2018, a consequente militarização da Segurança Pública, pelas autoridades federais.

Na democrática, livre e variável sociedade desigual, que estamos tentando construir nesse início de Século, temos ao menos três formas de pensar, querer e agir, quanto a esse tema: A da academia, com suposta ou real racionalidade epistêmica. A popular vulgaridade do senso comum. A oportunista demagogia dos políticos profissionais. As três sempre se eriçam quando se surpreendem juntas.

No plano acadêmico, a produção das ciências biológicas e sociais não tem revelado eficiência ao propor o sistema ...*de ajuste educativo* do sentenciado aos valores da cidadania, em substituição ao atual sistema ...*de adestramento* do punido à privação da liberdade. Esse ...*adestrar* no lugar ...*de educar*, tem impedido a realimentação psico-social que melhore a qualidade do senso comum das massas. E estimula a manutenção da demagogia politiqueira.

Vejamos o exemplo mais claro dessa tríplice disjunção:

A lei brasileira – com ética e com pragmatismo - comanda que a privação de liberdade sirva para ...*integração social* do presidiário à cidadania, e isso se faz, não ...*com adestramento* (vício do ...*humano* que oprime), mas necessariamente através ...*da educação* (virtude ...*do espírito* que liberta):

**Lei de Execuções Penais - Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.**

É majoritária, nos meios acadêmicos, a compreensão de que a prisão não educa ninguém. Para alguns, prende-se para ...*intimidar*. Outros preferem que a prisão seja ...*vingança* da sociedade organizada (retribuição do mal ...*com o mal*) contra os malfeitores.

Assim como são majoritárias as convicções do precário senso comum popular em favor do encarceramento e a convicção dos políticos em tergiversar[[9]](#footnote-10), hora para o lado da ciência, hora para o lado vulgar das massas, quando entra em pauta esse tema.

No ano de 2018, estamos com a seguinte configuração legislativa: Nos conchavos politiqueiros para a redação da Constituição de 1988, venceu a corrente ...*que tergiversava* quanto ao que escrever no texto da Lei Maior quando crianças e adolescentes pratiquem atos definidos na lei como crime.

A covardia legislativa de então fez com que se adotasse a solução apontada por um constituinte de Minas Gerais, cujo nome tenho reservado, porque ele mesmo, quanto ao tema, tem se mantido na sombra, em que o texto constitucional se refere não a ...*infração criminal*, mas (diziam que ...*por delicadeza*[[10]](#footnote-11)) refere-se a ...*ato infracional*.

***Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade ...*** [***(Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)***](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm#art2)

***§ 3º - IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;***

***V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;***

Ora, as correntes epistêmicas mais especializadas da época já propunham acabarmos com todos ...*os eufemismos* dos revogados códigos de menores de 1927 e de 1979.

...*Ato infracional* é gênero de várias possíveis infrações que venham a ser cometidas por anciãos, adultos, adolescentes ou crianças. Um ato de qualquer pessoa pode ser infração a regras de etiqueta (uma espécie *...desse gênero*), a costumes ancestrais (outra espécie), a preceitos religiosos (mais outra), a preconceitos viciosos (outra mais...).

A diferença ...*específica* dessa menção é a de que esse § 3º, inciso IV do artigo 227 se refere a infração de caráter ...*criminal*, ou seja, infração através de ato definido, tipificado na lei oficial ...*como crime* (não como etiqueta, como quando o adolescente ...*cospe* no chão, nem como costume, como quando o rapaz diz palavrão, etc.).

O constituinte deixou a definição da ...*espécie* desse gênero de conduta má para a lei tutelar...*específica* (no caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é lei tutelar, não ...*de pessoas*, mas, sim, a que tutela ...*direitos* das pessoas).

E nós, os redatores do Estatuto pusemos ...*precisão* onde o constituinte ...*foi vago*. Instituímos, aí sim, a regra de que, quando a legislação de crianças e adolescentes fala em ...*ato infracional*, está se referindo a “*conduta definida na lei como prática ...de crime* (o delito grande) *ou contravenção* (o delito pequeno)”**:**

***Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.***

Ou seja, refere-se a ...*infração criminal* (expressão que os constituintes, tergiversando, não tiveram a coragem cívica, jurídica, ética, de utilizar).

Os ...*eufemistas* atuais, por acharem que até os dezessete anos, onze meses, vinte e nove dias, vinte e três horas, cinquenta e nove minutos, cinquenta e nove segundos, o ser humano ...*não comete crime[[11]](#footnote-12)* (segundo eles, porque o ser humano, até essa idade, ...*não sabe o que faz*), dizem que aí se trata de uma conduta ...*análoga* a crime.

Mas, note leitor, não é isso que o texto diz. O texto é expresso e claríssimo: Trata-se de conduta descrita ...*como crime* (e não ...*análoga a crime*). Pois a adesão brasileira ao artigo 12 da Convenção da ONU dos Direitos da Criança de 1989 nos faz respeitar ***as consequências*** ...*do discernimento* que se adquire por quem é ...*capaz* de fazer juízos próprios (capaz de distinguir o ...*que é* do que ...*não é*), ...*no tempo.*

Quer dizer, a criança adquire discernimento (passa a distinguir ...*o que é* do que ...*não é*), não ...*de supetão*, quando completa certa idade, mas ao longo do ano a ano, do mês a mês, do dia a dia, do inabordável instante a instante, ao construir ...*seu passado* de desenvolvimentopessoal:

***Convenção da ONU de 1989: Artigo 12 - Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e da maturidade da criança.***

O artigo 228 da Lei Maior, por sua vez, diz que os que têm menos de dezoito anos são ...*penalmente inimputáveis:*

***Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.***

Ou seja, esse artigo 228 trata ...*de penalidades*. Não trata da ...*prática de crimes*. Trata de imputação, de atribuição de medidas ...*punitivas[[12]](#footnote-13)*.

Aos que têm menos de dezoito anos não se pode ...*imputar*, não se pode ...*atribuir* uma pena (a pena é a punição penitenciária), mas, sim, medidas que, embora punitivas por má conduta, sejam socializadoras e de educação, constantes do Estatuto de 1990 a pessoas adolescentes:

**Art. 112. VI - internação em estabelecimento educacional;**

Sendo que, às crianças, garantem-se medidas ...*de proteção*, dentre outras, como as do artigo 101 que não detalho aqui:

***Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.***

Medidas ...*punitivas* a crianças, no Brasil, são privativas do ...*poder familiar*. Não as medidas de caráter ...*sócio-educativo* (estas, sim, são publicamente restritivas de direitos), como as que se impõem aos adolescentes. Mas sim, se for o caso, as exercidas em família, seja por pai e mãe, ou pelos detentores ...*de um dos atributos* desse poder – tutela ou guarda - que são o tutor ou o guardião.

A sequência errática do Poder Legislativo brasileiro nessa matéria tem sido a seguinte: Na lei maior, que se sobrepõe a todas, obviamente, pusemos em 1988 o princípio ...*da brevidad*e*,* o da ...*excepcionalidade*,e o *...do respeito à condição peculiar de desenvolvimento* quando da imposição ...*de privação de liberdade* a crianças e adolescentes.

Em 2010, incluiu ...*os jovens* (os que têm menos de 30 anos, segundo a lei 12.852 de 2013), além das crianças e dos adolescentes, nessa exigência de que ...*também* para eles, os ...*menores* de trinta anos, ...*a privação de liberdade* tem, constitucionalmente, que ser *...breve,* que ter caráter *...excepcional* e respeitar ...*a peculiaridade* de seu desenvolvimento. Assim está na Lei Maior.

Agora, leitor, vêm os legisladores erráticos entre o que pondera ...*a ciência* (ir ...*além* das aparências) e o que pressionam ...*as massas* (impor o ...*senso comum*), e querem, uns, agravar, baixando para ...*dezesseis anos* a punição penitenciária.

Outros, querem agravar aumentando ...*a privação de liberdade* de adolescentes e jovens, contrariando os princípios constitucionais ...*de brevidade*, de ...*excepcionalidade* e de ...*respeito*, constantes do artigo 227 da Constituição:

***Art. 227. É dever ... assegurar: § 3º - V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;***

Esses três princípios (brevidade, excepcionalidade e respeito) representam ...*garantias e direitos individuais*, os quais ...*não podem* ser revogados, nem por emenda constitucional, nos termos do artigo 60, § 4º da Constituição:

**Art. 60. A Constituição poderá ser emendada ...**

**§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:**

**IV - os direitos e garantias individuais.**

Que os ...*cidadãos estadistas* saibam, portanto, que eventual desrespeito desses princípios pelos ...*políticos* do Congresso Nacional ...*pode* ser corrigido de forma ...*difusa* por juízes locais e ...*deve ser* corrigido, de forma ...*concentrada* pelo STF, se a Justiça Oficial for corretamente ...*provocada* em sua jurisdição pela cidadania.

Há mais um detalhe aí. Desde 1940, o Código Penal brasileiro, contém o princípio ...*civilizatório*, que é ...*humanístico*, de que as penalidades aplicáveis pelos juízes aos réus devem ter ...*uma atenuante* para os muito velhos (maiores de 70 anos) e os muito jovens (os menores de 21 anos):

***Código Penal - Circunstâncias atenuantes***

***Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena: (Redação dada pela Lei nº*** [***7.209***](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103279/lei-7209-84)***, de 11.7.1984)***

***I - ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença; (Redação dada pela Lei nº*** [***7.209***](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103279/lei-7209-84)***, de 11.7.1984)***

Pois não é que, sem reação dos setores acadêmicos bem informados, os erráticos senhores de nosso Parlamento querem acabar agora com ...*a atenuante* válida para os que tem ...*menos* de 21 anos?

Diante de nossos olhos, isso está ocorrendo...*na contramão* de ...*um passado* de humanização, passado esse que foi construído, como se diz por aí, ...*a duras penas*, através dos princípios civilizatórios de 1940, de 1988 e de 2010.

Eis então, ao longo dos horrores de nosso processo histórico, o método que contém uma técnica ...*anti-horror*, baseada ...*em princípios* éticos, do sistema ...*de construir o passado*, sistema hoje provado ...*eficiente/eficaz/efetivo*, também para máquinas, como já o havia sido, na ontogênese e na filogenia, ...*para humanos*.

Quanto à intervenção, decretada pela União, executada por militares, na Segurança Pública do Rio de Janeiro, trata-se de uma forma ...*de punição* sobre nós, civis, a cargo da caserna, que impõe ...*restrição* à nossa liberdade de nos governarmos a nós mesmos, nesse mister, por havermos falhado historicamente e, falhando, havermos gerado agressividade, violência e crime, punição oficial essa que tem o dever, também histórico, ...*de ser breve*.

O que ...*é breve*, no tempo, por definição, o máximo que pode fazer é ...*disparar um gatilho* para que se instaure, aí sim, um processo construtor ...*de um passado* *que* *molde* a restauração virtuosa da nossa própria ...*civilidade*. Tais virtudes são as que, mesmo com nosso precário ...*discernimento*, havíamos construído ...*no tempo*, em meio à evolução caótica de nossas instituições.

Deve ela, também ...*no tempo*, contribuir para que nós, civis armados com princípios humanísticos, venhamos a ...*desconstruir* os vícios ...*da barbárie* agressiva, corruptora e violenta de nossas organizações criminosas.

Há vinte e cinco anos escrevi ...*um ensaio* a que denominei ...*A Proteção Integral* (acessível livremente em [www.edsonseda.com.br/aprotegral.doc](http://www.edsonseda.com.br/aprotegral.doc) ) sobre a doutrina que preside o artigo primeiro do Estatuto.

Ali, em onze tópicos (basta localizá-los naquele ensaio pesquisando, ...*em control “L”*, a palavra ...*massas*), discuto a necessidade ...*espiritual* de difundir ...*Direito às massas*. Assim como – no tempo – se deve elevar, com medicina, psicologia, antropologia, ética, o nível ...*do senso comum*, leitor. Procuro me manter fiel ao esforço de três décadas por essa difusão.

Podemos ser pessimistas, otimistas ou realistas. Mas há um ditado popular que diz que ...*ninguém nasce sabendo*. O que é verdade para certos aspectos superficiais (embora aspectos profundos para o egoísmo) da nossa humana convivência.

Mas esse provérbio é falso na telúrica filogênese de sabedoria que nos faz ...*nascer sabendo* persistir ...*em nosso ser*, como parte do ...*fenômeno humano*. Em soturno verso de Augusto dos Anjos[[13]](#footnote-14) (1884-1914) somos ...*nós, filhos do carbono e do amoníaco*. Já o solar Saint-Exupéry[[14]](#footnote-15) (1900-1944) nos faz intuir que só ...*o espírito soprando* sobre essa pegajosa argila pode ...*criar o humano*.

Por sua vez, a humanidade ...*ainda* *não é* aquela única corporação de seres unidos na singularidade ...*do Ponto Ômega* concebido um dia pelo realista Teilhard de Chardin (1881-1955), confrade jesuíta do Papa Francisco.

A Academia não sabe se é melhor a explosão ou o gemido, o choro, a lamúria - dos versos de T.S. Eliot[[15]](#footnote-16) (1888-1965) - para os legisladores e as massas. Daí ser Chardin atual com sua proposta de que tudo caminha para um ...*Ponto Ômega* universal. Ao construir o passado, a redondez da pedra que muito rola se faz ...*lima*, no sentido de limar, polir, desbastar ...*a História*. Desde a infância.

D*iscernimento*, leitor. Já trouxemos para ...*o senso comum* das massas, a simples e essencial idéia (válida para as cosmologias, as biologias, psicologias, economias e para ...*o Direito*) de que o espírito é capaz de orientar crianças sobre como ...*discernir* entre as duas energias que comandam o rolar do ponto ...*alpha* para o ponto ...*ômega*: As forças que por um lado ...*unem*, e de outro, as que ...*separam* a permanência e a mudança universal.

O que ocorre é que, como nos versos de Drummond (1902-1987), nosso poeta maior (a quem negaram o Nobel de literatura), ...”t*eus ombros suportam o mundo/ e ele não pesa mais que a mão de uma criança./ As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios,/ provam apenas que a vida prossegue/ e nem todos se libertaram ainda”[[16]](#footnote-17)...*

# tutelar o rumo

# da cidadania

Não vou, exatamente, dizer agora como surgiu a idéia dos dois Conselhos, o Tutelar e o de Direitos (nem a deturpação de ambos) coisa que farei algures (ninguém mais usa essa palavra, ...*algures*, e resolvi botá-la aqui).

Vou tentar apenas explicar como cada um desses Conselhos é uma peça importante da ...*organização social* brasileira para manter ...*o foco* e seguir ...*o rumo*, em busca ...*do ponto ômega* da cidadania. Com prioridade absoluta para crianças e adolescentes.

Outros ensaios já se esforçaram por explicar que ...*o senso comum* é uma resultante de acumulados saberes históricos, entre os quais o princípio ...*da finalidade*, de que ...*tudo que age, age em busca de um fim*, tornado corrente por Tomás de Aquino (1225-1274), santo e filósofo medieval, conhecido como “*doctor angelicus*”.

Pois bem. Ao escrevermos nossa Constituição de 1988, também ...*resultante* de díspares saberes históricos (donde as agruras em manter seu rumo ao longo do Século XXI), juntamos num foco único a dupla proteção a crianças e adolescentes:

Primeiro, a proteção a ser exercida ...*pelos pais* que os puseram no mundo:

**Constituição - Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.**

Em concomitância, de forma supletiva, se houver ...*necessidade*, a proteção exercida ...*pelo Estado*, através de uma política pública denominada ...*Assistência Social*:

**Constituição - Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar ... e tem por objetivos:**

**I - a proteção à família ...à infância, à adolescência ...;**

**II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;**

**LOAS - Art. 6º - C. § 2º O Creas é a unidade pública ... destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco ... por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

Os pais têm o dever de assistir seus filhos, nas necessidades da vida, através da simplicidade ...*do senso comum*. Sempre sob o nível da sensibilidade e do conhecimento que adquiriram, obviamente, em seu ...*passado moldador*, desbastador, limador.

Daí a necessidade de elevar o nível intelectual dos membros das comunidades e das famílias. A ninguém é exigível fazer as coisas com a experiência alheia. Nem com os valores não incorporados, pessoalmente, em sua experiência de vida.

Já com o Estado, a coisa é diferente. A sociedade moderna (sociedade ...*organizada*) tem, à sua disposição, o conjunto de saberes historicamente organizados, em método, pelas ciências contemporâneas.

É o caso do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), dotado ...*do dever* institucional de agregar, desde logo, o mais avançado e atual conhecimento produzido pela Academia em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Jurisprudência (e afins), à sua ação protetiva para com as necessidades de vida dos indivíduos. E a cidadania tem ...*o direito* de acesso aos meios ...*de controle* sobre as práticas oficiais, para que seja possível ...*a correção de rumo*.

O direito dos pais e dos filhos, por exemplo, ...*é violado* por um órgão do Estado, o Creas, quando este, ...*por ação* ou ...*por omissão* de seus profissionais especializados deixa ...*de assisti-los* em suas necessidades, configurando a hipótese “I” do artigo 98 do Estatuto:

**Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:**

**I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;**

As políticas públicas e dentre elas, o sofisticado Creas - ...*que agem em busca dos fins sociais* - se desviam, perdem o rumo, quando não querem ou não sabem caminhar do ponto inicial ...*alpha* para o ponto final ...*ômega* de seu foco institucional.

É aí que se inserem os dois Conselhos previstos na legislação brasileira, o de Direitos e seu irmão gêmeo, o Tutelar, para ...*a tutela da cidadania*, pelos próprios cidadãos (e não pela burocracia), como vamos tentar explicar a seguir.

Mas, afinal, temos testemunhado o quê, ao longo dos 5.570 municípios brasileiros deste nosso imenso território?

Os atos ...*de assistir* os filhos pelos pais, e os de assistir pais e filhos, em suas ...*necessidades*, pelo Centro Especializado, têm falhado miseravelmente (na família e na comunidade). Basta olhar, ouvir, tocar e cheirar ao redor desta ...*distopia* historicamente construída, que aí está, para constatarmos nossas deficiências.

Organizações criminosas como, dentre outras, as milícias, o tráfico, o corporativismo, a corrupção de costumes, impõem a ...*lei do cão[[17]](#footnote-18)* ao histórico ...*passado moldador*, o qual acaba por tornar-se fonte de maus hábitos, maus usos, e maus costumes, na formação infantil/juvenil.

No mundo acadêmico, o espírito sai à procura ...*da lógica*, ou seja, vai em busca do uso ...*da reta razão* no âmbito do conhecimento humano. Querem-se explicações, neste início de milênio, para duas forças ...*naturais* extremas que se opõem, uma ...*unindo*, e outra ...*separando*.

Para os cosmólogos, tal mistério parece estar, hoje em dia, na matéria escura ...*que une*, e na energia escura ...*que separa*. Já os humanistas se debatem na dialética social entre a força que une sob a forma de ...*autoridade*, e a que separa ao fazer emergir ...*a liberdade*.

Qual a dose adequada, conveniente, para o equilíbrio entre o exercício da força da autoridade em família e na comunidade, e o desfrute da força da liberdade também em família e na comunidade, em busca ...*do ponto ômega* da cidadania infantil/juvenil? Quais fatores têm sido decisivos para que ...*a lei do cão* persista em prevalecer sobre ...*a lei da ética*, na deficiente construção moderna da cidadania?

A lei ...*do cão* é a lei da maldade, do cano da arma que fere e mata, popularmente dita lei ...*do diabo*. A lei ...*da ética* é a lei da honestidade, do respeito, da solidariedade social.

A primeira (farta ao nosso redor) ...*separa* indivíduos e grupos dos princípios ...*do bem comum* para ...*uni-los* no egoísmo, na malandragem, na agressividade, no desrespeito, na violência do crime ...*e do terror*.

A segunda ...*une* as pessoas em torno ...*da cidadania* que é ...*ética* exatamente porque busca o equilíbrio do sadio exercício tanto da autoridade que une quanto da liberdade que separa os bem-intencionados. Portanto, leitor, quando lhe chamam ...*de legalista* se você tenta argumentar com ...*a lei da ética* (que une o povo em torno de nossa Lei Maior), mostre que também eles são legalistas.

São os legalistas ...*da lei do cão*, a que comanda desleixo, desarmonia, malandragem, indisciplina, corporativismo, esperteza, aparelhamento do Estado por interesses grupais. A Humanidade é endógena e redondamente ...*legalista*, para o bem, ou para o mal.

A Humanidade, ano a ano, dia a dia, instante a instante, parece mesmo construir, de dentro para fora, com ensaio e erro, seu passado de redondez ...*normativa*, rolando, limando, desbastando para o ponto ômega de seu destino. E nós, claudicantes na ontogênese de nosso ser, parecemos seguir com ela, nela e por ela.

Em todo caso, a Humanidade é a única ...*corporação* possível, a partir da infância, que congrega todos os homens, sem exceção. Daí nosso rigor nos princípios de nossa Lei Maior, como este, do artigo quarto:

**Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:**

**I - independência nacional; III - autodeterminação dos povos; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade ...**

E quando todos os países do mundo em 1989, com exceção dos EUA, firmaram uma ...*Convenção* na ONU, para ...*a efetividade* dos direitos da criança, ficou clara a precedência brasileira de 1988, nesse terreno, como já mencionado no início deste ensaio. Fomos pioneiros.

No Brasil, quando da elaboração daquela Constituição em 1988, a Lei vigente, ...*o Código de Menores*, previa que diante de ...*falhas* na proteção aos filhos, quem estava ...*em situação irregular* não eram os adultos faltosos da família e dos órgãos oficiais omissos de forma danosa. Não. Eram a própria criança e o próprio adolescente que oficialmente passavam a ser ...*menores em situação irregular*.

Hoje, abolida a lei oficial ...*do menorismo*, para que não impere ...*a lei* do corporativismo, nem ...*a lei* da autocracia, quem se encontra ...*em situação irregular* não são mais os filhos. São, eventualmente (cada caso é um caso), pai ou mãe culpáveis por abuso ou omissão em seu dever ...*de assistir* os próprios filhos (art.229 da Lei Maior):

**Constituição - Art. 229. Os pais têm o dever de assistir ... os filhos menores...**

Ou, supletivamente (suprindo o que os pais não podem ou não querem fazer), estará ...*em situação irregular*, o adulto (repetindo com ênfase, ...***o adulto*)** que, ...*na hora* da necessidade (de manhã, de tarde, de noite, de madrugada) *haja falhado*, na política pública de Assistência Social, em cumprir o seu dever constitucional (art. 203, I e II da Lei Maior) de dar ...*proteção* a filhos e pais ...*em estado de necessidade*:

**Constituição - Art. 203. A assistência social ... a quem dela necessitar ... tem por objetivos: I - a proteção à família ...à infância, à adolescência ...; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;**

**LOAS - Art. 6º - C. § 2º O Creas é a unidade pública ... destinada à prestação de serviços ... que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

Na jurisprudência brasileira ...*de modernização*, pais e filhos têm, portanto, ...***o direito*** de serem ...*assistidos* na hora ...*da necessidade*.

E essa ...*assistência* oficial, deve ser feita através de um órgão altamente capacitado para ...*intervenções* especiais, com profissionais ...*concursados*, especialistas em serviço social, psicologia, pedagogia, ...*jurisprudência*, e disciplinas afins, denominado CREAS.

Tal serviço academicamente especializado deve evitar, obviamente, ...*o senso comum* das massas, para ter padrão de excelência. E para sair do precário ponto ...*alpha* e alcançar a eficácia de seu ...*ponto* ô*mega* operacional.

Além de manter ...*interface* com as demais políticas públicas (assim exige a Lei da ética, para evitarmos ...*a lei* do oportunismo vulgar) e articular outros serviços assistenciais:

**LOAS – Art. 6 “C”,**

**§ 3º Os Cras e os Creas são unidades públicas ...que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam ... serviços ... da assistência social.**

É aqui que entram os dois Conselhos, cujas funções vou tentar explicar, a seguir, cuidadosamente, porque tem havido enorme interesse dos adeptos ...*da lei* da conveniência e da indisciplina em ...*confundir* as funções dos Conselhos para impor corporativismo, burocracia e prevalência de interesses grupais e pessoais.

Se queremos a modernidade, o conhecimento especializado em serviço social/psicologia/pedagogia/jurisprudência, que produzimos no supostamente sofisticado mundo da Academia, deve ser reunido num Centro de excelência rotulado como CREAS (exigente mundo da legislação oficial). Mesmo ou ...*principalmente*, nos mais modestos municípios.

Isso, para que haja ...*efetividade/eficiência*/*eficácia* na proteção social a pais e filhos (mundo das massas) na hipótese ...*de necessidades sociais* não supríveis por recursos materiais e imateriais das próprias famílias.

Mas tem sido profundo o descompasso entre a sofrível percepção das massas de um lado, o exigente comando legislativo para a organização do Centro Especializado (Creas) de outro, e a incapacidade operativa local, que deve permear o controle ...*da eficiência* dos serviços para ...*assistir* socialmente os que não podem ...*assistir* a si mesmos, na vida privada.

Quando da elaboração do Estatuto de 1990, foi concebida a instituição de um ...*órgão de controle* para a garantia ...*da eficiência* dessa dupla ...*assistência* aos filhos na família (artigo 229) e na comunidade (artigo 203, I da Lei Maior).

Tal órgão ...*de controle*, não órgão ...*de execução* de política, seria ...*um Conselho* composto paritariamente entre delegados ...*do governo de turno* (auto-controle), e delegados ...*das organizações representativas* (controle externo) da população. Prestar muita atenção agora, leitor, para os detalhes da bipartição desse Conselhão em dois, o de Direitos e o Tutelar.

Historicamente, até então, a burocracia, quando fazia ...*auto-controle*, (o que nem sempre ocorria), controlava-se a si mesma de forma autocrática, sem prestar contas (os pedantes dizem ...*sem accountability...*).

Com a Constituição de 1988, surge o conceito de controle externo da burocracia ...*pela cidadania*, em termos democráticos, o que exige elevar ...*o nível de conhecimento* do senso comum em aspectos de psicologia, pedagogia, economia, jurisprudência, ...*serviço social*.

Dois seriam os âmbitos ...*do controle externo*, pela população. Em primeiro lugar, o âmbito ...*dos direitos* (obviamente também ...*dos* deveres) *difusos*, com oferta de serviços ...*de assistência a necessitados* difusamente distribuídos no meio social (os não-necessitados, por definição, suprem as próprias necessidades).

Tais seriam os programas de orientação e apoio a famílias e à comunidade, de apoio sócio-educativo, de colocação familiar, de acolhimento (abrigo). São os incisos I a IV do artigo 90 do Estatuto. Somem-se a estes os programas ...*sócio-educativos* de execução da sentença punitiva aplicada por juízes a adolescentes (incisos V a VIII do artigo 90)

Em segundo lugar, o âmbito ...*dos direitos individuais,* que é, no caso, o âmbito em que ...*se assiste* se dá ...*assistência* individual (artigo 203, I da Lei Maior, a lei ...da ética, da ...*solidariedade* social) a cada criança, adolescente, pai ou mãe que, no caso, apresentam necessidade ...*não assistida* na própria família (falha no comando do artigo 229 da mesma ...*Lei Maior*)

Quando estávamos nesse ponto da discussão para criar ...*o controle externo* na garantia ...*dos direitos* (e obviamente ...*dos deveres)* de crianças e adolescentes, tornou-se clara a dificuldade de um só Conselho exercer as duas funções:

1. ***Controlar eficácia de direitos ...****difusos*, ***através da inscrição, da autorização, do monitoramento de programas de garantia de direitos, disponíveis, difusamente, ...a todos*** (função que passou a ser atribuída ao ...*Conselho de Direitos, par a par, por delegados ...****do governo de turno*** *em diálogo com delegados de ...****organizações representativas*** *da população)****.***
2. ***Controlar a eficácia de direitos ...****individuais****, mediante o atendimento de pessoa a pessoa que se sentisse ameaçada ou violada em seus próprios direitos*** (função atribuída ...*ao Conselho Tutelar, composto por altos especialistas selecionados, de tempos em tempos, em ...****concurso público****, previsto no artigo 37, II da Lei Maior e denominado ...****processo de escolha*** *pelos artigos 132 e 139 do Estatuto)****.***

O Conselho Tutelar ...*fiscaliza* as entidades que executam ...*proteção* e ...*sentenças* sócio-educativas (art. 95 do Estatuto):

**Art. 95. As entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.**

Fiscalizadas, leitor, sob ...*o dever* de ...*atestar* (administrativamente) a qualidade dos serviços dessas entidades (promotor atesta porque ....*investiga* e juiz porque ...*julga*), para que o Conselho de Direitos ...*renove ou não* o registro da eficiência das entidades e inscrição dos programas:

**Art. 90 - § 3o Os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada 2 (dois) anos, constituindo-se critérios para renovação da autorização de funcionamento:**

**II - a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Infância e da Juventude;** [**(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2)

Qual a razão pela qual, em 2018, vinte e oito anos depois de 1990, há juízes, promotores e policiais que querem o Conselho executando programas? E que ...*negam* função ...*de controle* ao Conselho Tutelar, controle esse previsto na letra e no espírito da Lei Oficial, contra ...*a lei* do corporativismo, dos interesses grupais, do imediatismo burocrático?

Por que ...*insistem* em que o Conselho Tutelar execute funções que a Lei Oficial prevê expressamente como funções ...*da assistência social?*

Não acredito que não queiram, eles, um controle saudável exercido sobre ...*a burocracia*, pela ...*cidadania*. Por que, pois? Seria uma questão ideológica? Desobediência civil? Ou seria a doutrina ...*do menorismo* que insiste em ter, nos conselheiros, meros ...*comissários de menores*, como no tempo da ditadura?

Na esteira do que faz a esfera do corporativismo jurisprudencial (delegado/promotor/juiz), a assistência social ...*corporativista* passa, igualmente, a querer o conselho tutelar como ...*seu serviçal*.

E tornam-se letras mortas as aqui citadas regras dos artigos 95 e 90, § 3º. Como tem dito um Ministro do STF, ...*tempos estranhos*, não, leitor? Há muita gente querendo, de novo, ...*a ditadura*.

E os pobres conselheiros (não, também, sem dose de corporativismo burocrático deles próprios) vivem o calvário de não conseguirem ser os agentes públicos previstos na doutrina ...*da proteção integral*, através dos quais ...*a cidadania* deve impor eficiência, disciplina, cumprimento ...*da lei do Estado*, que é ...*lei da ética*, contra os malefícios ...*da lei do cão*.

Há trinta anos, quando da promulgação da Constituição de 1988, tive ...*a intenção* de levar ...*Direito às massas*.

Vou agora, aqui, outra vez, resumir o elenco de malefícios que ...*a burocracia* geraquando, nos municípios, os dois Conselhos de participação ...*da cidadania* - o de Direitos e o Tutelar – falham, no controle dos direitos ...*difusos* e dos direitos ...*individuais*.

Com palavras simples ...*do senso comum*, vou explicar os princípios, as regras, os comandos ...*da lei da ética* (presentes em artigos da legislação oficial brasileira).

Queremos todos que os objetivos mais altos do conhecimento acadêmico (o saber de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, administradores, juristas e profissionais afins) trabalhem, no dia a dia, hora a hora, instante a instante (...*no momento*, pois, da necessidade), de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, por aquilo que se possa chamar ...*de* *bem comum*.

A atividade-fim da proteção cidadã (em busca ...*do ponto ômega* – que os eruditos denominam ...*teleologia* - caso a caso) é de uma simplicidade exemplar (não tem lero-lero, conversa mole, papo furado):

***Pais devem assistir os filhos com ...assistência familiar. Estado deve assistir filhos e pais necessitados com ...assistência social. Proteção ...integral da parte (família) e do todo (sociedade ...organizada), no ambiente em que se vive (município).***

Neste imenso país, com oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, a História já mostrara, quando da elaboração constitucional de 1988, ser inadequado, ineficiente e inexequível, ...*o controle* dessa dupla proteção (em família e em comunidade), se exercida ...*de forma centralizada* no governo federal.

A ditadura 1964-1985 (com Lba, Funabem e comissários ...*de menores*) havia tentado isso ...*e fracassou*. Através ...*da Lei Maior*, em 1988, mandamos, portanto, que a assistência aos filhos e a assistência a pais e filhos necessitados fossem feitas de forma ...*descentralizada*. Atenção: Descentralizada, com decisão local, e não meramente ...*desconcentrada*, com mando federal e obediência municipal.

Não esqueçamos que União, Estado e Município são três ...*entes* federativos autônomos e harmonizados entre si pela ...*ética* da Lei Maior. Nenhum deles tem o poder de mandar nos outros com ou sem burocracia.

**Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.**

Tomemos o gravíssimo crime ...*de maus-tratos*, punível com escalonada e complexa sanção penitenciária (que não vou detalhar aqui para não complicar) é assim descrito (assim ...*tipificado*, dizem os sábios) no artigo 136 do Código Penal:

***Código Penal: Maus-tratos - Art. 136 - Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:***

***Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa. § 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de um a quatro anos. § 2º - Se resulta a morte: Pena - reclusão, de quatro a doze anos. § 3º - Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos.(Incluído pela*** [***Lei nº 8.069,***](http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8069.htm) ***de 1990)*.**

Tratando idoso como idoso, adulto como adulto, adolescente como adolescente e criança como criança, a denúncia da prática desse crime ...*de maus-tratos*, num dos 5.570 municípios brasileiros, segundo o artigo 144 da Lei Maior, deve ser feita ...*e apurada* em inquérito criminal instaurado pelo delegado de polícia local.

E a vítima, seja ela idosa, adulta, adolescente, ou criança, deve ser ...*protegida* pela Assistência Social local segundo o artigo 203, I da mesma Lei Maior.

É portanto ...*irracional* (fere a ...*reta razão*), a denúncia que seja encaminhada do município para a longínqua capital federal, pois tanto a apuração de autoria do delito de maus-tratos, quanto a assistência à vítima, e ...*o controle* da eficiência, só poderão ser exercidos se Brasília ...*devolver ao município* a notícia do mal praticado para que, localmente, três serviços sejam executados:

1. **Proteger a vítima, através (não de conselho tutelar, mas) da óbvia política pública ...*de Assistência Social* prevista no artigo 203, I constitucional:**

***Art. 203, I - A assistência social ... a quem dela necessitar ... tem por objetivos: I - a proteção à família ...à infância, à adolescência ...***

1. **Perseguir o vitimador através (não de conselho tutelar, mas) da igualmente óbvia política ...*de Segurança Pública* com mando também constitucional do artigo 144 da Lei Maior:**

***Art. 144. § 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ..., as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, ...***

1. **Controlar (*agora, sim, através de* conselho tutelar) para que polícia e assistência cumpram os princípios ...*da ética* e garantam a eficácia, com mando igualmente constitucional do artigo 204, I da Lei Maior:**

***Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas ... com ... I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal ...***

***Estatuto – Art.136, III, “a”: Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: III - promover a execução de suas decisões[[18]](#footnote-19), podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;***

Nessa hipótese da prática de maus-tratos, a burocracia de Brasília tem induzido o povo a fazer comunicação do crime ao Governo Federal, através ...*do Disque 100*, para que burocratas devolvam o problema ao município, e este adote as providências oficiais para enfrentar o problema.

Aí, então, ergue-se ...*na distopia* brasileira um formidável atentado ...*à reta razão*: Numa sequência de besteiras institucionais, anda ocorrendo o impensável para a correta punição aos culpados e adequada proteção às vítimas, num sistema que queira ser racional ...*e justo*.

Ter um ...*disque 100* é ótimo. Não saber, através dele, onde estão ...*o ponto alpha*, nem o ...*ponto ômega* do problema é péssimo. O eliótico resultado, ou é ...*uma explosão* (um ...*bang*) ou uma lamúria, um gemido, um lamento (...*um whimper*).

Prestar muita atenção aos detalhes desta minha descrição do que comanda ...*a lei da ética*, em busca ...*da efetividade* dos direitos e deveres que são, exatamente, ...*o ponto ômega* da questão (o ponto ...*alpha* é a maldade, o descuido, a displicência, o dolo):

Na lei da ética, da honestidade, do respeito, do bom-trato entre os humanos, é ...*direito civil* do cidadão ...*tutelar* o Estado. E, não o contrário, ser ...*o cidadão* submetido à tutela autocrática de agentes estatais hobbesianos[[19]](#footnote-20). Pois bem, no afã de ...*levar Direito às massas* (não me proponho a acusar, nem denunciar ninguém, nem aqui nem alhures) tenho constatado situações como a seguinte:

Casos do crime ...*de maus-tratos* praticados contra adultos, têm sido enviados ...*pelo Disque 100* à Polícia e à Assistência Social, para instauração do correto ...*inquérito policial*, com rigoroso respeito aos ...*direitos civis* dos suspeitos, e ...*a proteção assistencial* devida pelo CREAS aos vitimados, como previsto na Lei Maior e na Lei Orgânica da Assistência Social.

Entretanto, quando as vítimas são crianças, os burocratas do Disque 100, de Brasília, enviam ...*denúncias* desse crime, não à polícia (para investigar), não à Assistência Social (para proteger), como comanda a Lei Maior mas, sim, ...*ao Conselho Tutelar,* cujos conselheiros, de alguns municípios (violando ...*direitos* civis e aterrorizando com inquisição de Leviatã Hobbesiano) intimam ...*os acusados* (botemos exclamação aqui, leitor !!!!) a irem ao burocrático Conselho e a se explicarem porque estão sendo ...*acusados* da prática criminosa.

E o Conselho de alguns municípios, nessa hipótese do Disque 100, e na hipótese em que lhe fazem ...*denúncias anônimas* passa (...*tempos estranhos*, leitor, no dizer de Ministro do STF) ...*a investigar* fatos, a ...*interrogar* pessoas, a ...*vistoriar* residências e a ...*vasculhar* a vida das famílias. Quem faz isso, se é que o faz, faria do Conselho Tutelar ...*um Tribunal de Exceção*, tribunal esse ...*proibido* pelo artigo 5º, XXXVII da Constituição:

**XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;**

Para não esticar muito o assunto, vejam: A primeira coisa que (como eventual órgão ...coordenador federal, no terreno dos Direitos Humanos, nos termos do artigo 204, I da Constituição) ...*o disque 100* deve fazer, se for o caso, é deixar claro para a população que denúncias, comunicações, notícias de violações de direitos humanos ou do crime ...*de maus-tratos* (como comanda o artigo 204, I, de nossa Lei Maior) devem ser feitas ...*localmente*, e não enviadas para a longínqua Brasília. ...*Descentralizar* é um mando ...*constitucional*:

**Constituição - Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas ... e organizadas com base nas seguintes diretrizes:**

**I - descentralização político-administrativa ...**

Deixar claro que, se ...*o ponto ômega* for a proteção – ou seja, se for a ...*assistência* ao vitimado idoso, adulto, adolescente ou criança, sem exceção - a notícia deve ser dada ...*ao Creas*, para que, “ex-officio” (por iniciativa própria), este promova através de seu corpo de agentes especializados ou através de programa por ele, Creas, articulado, as corretas ...*intervenções* previstas no artigo 6 “c”, § 2º e 3º da LOAS.

O Estatuto, em seu artigo 90, I, II, III e IV, comanda ...*quatro* regimes ...*de proteção* entre os quais se distribuem essas ...*intervenções*:

**LOAS – Art. 6 “C”, § 3º Os ... Creas são unidades públicas ...que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam ... serviços ... da assistência social.**

**Estatuto - Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela ... execução de programas de proteção ... destinados a crianças e adolescentes, em regime de: I - orientação e apoio sócio-familiar; II - apoio sócio-educativo em meio aberto; III - colocação familiar; IV - acolhimento institucional;**

Deixar claro que - seja a vítima um idoso, adulto, ***adolescente*** ou uma ***criança*** - se ...*o ponto ômega* da questão for a persecução *do vitimador*, a notícia do crime deve ser dada ...à *delegacia da polícia*, onde deve ser instaurado o correto ...*inquérito policial* pelo Delegado, sob o rito da mais rigorosa garantia ...*dos direitos civis* do suspeito.

E o suspeito deve ser tratado ...*como suspeito*, como comanda o artigo quinto, LVII da Lei Maior. Não ...*como culpado*. Não pode ser obrigado a ir ...*à força* perante um burocrata para ser ...*tutelado*. Tem direito a um formal inquérito oficial. Com ampla defesa.

Deixar claro, também, que o artigo 13 do Estatuto é claríssimo, em relação ao Conselho que ...*fiscaliza* entidades de atendimento (artigo 95), não fiscaliza ...*cidadãos*, pois estes devem ser respeitados em seu direito ...*de não serem fiscalizados* por órgãos do Estado Leviatã.

Portanto, e tenho (em seminários e em ensaios) procurado explicar isso às massas desde 1990, qualquer comunicação (o conceito legal é esse: ... *comunicação*) do crime ...*de maus-tratos* ao Conselho Tutelar (fiscal ...*de entidades*, não ...*de pessoas*) deve ser feita, se for o caso, ...*sem prejudicar* as duas providências legais que são:

***1. Comunicar o crime ...****de maus-tratos* ***ao Creas, ou a programa ...articulado pelo Creas, para ...intervir com assistência aos vitimados.***

***2. Comunicar ...****o crime* ***de maus-tratos à delegacia para instauração de inquérito, com garantia de direitos civis (ampla defesa).***

Sob o princípio da ...*descentralização* político-administrativa, constante do artigo 204, I da Constituição, cada município deve organizar ...*seu protocolo* do que o § 3º do artigo 6 “c” da LOAS denomina ...*interface* entre o Creas e a Polícia, e do que a mesma LOAS classifica como ...*articulação* entre o Creas e outros programas da Assistência Social local ou de outros municípios:

**Art. 13. Os casos de ... maus-tratos contra criança ou adolescente serão ... comunicados ao Conselho Tutelar ... sem prejuízo de outras providências legais.**

Nos locais em que não se adotam essas ...***outras providências*,** e que não criam ...*tal protocolo* de ***interface/articulação***, os pais, familiares e professores, sem garantia de seus ...*direitos civis* – como o de defesa em inquérito formal sob ritos precisos - vivem ...*apavorados* com ...*denúncias anônimas* e ilegais convocações às barras ...*do tribunal de exceção*.

Eles, que já vivem, em muitos municípios esse ...*terror* de apavoramento sem defesa perante o tráfico, as milícias e as organizações criminosas. Há evidente retroalimentação entre tais opressões hobbesianas (se verdadeiras), o corporativismo oficial (que existe), e a criminalidade organizada (que é incontestável).

Falta explicar agora, e isso será feito em seguida, como ...*as Entidades de Atendimento* se intrometem no Conselho de Direitos, usurpando funções ...*das Organizações Representativas* para impor seus interesses, contra interesses ...*do bem comum*.

E quais são as hipóteses, em busca ...*do bem comum*, que o Creas, com suas ...*intervenções* (intervenções mencionadas no art. 6 “c” da LOAS), e o Conselho Tutelar (sob o comando do art. 95 do Estatuto), ...*fiscalizando* as ...*entidades de atendimento*, agem ...”*ex-officio*”. Ou agem, ...*provocadas* em sua jurisdição administrativa.

Explicar tudo isso é indispensável para que se possa dizer que estamos ...*difundindo Direito* às massas. Todos nós, sem exceção, somos comandados ...*por leis* advindas de dentro ou de fora de nós mesmos (através ...*da autoridade*, ou através ... *da liberdade* que exercemos), leis essas que ...*unem ou separam* pessoas, seja no bem, no mal, na disciplina, na indisciplina, no respeito, ou no desrespeito humano. A Humanidade ...*é legalista*.

Mas só a lei oficialmente instituída é considerada ...*Direito* *Oficial* nas modernas sociedades ...*organizadas*. Queremos ser uma dessas sociedades. E só ele, Direito Oficial, constituído por um conjunto de direitos e de deveres (conjunto de faculdades e de mútuas obrigações das pessoas) pode comandar a forma como devem funcionar os órgãos oficiais, em busca ...*do bem comum*.

Sabemos, até aqui, que a ...*lei oficial* brasileira diz, desde 1988 (...*Lei Maior*) que cabe à Assistência Social e nesta, desde 2011, a LOAS comanda que cabe ...*ao Creas*, promover ...*intervenção* nas hipóteses de ...*situação de risco* por ...*violação de direitos*.

Então, leitor, que comandos ...*exógenos* (que vêm de fora) ou ...*endógenos* (que vêm de dentro) fazem com que alguns especialistas formados na Academia, para agirem ...*além das aparências* do senso comum que, eventualmente, sejam delegados, promotores, juízes, todos eventualmente imitados por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, médicos, venham a querer que conselheiros tutelares promovam tal ...*intervenção*?

Com a mais elevada consideração devida a tão respeitáveis personalidades, vamos tentar explicar, agora, num esforço por ...*difusão do Direito*, nos termos da harmônica Lei ...*do Direito* (e não da lei ...*da desarmonia* social) como o Creas age ...*por provocação* dos cidadãos, ou age ...ex officio”, em suas intervenções.

E vamos igualmente tentar explicar como, também ...*provocado* ou “*ex officio*” (ou seja, por iniciativa própria), em que hipóteses - previstas ...*na Lei Oficial -* age o Conselho Tutelar para, harmonicamente, ...*fiscalizar* as ...*entidades de atendimento*.

# estado não

# tutela cidadão

Vivemos, neste início do terceiro milênio da era cristã, o que os sábios e a mídia têm como ...*era antropozoica*, aquela em que o fenômeno humano produz intensíssimas transformações na crosta geológica dos continentes.

A interferência humana vai deixando sua marca nas camadas de sedimentos que contam a fugaz história (que muitos, em nossa pequenez, percebem como longa história) do planeta.

Isso, para alguns. Para outros, o conhecimento reverso que a ciência nos faculta, pode permitir à Humanidade usar a própria capacidade ...*do espírito* em estender a compreensão ...*das leis* universais. Explicarei, em seguida, o que é ...*conhecimento reverso*.

A caminho ...*do ponto ômega* segundo Chardin, para alguns, ou até mesmo a caminho da explosão ou da lamúria, segundo outros, tal conhecimento das leis universais, podem induzir corretas ...*leis* humanas que permitam à sociedade organizada em Estado tutelar ...*o Estado* que ela, sociedade, organiza.

As leis humanas têm tudo para serem consideradas, em si mesmas, como ...*um caso particular* das generalíssimas leis universais, na doutrina ...*de proteção integral*, a doutrina que prega a proteção concomitante ...*das partes,* assim como ...*do todo* social, no âmbito de ..*um todo* mais amplo, ...*o ambiente* em que se vive.

Proteção, ...*dos filhos* na família (art. 229) e deles mesmos, filhos, como ...*crianças e adolescentes* no todo social (art. 203, I da Lei Maior) das cidades e dos campos, com (horrível palavra...) ...*sustentabilidade*.

Sob a efetividade de boas leis, podemos evitar coisas inaceitáveis (através do Creas e dos Conselhos de controle social), como é o caso da perniciosa burocracia oficial que faz controles sociais com danos para as pessoas, ao ...*tutelar* o mundo da cidadania.

É a sociedade que tutela o Estado, e não o contrário. Se ocorre ...*o contrário* é porque as coisas, como diz o povo, estão ...*de ponta cabeça*.

Na infelicidade de um mundo repetitivo, pleonástico e redundante no erro, temos que ser repetitivos, redundantes e pleonásticos na tentativa do acerto. O Brasil escolheu ...*descentralizar* o esforço por sua organização social, no Século XXI, em busca ...*do bem comum*, depois da trágica experiência da ditadura de 21 anos do Século XX.

Aqui estamos, pois, para mostrar como a política pública deve atender às necessidades materiais e imateriais de seus filhos, indo além das aparências ...*do senso comum*, com os saberes que ...*o conhecimento reverso* reúne, na Academia, ao formar assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, juristas e demais saberes que ...*o espírito* pode produzir.

A Assistência Social de cada um dos 5.570 municípios do enorme território brasileiro, desde 2.011, tem o dever previsto na Lei 12.435 de reunir num Centro Especializado denominado CREAS, os profissionais ...*que promovam as intervenções* necessárias – na hora da necessidade, seja manhã, tarde, noite, madrugada - para ...*assistir* filhos e pais socialmente necessitados. O conceito ...*de intervenção* está no artigo 6 “c” § 2º da LOAS, como aqui já mostrado.

Cada profissional aprende, na academia, a dominar ...*o conhecimento* de sua especialidade (em serviço social, psicologia, pedagogia, jurisprudência, administração, entre outros), de forma ...*reversa*, para produzir técnicas ...*de intervenção* eficaz em busca ...*dos fins* sociais do ...*bem comum*.

Claro que há malfeitores que se ocupam do mesmo saber, ...*para o mal comum*, como a imposição ...*do hard* delinquencial da corrupção no aparelho de Estado, de milícias, do tráfico, dos bandos armados, em favelas, invasões e cortiços, sob ...*um soft* tempero assistencial, à moda deles.

Toda intervenção humana, para o bem e para o mal, que se mostra eficaz, tem como base lei ou leis de um nicho da natureza. Estimulados, na porção do ambiente em que vivem, os seres vivos ...*tendem a reagir* com comandos inatos de seu ser, desde criancinhas.

A ciência ...*tende* a extrair, dos fatos, o conhecimento humano *...das leis* que (unindo, ou separando) mudam ou mantém circunstâncias do Universo. Ao contrário, o conhecimento reverso tende ...*a impor* leis ao mundo dos fatos para mudar ou manter (separando ou unindo) circunstâncias humanas.

Há gente não muito boa ...*a impor* a lei ...*do mais forte*, a lei ...*do mais esperto*, a lei ...*do manda quem pode*, a lei ...*do mais poderoso*. Os que anseiam ...*pela justiça* podem, entretanto, sob certas condições, manejar a lei ...*da honestidade*, a lei ...*do respeito ao próximo*, a lei ...*da solidariedade* ética ...*entre iguais*.

Mas há ...*indiferentes*, para os quais tanto faz uma coisa ou outra, na manutenção do ...*estado de coisas* (eruditos preferem dizer manutenção ...*do status quo*, pedantes se satisfazem em falar ...*do establishment*), ao seu redor.

Malfeitores, benfeitores e indiferentes operam num mundo (num ...*Universo*) normativo ...*multipolar*, fazendo com que ...*os cidadãos estadistas* passem a perceber a fragmentação secular, milenar, talvez infinita, das leis que regem tudo que permanece ou muda ...*em seu ser*, sendo ...*a lei oficial* apenas uma dessas leis.

Com o conhecimento dos nichos, dos estímulos e das tendências à reação, técnicas de psicologia, serviço social, pedagogia, jurisprudência, administração, entre outras, fundadas na essência desse modo natural de ser, são utilizadas para produzir certas reações humanas de indivíduos e grupos no âmbito de políticas públicas.

Ou, então, para produzir outras reações, no âmbito das organizações criminosas. O ...*senso comum* tende, assim, a produzir a mesmice do bem ou do mal. A ...*reta razão*, por sua vez, pode agravar o que é destrutivo, quando especialistas se tornam serviçais do mal maior. Ou pode recuperar a essência do humano, se a serviço ...*do bem comum*.

O mundo ...*do Direito* é conjunto ...*de intervenções* que só alcançam a meta ...*do bem comum* se os ...*cidadãos estadistas* (os que trazem a sociedade organizada ...*em Estado* no íntimo de seu ser) ...*se harmonizam*, entre si, na distribuição das forças que os unem e os separam no ambiente em que vivem.

É assim que hoje, quatro de maio, a Band News, em matéria jornalística sobre o aqui citado ...*Disque 100*, mostra em imagens uma situação específica, cuja repórter diz como ...”*o Conselho Tutelar* conversa com a família, para ...*decidir o destino* da criança abrigada (acolhida)”.

Lembra-se, leitor, do ...*tribunal de exceção* proibido pelo artigo quinto, XXXVII da Constituição, há pouco aqui mencionado? Quem decide o destino da criança abrigada (acolhida), ...*no Direito* brasileiro, é exclusivamente ...*o Juiz da Infância*, jamais um eventual Conselho ou ...*tribunal de exceção*. Veja a regra:

**Estatuto – Art. 93.  As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.**

Comunicação ao juiz, diz a lei oficial, não ao Conselho. É ao juiz oficial (tecnicamente ...*sub judice*), através de ritos também oficiais, que cabe garantir ...*direitos civis* dos envolvidos ...*ao julgar* a questão. Não a um ...*tribunal de exceção*.

E – muita atenção - quem mantém todos os programas ...*de proteção*, aí incluído o em regime ...*de acolhimento*, é a Assistência Social e, nunca, o Conselho Tutelar, pois este ...*é o fiscal* das ...*entidades* que mantém e executam os programas previstos ...*na Lei*.

Tenho tido a felicidade de viver num país notável, o Brasil, numa época em que, apesar de tudo, se aprende a ...*elevar* o senso comum ao nível ...*da reta razão*. E a dizer coisas complicadas, com simplicidade, como faz o sábio brasileiro, Millor Fernandes (1923-2012) quando nos disse que ...*livre pensar* consiste ...*em só pensar*.

Daí o esforço de difundir ...*Direito* às massas. Vou, portanto, detalhar agora como essas coisas vêm ocorrendo, sistematicamente, ...*ao arrepio* (como dizem os juristas) da nossa ...*Lei* oficial.

Com simplicidade, quando elaboramos a Constituição de 1988 (art. 24, XV), criamos o comando de que cabe à União (e não a cada Estado, e não a cada município), fazer leis, no Congresso Nacional com as ...*normas gerais*.

E criamos o comando de que cabe à União ...*coordenar*, não a execução ...*de programas*, mas a aplicação dessas normas gerais (art. 204, I), para a ...*proteção* de filhos cujos pais não tenham recursos materiais e ou imateriais que os protejam (art. 203).

Isso cabe à União, além do comando para, ...*de forma descentralizada*, cada Município (com evidente apoio de cada Estado) executar e coordenar, aí sim, ...*os programas* que atendem aos direitos em jogo, ...*nessa proteção* aos necessitados.

Por que, então, neste país imenso com 5.570 municípios, um burocrático “Disque 100” ...*federal*?

Em outro ensaio já procuramos mostrar que, numa sociedade ...*desigual* como a nossa, os cidadãos têm direitos que podem ...*ser percebidos* ou não, pelos detentores desses direitos. O direito ...*à assistência social* é um direito sagrado, digamos, de natureza constitucional, clarissimamente exposto no artigo 203, I da Lei Maior.

Os que têm consciência desse direito ...*provocam* (ou devem ser orientados ...*a provocar*, se for o caso), não o Conselho Tutelar, mas, sim, o CREAS, ou os serviços articulados pelo CREAS para serem oficialmente assistidos. Assim diz o artigo 6 “c” da LOAS.

Provocar quer dizer ir lá expor seus problemas, queixar, mover, ...*como cidadão-estadista*, a máquina ...*de proteção integral* à cidadania. Daí o esforço por ...*difundir Direito* às massas.

Os que ...*não percebem* seu ...*direito à assistência social* - na hora ...*da necessidade*, de manhã, de tarde, de noite, de madrugada – devem ser assistidos por ...*intervenções* especializadas (de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados comunitários e afins do CREAS ou de serviço pelo CREAS articulado).

Esse é o comando do artigo 6 “c” § 2º e 3º da LOAS e do artigo 90, I a IV do Estatuto. Por que, então, um Disque-100 ...*federal*?

Um pequeno resumo até aqui (a explicação vai continuar):

* ***Os que ...****têm consciência* ***de seus direitos, ...****provocam* ***a ação oficial para desencadear ...***a assistência ***que lhes é devida pelo município.***
* ***Os que ...***não têm essa consciência***, devem receber ...***assistência oficial***, através ...***de intervenção ***especial executada ...por profissional competente do CREAS ou serviço articulado municipal. Então, por que um Disque-100 ...***federal***?***

Na primeira hipótese, diz-se que o CREAS é ...*provocado* em sua jurisdição administrativa para ...*assistir* o necessitado, nos termos da Lei. Na segunda, diz-se que o CREAS (§ 2º), ou serviço pelo CREAS articulado (§3º) intervém (olha aí, o conceito ...*de intervenção*) ...*ex officio*, por iniciativa própria (artigo 6 “c” da LOAS).

Por que, então, um Disque-100 ...*federal*, se queremos ...*a reta razão* presidindo o ponto ômega de nossa organização social?

Na vida privada, particular de cada um, livre pensar ...*é só pensar*. Como se formam convicções e se estruturam ...*as vontades* nesse ...*livre pensar*?

Convicções e vontades se formam sob princípios, normas, leis, comandos endógenos ou exógenos (os que vêm ...*de dentro*, ou os que vêm ...*de fora*), estes ...*os de fora*, transformáveis ...*em endógenos* na ...*via crítica* do próprio sujeito.

Mas, nas sociedades que se querem justas, ...*organizadas em Estado*, prevalece ...*a vontade da Lei* oficial (não a de ...*cada indivíduo*), vontade ...*oficial* necessariamente transformável ...*em endógena*, para que os fortes, os ricos, os influentes, com suas convicções e vontades ...*pessoais* não trucidem, humilhem, submetam socialmente os fracos, os pobres, os humildes.

No vértice de nossa hierarquia de leis lógicas e harmônicas, construídas com base ...*na reta razão* (art. 37 de nossa Lei Maior), para a ação, inclusive dos agentes públicos ...*que assistem* os necessitados, estão os princípios de impessoalidade, legalidade, publicidade, moralidade e eficiência:

**Constituição - Art. 37. A administração pública ... de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência ...** [**(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm#art37)

Neste país com oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, com a absurda ...*centralização* do Disque-100, o desprezo de tais princípios faz com que, no último ano, cento e cinquenta mil casos de violações de direitos hajam sido levados como problema a Brasília, em vez de equacionados e resolvidos pela Assistência Social em cada um de nossos 5.570 municípios.

E Brasília não tem como equacionar, nem resolver, nem tem como ter assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, administradores, juristas e afins, que possam fazer ...*a intervenção* prevista na Lei Oficial, no local e ...*na hora* da necessidade (de manhã, tarde, noite, madrugada)*, para ...assistir* pais e filhos como a LOAS comanda que o Creas faça.

Na proteção a crianças e adolescentes, o formato atual ...*do Disque-100* é um despropósito, sem ...*a reta razão* de profissionais locais especializados, escolhidos por meritocrático ...*concurso público* no âmbito da política assistencial local:

**Constituição Federal – Art. 37, II - a investidura em cargo ... público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos ... ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em l ei de livre nomeação e exoneração;**

É através de concurso público que se selecionam os mais graduados, os melhores, os mais bem informados, para a ação oficial. E, não, os mais espertos, os conchavados, corporativistas e politiqueiros, como agentes ...*da proteção integral* prevista no artigo primeiro do Estatuto e no artigo 23 da LOAS:

**Estatuto - Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.**

**LOAS – Art. 23 - § 2º Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros:**

**I - às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na** [**Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente**](http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8069.htm)**);**

**II - às pessoas que vivem em situação de rua.**

Claro que há um problema sério com os concursados que depois de se aboletarem em cargos públicos se tornam também ...*corporativistas* empedernidos. Mas o desenvolvimento de um senso de solidariedade ética, através de correta formação ...*de recursos humanos* para o desenvolvimento, pode pôr as coisas no devido lugar...

Já vimos aqui, como o Creas atua ...*por provocação* da cidadania, e quando age “*ex-officio*” (por iniciativa própria) o faz promovendo ...*a intervenção* oficial a que se refere o artigo 6 “c” § 2º da LOAS. Vejamos, agora, essas duas hipóteses no caso do Conselho Tutelar.

Sendo um órgão ...*municipal* de controle externo da garantia de direitos de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar recebe ...*da Lei Oficial*, como previsto no artigo 95 do Estatuto, a atribuição oficial ...*de fiscalizar* as entidades referidas no artigo 90.

Nesse sentido, ...*ao fiscalizar* entidades, o Conselho Tutelar opera, por iniciativa própria, quer dizer, atua “*ex-officio*” pois, ao menos a cada ...*dois anos*, deve ...*atestar* a qualidade dos serviços prestados pelas ...*entidades de atendimento*.

Esse ...*atestado* destina-se a dar ...*elementos de convicção* ao outro Conselho, o que opera no âmbito ...*dos direitos difusos*, o Conselho Municipal dos Direitos, para que renove ou não renove ...*o registro* (o registro é uma ...*autorização de funcionamento*) das entidades que executam programas ...*inscritos* em regime ...*de proteção* e em regime ...*sócio-educativo*.

A maioria dos municípios que não contam com esse ...*controle externo* do Conselho Tutelar apresentam péssima qualidade dos serviços prestados pelas entidades ...*de proteção* e pelas entidades ...*sócio-educativas*. Há uma extensa penca de comandos, normas, regras a reger essa complexa matéria.

Uma delas é a de que, além dessa atuação ...*ex officio*, por iniciativa própria, o Conselho Tutelar também age, em certas situações, somente quando ...*é provocado* por particulares.

Expressamente, essa ...*provocação* é prevista no artigo 136, I e II, sob o comando de que, nas hipóteses do artigo 98 e 105, ...*filhos* sejam ...*atendidos* pelo Conselho Tutelar e pais sejam atendidos ...*e aconselhados* pelo Conselho:

**Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:**

**I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;**

**II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;**

**Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:**

**I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;**

**II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;**

**III - em razão de sua conduta.**

O comando mais geral para a existência e a dinâmica do Conselho Tutelar está no topo da hierarquia das leis oficiais brasileiras, que é a Constituição Federal que, em seu artigo 204, trata ...*do controle* das ações para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes (art. 227, § 7º) e Assistência Social (art. 203):

**Constituição - Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão ... organizadas com base nas seguintes diretrizes:**

**II – Participação da população, por meio de organizações representativas (...*da população*) ... no controle das ações em todos os níveis.**

**Art. 227. § 7º - No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se- á em consideração o disposto no art. 204.**

Considerando também a exigência constitucional de que cargos públicos (o cargo de conselheiro, por exemplo, é público), que não sejam ...*de confiança* devam ser providos através ...*do concurso público* (art. 37, II da Lei Maior) aqui já mencionado.

Concurso, leitor, que selecione candidatos apresentados por ...*organizações representativas* da população, para que o princípio geral da Lei Maior seja respeitado. Trataremos disso mais à frente, quando vou repetir o que já disse nos idos de 1991 a respeito.

O Estatuto da Criança e do Adolescente comanda que ...*esse controle* será feito em dois Conselhos: O de Direitos, no que se refere aos ...*direitos difusos*, e o Tutelar, quanto à efetividade ...*dos direitos individuais*, sob ...*o zêlo* do Conselho Tutelar:

**Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.**

O Conselho Tutelar ...*zela* pelo cumprimento dos direitos em dois âmbitos, como estamos aqui explicando. Por iniciativa própria (ou seja, ...*ex officio*), quando, nos termos do artigo 95, ...*fiscaliza* as entidades de proteção e sócio-educativas mencionadas no artigo 90. E ...*caso a caso*, quando é ...*provocado* por filhos e pais (art. 136, I e II). Entretanto, mais geral que tudo, nessa matéria, é ...*o princípio* constitucional ...*da proteção integral* de que pais ...*assistem* os próprios filhos em suas necessidades contingenciais, e a política pública ...*de Assistência Social*, por sua vez, ...*assiste* filhos, e também os pais, quando estes, os pais, não reúnem, por alguma razão física, mental ou social, condições de assistir os próprios filhos.

Estou detalhando para que haja absoluta ...*clareza* nessa sequência hierarquizada de procedimentos.

Temos, pois, que filhos procuram ser atendidos pelo Conselho Tutelar, nas hipóteses em que seus direitos sejam violados nas três hipóteses do artigo 98, sendo essencial o direito (do inciso “I” do art. 98) que os filhos têm, quando as outras duas hipóteses (incisos “II” e “III”) ocorrerem, de serem assistidos pelo Estado ...*através da Assistência Social* (por ação ...*oficial* de assistente social, psicólogo, pedagogo, advogado, administrador e afins).

Portanto sendo ...*fiscal* das entidades que executam ...*assistência social*, nos termos do artigo 101 (sob comando do mesmo artigo 136), o que o Conselho fará, ...*zelando* por direitos, é ...*aplicar medida* (aplicar medida quer dizer ...*determinar*) que a Assistência Social cumpra seu dever constitucional ...*de assistir* o necessitado que não tem como ser ...*assistido* pelos próprios pais.

Pois ...*é direito* fundamental de filhos e pais, serem ...*assistidos* pela Assistência Social. E o Conselho Tutelar ...*zela* por esse direito. E ...*determina* que ele seja ...*efetivado*.

Por sua vez, ...*os pais* podem também procurar serem ...*atendidos* pelo Conselho Tutelar, ...*caso a caso*, nunca ...*ex officio*, ou seja, nunca com ...*intervenção* de iniciativa própria do Conselho contra a vontade dos pais, pois ...*é direito* dos pais não serem tutelados pelo Estado.

É evidente que o artigo 136, II do Estatuto comanda que o Conselho ...*atenda* o que os pais pedem, desejam, solicitam, em função de direitos ameaçados ou violados de seus filhos, e que o Conselho Tutelar fará tudo para que ...*a Assistência Social* promova ...*as intervenções* previstas no artigo 6 “c”, § 2º da LOAS e que o Conselho Tutelar ...*aconselhe* os pais a se valerem de seu direito ...*a essa assistência oficial*, se for o caso.

Se os pais praticarem atos prejudiciais aos filhos, respondem por isso ...*na Justiça* e, nunca, perante o Conselho Tutelar. Se a prática danosa for definida na lei ...*como crime* dos pais contra os filhos, nos termos do artigo 144 da Constituição, os pais respondem ...*a inquérito* instaurado formalmente pelo delegado de polícia:

***Art. 144. § 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ..., as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, ...***

Os pais nunca devem ser submetidos a inquisição, a mando arbitrário de burocratas, em razão de condutas que pratiquem, pois eles gozam ...*dos direitos civis* que consistem em serem respeitados em sua dignidade por todos os serviços oficiais do Estado.

Portanto, repensar ...*o disque 100* com tecnologias da informática, da internet, da inteligência artificial que aprende continuamente com o próprio passado - e que os pedantes apelidam ...*de pós-moderna* - é indispensável.

Denúncias, comunicações, avisos de que há desrespeito a direitos humanos e de que há o crime ...*de maus* tratos contra crianças e adolescentes devem mover, ...*imediatamente*, a polícia de cada Comarca no encalço dos vitimadores. E a assistência social de cada Município com ...*intervenção* em favor dos vitimados anciãos, adultos, adolescentes ou crianças. Como comanda ...*a Lei*.

Nossa Lei exige que tais comunicações, denúncias e avisos à polícia e à assistência oficial sejam imediatamente comunicados - pelos meios mais modernos - ao Conselho Tutelar para que este ...*controle* a eficiência das garantias de direitos, ...*e fiscalize* as entidades de atendimento que deles se ocupem.

Nada impede, obviamente, que tais comunicações, denúncias e avisos sejam consultados, em tempo real, à distância, pelos burocratas federais, via eletrônica, internet, informática. Mas sem jamais fazer do Conselho Tutelar municipal um órgão ...*inquisidor*, em pleno Século XXI.

As práticas atuais, violando as leis oficiais, tratam os casos de violação de direitos humanos de anciãos e adultos de uma forma, e os casos de violação de direitos de crianças e adolescentes, de outra forma, com o Conselho Tutelar funcionando como inquisidor ou ...*tribunal* de exceção.

A lei oficial manda que a persecução ao vitimador e a proteção à vítima sejam executadas ...*no mesmo* sistema. Com garantia ...*dos direitos civis* de todos. Tanto na persecução (polícia), quanto na proteção (assistência), os agentes devem tratar anciãos como anciãos, adultos como adultos, adolescentes como adolescentes e crianças como crianças.

Se o Conselho Tutelar de cada cidade não pressiona, localmente, para essa ...*imediata* ação da polícia na persecução dos que vitimizam crianças e adolescentes (além da proteção devida, caso a caso, pela assistência social, às vítimas) começam a surgir propostas, como essa...*de um comitê* que estão organizando por aí (iniciando pelo município de Fortaleza), para ocupar o que, de direito, é o lugar ...*do Conselho Tutelar*.

As leis da natureza, inclusive leis ...*da natureza social*, têm ...***horror*** ao vácuo. Melhor, portanto, que todos os brasileiros pensem, cuidadosamente, nisso. E, como barbeiros, ou não barbeiros, na fogueira dos direitos civis violados, ponham ...*as barbas de molho* porque o massacre de adolescentes já alcança níveis insuportáveis.

# sistema de mérito

# e eficiência

Ao longo desta segunda década de um novo Século, os que se ocupam em estudar ou praticar as normas da natureza (na origem), da sociedade (nos modos de vida) e da técnica (nos fins sociais), sabem o quanto ...*não é trivial* construir um sistema de garantia de direitos e de obrigações humanas que tenham como destino ...*o bem comum* das famílias, das comunidades, e do ambiente em que se vive.

A plena energia (no século passado dizia-se ...*a pleno vapor*) tanto a Academia (templo das ...*normas técnicas*), quanto o mundo legislativo (balcão das ...*normas sociais*) e o mundo ...*das massas* (lugar comum dos aglomerados ...*anormais* ou, se preferir, ...*multinormais*) buscam ser ...*efetivos* com seu modo de conhecer, tergiversar, emocionar.

Sinal dos tempos, os constituintes de 1988 haviam se esquecido ...*da eficiência* do que eles mesmos haviam normatizado para a garantia da legalidade, da impessoalidade, da publicidade e da moralidade do ...*bem comum*.

Mas parece que brasileiro gosta mesmo é ...*da lei dos costumes[[20]](#footnote-21)* (a que vem ...*de dentro*), em grande parte, a ...*dos maus* costumes, não gosta ...*da lei oficial* (a que vem ...*de fora*).

Foi necessária, após dez anos, uma ...*emenda constitucional* (a de nº 19), para incluir o princípio ...*da eficiência* no funcionamento ...*do Estado* brasileiro:

**Constituição - Art. 37. A administração pública ... obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência ...** [**(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm#art37)

Trinta anos depois, sem conseguir transformar ...*o oficial,* de boa qualidade, em ...*costumeiro*, o Brasil de 2018 está ou nos parece estar em colapso. Para alguns, trata-se apenas ...*de um desmonte* passageiro. As massas, perplexas, mostram um certo jeito de não saberem, como antes, nem ir às ruas para protestar. Parecem ansiar por uma espécie ...*de ditador* à moda da Roma antiga[[21]](#footnote-22), que ponha ordem nisso que aparenta ser uma bagunça, e que volte ao que aparentava ser ...*o seu normal*, antes da confusão.

Claríssimo, a respeito, é o exemplo ...*da intervenção* militar no Rio de Janeiro, decretada pela União em 2018, com prazo certo para pôr ordem ...*na bagunça*, ou no que parece ser bagunça, gerada pelos comandos, normas, regras, das milícias, do tráfico, das organizações criminosas (com seus corruptos ...*setores de operações estruturadas*) ...*E voltar* ao seu lugar, no fim do ano.

Os legisladores – centrados em interesses pessoais e grupais (interesses que apreenderam ...*desde criancinhas*) - deram vários nós no processo ...*de construção normativa* da sociedade.

No vácuo normativo que daí surgiu, acabaram por passar ao Judiciário funções que – através de sentenças - têm ...*a aparência*, digamos, ...*de legislar* normas que realmente ...*aparentam* ter a ver ...*com efetividade*.

Normas que objetivam ...*eficiência*, na esfera ...*do bem comum*, de questões como, por exemplo, as relacionadas às prerrogativas de foro, ligadas à efetividade das sentenças, pertinentes ao efetivo cumprimento de penas, e as asseguradoras de equidade nas relações de gênero.

A começar pelo STF, provocados por promotores, procuradores e pelo próprio legislativo, juízes, agora, parecem ser ...*legisladores*. Salvo algum evidente engano. Segundo Ruy (1849-1923), mesmo o mais qualificado e poderoso, ...*também erra*. Às vezes (como no caso do STF) é ...*o último* a errar[[22]](#footnote-23). Incrível, o Barbosa.

Tem ainda aquela história que, dizem, foi inventada ou descoberta por François Guizot (1787-1874) de que quando a política entra pela porta de um Tribunal, a Justiça foge pela janela[[23]](#footnote-24). Os tribunais podem sempre argumentar que o que fazem é aplicar – com zelosa hermenêutica - os ...*princípios gerais* de Direito[[24]](#footnote-25).

Resta a Academia, que tem a responsabilidade de produzir conhecimento ...*de normas técnicas* a serem, ...*com mérito*, aplicadas por concursados como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados, administradores e afins, nesta matéria de que aqui nos ocupamos.

Mas os concursados vivem seu perigo peculiar, qual seja o de, ...*no sistema de mérito com eficiência* em que operam, servir mais aos interesses corporativistas das suas burocracias, que aos fins desse repetitivo ...*bem comum* ao qual aqui nos referimos.

A moral dessa história pode variar, mas a maioria das diversas categorias ...*de atores* que interpretam nosso ...*drama social* parece indicar que cada um ...*quer legislar* à sua maneira para os demais, sobre como distribuir os papéis do drama social que acaba por se transformar ...*numa pantomima*. Se assim for, ...*by, by* princípios gerais ...*do bem comum*.

Imaginou como seria a pantomima de um eventual ditador ...*incorruptível*, comissionado para atuar segundo a convicção e a vontade ...*de cada um* dos corruptos que querem impor a própria vontade aos demais? Há quem prefira citar o controverso projeto de ...*Lei Maior* de Capistrano de Abreu (1853-1927) o qual, por decoro, deixo de aqui reproduzir.

No dia 14 de maio de 2018, escrevo isto de cada um querer ...*legislar* por conta própria, e ouço, da Globonews na TV ao lado, a notícia de que policiais rodoviários ...*prendem* caminhoneiro explorador de criança, e entregam a vítima ...*ao Conselho Tutelar*.

Note, leitor, que o policial segue ...*outra lei*, que ...*não é* a Lei Oficial, a LOAS, do ...*sistema de mérito e eficiência*, na esfera do desenvolvimento social brasileiro. Cada um tende a aplicar ou inventar – se mal capacitado ou intencionado - a lei que melhor lhe convém.

Isso indica que o CREAS, da política pública municipal de Assistência Social, não tem promovido ...*a interface* que a LOAS, no § 3º do artigo 6 “c” da LOAS manda que seja feita com a área da Saúde, da Educação, da Cultura, do Lazer, da Habitação (vide o drama de um prédio incendiado na Paulicéia).

E, entre outras esferas públicas, também com a área ...*da Polícia Rodoviária* (e bota aí a Federal, mais as polícias Militar e Civil locais), para evitar tais desvios:

**§ 3º Os Cras e os Creas são unidades públicas ...que possuem interface com as demais políticas públicas (**entre as quais, obviamente, a Polícia Rodoviária**) e articulam ... serviços ... da assistência social.**

Desde 2011, o artigo 6 “c” § 2º da LOAS ...*manda*, portanto, que o policial seja ...*bem capacitado* (e, desde criancinha, seja ...*bem educado*), para ...*a intervenção* que ...*assista* a criança violada em seus direitos (...*em interface* oficial).

E que esse policial desfaça o nó entre os telefones 100, 190 e 191 e se entenda ...*com o CREAS*, para a ação imediata ...*dos especialistas*, e não com o Conselho Tutelar (como órgão ...*fiscalizador* que entra em questão, se for o caso ...*a posteriori*, não ...*a priori*).

O raciocínio é sempre o mesmo: Se os pais não ...*assistem*, ou não têm como ...*assistir* filhos, a Lei Oficial diz que cabe aoCREAS promover ...*intervenção* que garanta o princípio constitucional ...*da eficiência*, através de articulação/coordenação de profissional especializado que evite ...*imperícia*:

**Art. 6º “C”. § 2º O Creas é a unidade pública de prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco ... por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

Para que o Conselho Tutelar entre nesse enredo, ...*o comando* do Estatuto é o seguinte:

**Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.** [**(Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm#art2)

Tais ...*outras providências legais*, que ...*não podem* ser prejudicadas, para garantia do princípio constitucional ...*da eficiência*, são: Dar imediata e urgente proteção à vítima (art.203, I da Constituição) e iniciar, desde logo, a consequente persecução do vitimador (art. 144 da Constituição).

Então, dado que pais e filhos têm direito ...*à assistência pública*, comunica-se o fato à Assistência Social para que o CREAS, ...*com eficiência*, articule/coordene ...*a intervenção* visando a proteção da vítima (artigo 6 “c” § 2º da LOAS), com ...*interface* junto à delegacia de polícia, para que esta, também ...*com eficiência* constitucional, proceda ao inquérito de persecução ...*ao vitimador*.

Tudo isso, segundo ...*um protocolo* de peculiaridades de cada município (princípio ...*da descentralização*), para que se ...*comunique* ao Conselho Tutelar que essas ...*outras providências* indispensáveis (segundo o artigo 13 do Estatuto), foram adotadas. Repetindo: ...*a posteriori*, não ...*a priori*, quanto ao órgão ...*fiscalizador*:

**Art. 95. As entidades ... referidas no art. 90 serão fiscalizadas ... pelos Conselhos Tutelares.**

O Conselho Tutelar tem condições, a partir daí, de inserir ...*esse caso concreto* no elenco de sua fiscalização, ...*zelando* pelo cumprimento do direito da criança à proteção assistencial:

**Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.**

Inverter tal sequência (comunicar ...*antes* ao Conselho) significaria ...*revitimizar* a vítima, com retardo da intervenção dos especialistas competentes (assistente social, psicólogo, pedagogo, advogado), pois são estes, os especialistas, que ...*sabem* e que ...*podem* agir ...*com perícia*, com competência ...*técnica e legal*, para aplicar o conhecimento reverso ...*que dissolve* problemas.

Significaria, também, transformar o órgão ...*fiscalizador* (o Conselho) num serviçal ...*da burocracia* (levando o caso para cá e para lá, em caóticos labirintos burocráticos, como o leitor pode conferir na eventual má prática de sua região nesses casos).

Isso, obviamente, porque ...*eficiência* (princípio constitucional) se alcança ...*com perícia*, e o Conselho não é perito ...*na proteção* especializada, nem ...*da investigação* também especializada.

Mas, digamos, que o caso ...*seja levado* ao conhecimento do Conselho, ...*com prejuízo* das providências assistenciais e policiais.

Nesse caso, o Conselho ...*não pode* obrigá-los a comparecerem perante a burocracia, violando o direito civil de pais e filhos de ...*não serem tutelados* pelo Estado autocrático, nem violar o mesmo direito indo o Conselho fazer ...*intervenções* indevidas na família e na vida das pessoas.

O Conselho deve ...*cumprir* o comando do artigo 136, III, “a” do Estatuto, requisitando ...*imediata* intervenção assistencial e policial:

**Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:**

**III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:**

**a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;**

Uma observação final: A Assistência Social promove ...*intervenções*, mas sempre com absoluto respeito aos direitos civis de filhos e pais. Sem praxes labirínticas. A polícia ...*investiga*, e para isso, ...*em inquérito* formal, pode ...*intimar* investigados a comparecerem à delegacia, mas sempre também com absoluto respeito aos ...*direitos civis* das pessoas.

Conselhos e conselheiros devem ser corretamente capacitados para não confundirem ...*notificar* (dar notícia de alguma ocorrência oficial) com ...*intimar* (impor obrigação oficial a pessoa formalmente investigada ou processada).

Conselho não investiga, nem processa ninguém. Conselho controla, fiscaliza, zela. Nos termos ...*da lei*. Mas não ...*de qualquer* das leis em jogo na questão (a do mais forte, a do mandão, a do esperto, a da corrupção), mas ...*da Lei Oficial*. O que, tudo parece indicar, nos leva ao problema ...*da lei das leis*, na doutrina ...*da proteção integral*.

# a lei das leis

...*A lei* relevante, recapitulando um pouco mais, é a que se constrói - de forma ...*endógena* (de ...*dentro* para fora) - com o passar ...*do tempo*, na vivência de cada espécie (filogênese), indivíduo (ontogênese), família, povo, ambiente.

É consabido que isso se faz através de políticas de desenvolvimento social que se esforcem para a construção de valores e de aspirações que induzam bons hábitos individuais, bons usos comunitários e bons costumes, todos tradicionais, mas dinâmicos. Contra os maus hábitos/usos/costumes ...*da lei* habitual, usual e costumeira que vigora no também dinâmico ...*mal-comum*.

Em contraste, é sensacional a concepção atual brasileira, desde 2011, de se instalar, em cada Município, principalmente os mais carentes de epistemologia, um Centro (o Creas) Especializado em psicologia, assistência social, pedagogia, jurisprudência, para dia e noite - ...*na hora* da necessidade - orientar, apoiar, assistir e proteger filhos e pais eventualmente ...*vitimados* pelo crime ...*de maus-tratos*.

O problema do que é ...*vivenciado* no dia a dia familiar, comunitário, ambiental, das massas não se coaduna, nem com ...*o conhecimento* academicamente produzido em Psicologia/Pedagogia/Serviço social/Direito, nem com o que é ...*legislado* por nossos parlamentares. A disfunção tem sido ...*generalizada*.

Não estamos sabendo elevar, ...*com epistemologia*, o nível popular ...*de senso comum* das massas. Com óbvias exceções, os profissionais dos Centros Especializados, instituídos a partir de 2011, não conhecem suas corretas atribuições legais (tente, leitor, conferir o que dizem, com o texto legal facilmente acessível num papel, num tablet, num celular).

Não é incomum o escapista ditame de que a teoria, na prática, é outra. O que nos induz a repetir aqui o já dito em outros ensaios, de que princípio, norma, lei, ...*não são* teoria a explicar realidades, mas ...*comando*s em busca de seus fins que partem de um ponto ...*alpha* e demandam um ponto ...*ômega*...

E os especialistas, tragicamente, são acompanhados, nessa deficiência, pelos dois órgãos oficiais de controle, o Conselho de Direitos para os direitos e deveres ...*difusos* (ao registrar entidades e inscrever programas), e o Tutelar para os direitos e deveres ...*individuais* (ao controlar eficiência dos serviços prestados).

Enquanto isso, burocratas federais desprezam notoriamente o princípio ...*da descentralização* político-administrativa (art. 204, I da Lei Maior), querendo ...*concentrar* controle burocrático sobre ...*entes federativos* municipais.

Na versão menos maligna do descalabro, os burocratas do Conanda (Conselho Nacional) e de Ministérios, ...*desconcentram* (contra ...*a descentralização*), com mando federal (inventando normas ...*não previstas* na Constituição, no Estatuto e na LOAS), o que deve ser - não desconcentrado - mas ...*descentralizado*, sob comando local da Prefeitura e controle dos Conselhos locais.

A burocracia predadora transforma em ...*gestores* da União, membros das equipes de prefeitos eleitos ...*que se agacham* diante dos mandos federais, renunciando às prerrogativas ...*do ente federativo* municipal.

Basta o leitor observar o que se passa ao seu redor, que facilmente concluirá isso que aqui se afirma.

Dia desses um conselheiro me relata certo paradoxo: Um guardião da Lei Maior (...*custos legis[[25]](#footnote-26)* oficial) manda que o guardião dos direitos (...*custos* *juris*, ...*também* oficial) seguisse regra obviamente inconstitucional inventada ...*pelo Conanda* para impor ...*mando federal* sobre a ...*autonomia* municipal.

O Ministério Público é fiscal ...*maior* da Lei e, não, leitor, fiscal de ...*resoluções* ou de ...*portarias* impositivas de órgãos federais sobre ...*a autonomia* político-administrativa de cada município.

Assim, não há como restar ...*efetividade* alguma da pretendida ...*proteção integral* a que se refere o excelente artigo primeiro do Estatuto da Criança e do Adolescente, para cumprirmos o princípio ...*da eficiência* que fizemos constar de nossa ...*Lei Maior*.

**Constituição - Art. 37. A administração pública ... obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência ...** [**(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm#art37)

**Estatuto - Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.**

Daí, caro leitor, o tal ...*disque 100* federalizado, neste país de duzentos milhões de almas, com 5.570 municípios, em território de oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados...

A lei das leis que rege ...*a proteção integral* é, portanto, ...*telúrica* (de ...*tellus*, nome latino para ...*a Gaia* grega), vem ...*da Terra*. Vem da plural diversidade ecológica, orgânica, social, familiar.

Em nosso latifúndio coletivo de milhões de quilômetros quadrados, entre as 5.570 porções municipais de nosso território (nicho de nossas atribulações), temos que ...*organizar* uma ...*coordenação* política federal ...*que respeite*, vou repetir, leitor ...*que respeite* a descentralização dos serviços assistenciais e sócio-educativos.

A ...*proteção integral* do artigo primeiro do Estatuto começa com as leis de Gaia, a telúrica ...*mãe Terra*, leis essas que comandam a essência (...*que persiste*) e a existência (que ...*evolui*) das ...*substâncias*, algumas das quais ...*unem* e outras ...*separam* a persistência dos seres ...*em seu ser*.

Tais substâncias, ao longo dos séculos, os sábios as explicam como tudo que subsiste ...*por si mesmo*, sejam corpos animados ou inanimados, seres viventes sensíveis, sencientes ou insensíveis, irracionais ou racionais como os ...*humanos* que, desde criancinhas, necessitam de proteção integral no ambiente, na comunidade, em família, e na essência da própria intimidade ...*em que evoluem*.

Desde 2011, as normas gerais que fazem ...*subsistir* (donde o termo ...*substância*) tal ...*proteção integral* em cada porção dos 5.570 nichos municipais de nosso imenso território, mandam organizar ...*um centro de excelência* (o Creas) especializado em serviço social, psicologia, pedagogia, jurisprudência e afins.

O Centro de excelência é concebido, no sistema de desenvolvimento social brasileiro, para buscar ...*eficiência* operacional (meta incerta com o mero ...*senso comum* das massas). Essa é ...*a vontade legal* expressa no artigo 37 de nossa Lei Maior.

E essa ...*eficiência* só pode ser ...*garantida* através de dois controles externos ...*retro-alimentadores*, corretores de desvios, exercidos sobre os chamados ...*direitos/deveres difusos* pelo Conselho Municipal dos Direitos (que ...*registra* entidades *e ...*inscreve *programas*), e os chamados ...*direitos/deveres individuais* pelo Conselho Tutelar (que ...*zela* por efetividade).

Pois não é, leitor? que hoje 24 de maio de 2018 (28 anos depois da promulgação do Estatuto), a respeito de um programa ...*de acolhimento* numa cidade gaúcha, recebo do Conselho Tutelar local o relato de que ”...***o Conselho Tutelar não pode entrar na casa. E há tempos observamos que nos atendem no portão com descaso. E ouvimos de uma cuidadora que era proibida a entrada dos conselheiros no Lar.”***

Ou seja, num dos Estados mais progressistas do Brasil, trinta anos depois ...*da Constituição*, vinte e oito anos depois ...*do Estatuto*, e sete anos depois ...*da LOAS* instituir o Creas, um serviço público trata o órgão fiscalizador ...*com descaso* e - perdoai-os Senhor, eles não sabem o que fazem - ...*proíbem* o controle constitucional que garante eficiência, bom trato e direitos civis de cidadania.

Parece que nem o Creas local (Centro de alta especialização em serviço social/psicologia/pedagogia/jurisprudência/administração) conhece sua função ...*articuladora* (inclusive, claro, ...*na* *articulação* do regime ...*de acolhimento*), nem os agentes conhecem ...*seus limites* de atuação oficial.

Por sua vez, nem o Conselho Municipal parece ali exigir os requisitos legais para ...*a inscrição* oficial do programa, nem o Conselho Tutelar tem sabido ...*reagir*, como órgão fiscalizador, diante da resistência do fiscalizado à sua função ...*feedbackiana* de atestar o bom ou o mal funcionamento de tais serviços.

Falta óbvia política oficial na ... *formação continuada* de recursos técnicos e humanos para ...*as intervenções* públicas nas várias hipóteses previstas na *Lei Oficial*. Consequentemente, a Nação está ...*em* débito com a correta alocação, ...*descentralizada*, dos recursos materiais (instrumentos de trabalho) e financeiros (verbas públicas), para ...*a eficiência* prevista no artigo 37 de nossa ...*Lei Maior*.

Vamos ao resumo de tudo isso: Na doutrina da proteção integral – com ...*prioridade* para crianças e adolescentes - os pais ...*assistem* os filhos em suas necessidades materiais e imateriais. Em quatro regimes ...*de proteção*, entre os quais o regime ...*de acolhimento* (quatro outros são regimes não assistenciais são os ...*sócio-educativos*), a sociedade organizada em Estado ...*assiste* pais e filhos quando faltam aos pais condições ...*de assistir* as necessidades dos filhos.

No padrão de referência brasileiro, em cada município, um Centro Especializado (Creas) deve reunir uma equipe de profissionais em serviço social psicologia, pedagogia, jurisprudência e afins, para ...*articular* os serviços assistenciais, entre os quais, o serviço executado em regime ...*de acolhimento*.

Notar que, no passado, o acolhimento, então denominado ...*abrigo* era ...*um lugar* (uma casa, um prédio, um pavilhão) onde se depositavam crianças inassistidas pelos pais, desprotegidas por sua família.

Com ...*a lei das leis* de 1990, o que em sua ...*substância* havia sido uma coisa ...*física* (um lugar, uma casa, um pavilhão coletivizante), agora ...*o abrigo*, sob a atual denominação de ...*acolhimento*, passa a ser ...*um regime*, cuja ...*substância* é um modo ...*de assistir*, um método ...*de proteger*, uma forma ...*de acolher*, de ...*abrigar*.

Mas muitos municípios ...*não vêm* mantendo o acolhimento ...*como regime*, pois ainda o exibem como ...*o lugar* físico, no qual se violam pencas de direitos/deveres ...*dos acolhidos*. Isso continua a ocorrer seja por ausência ...*de articulação* do Creas, seja por ausência ...*de fiscalização* do Conselho Tutelar. Confira, leitor, como anda a coisa em seu município.

No tempo dos códigos de menores, a tal ...*equipe técnica*, em vez de ...*articular* eficiência psico/pedagógico/jurídico/social (hoje a ser exercida num Creas altamente especializado) trabalhava operando ...*fisicamente* no ...*espaço também físico* das instalações burocrático-pavilhonares do então chamado ...*abrigo de menores*.

Ora, leitor, se ...*acolhimento* agora é ...*um regime* de proteção e não ...*uma repartição* burocrática, não se pode, de forma alguma, aceitar que ...*no lar* onde ...*pupilos* vivem acolhidos ...*por um guardião*, haja equipe técnica interferindo na ...*guarda*, atributo ...*do poder familiar*, para que haja o exercício ...*da autoridade* que assiste, cria e educa, em lugar de pai e mãe, orientando ...*pupilos* para o exercício ...*da liberdade* cidadã.

Então, as equipes técnicas e os Conselhos de controle externo, ...*não podem* interferir burocraticamente no dia a dia das famílias, seja sob o pleno exercício ...*do poder familiar*, seja no dia a dia das famílias substitutas sob o parcial exercício de um dos atributos do poder familiar que é ...*a guarda*.

A guarda é definida no Estatuto Federal como uma das espécies do gênero ...“*colocação em família substituta*”. Veja o comando legal:

**Estatuto -** **Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.**

Equipes técnicas e conselhos de controle externo não fiscalizam famílias. Mas, obviamente, articulam tecnicamente e fiscalizam, se for o caso, as executoras *...*d*os programas* elencados no artigo 90 do Estatuto, sendo a do programa ...*em regime de acolhimento* uma das fiscalizáveis pelo Conselho Tutelar, como aí atrás já mencionado, mas sem castrar a parcela ...*de poder parental* do guardião:

**Estatuto - Art. 92 - § 1o O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.**

**Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.**

O Conselho Tutelar, órgão oficial que, no caso, opera ...*formalmente*, instaurando um formal ...*auto de fiscalização* (sem interferir no exercício ...*da guarda* em relação aos pupilos ...*em acolhimento*) promove seu dever ...*de fiscalizar*.

E isso o qualifica para que tenha elementos constitutivos ...*do atestado* da boa ou da má qualidade dos serviços ali prestados pela política local ...*de Assistência Social*, sob os seguintes ...*comandos*:

**Art. 95. As entidades ... referidas no art. 90 serão fiscalizadas ... pelos Conselhos Tutelares.**

**Art. 90. § 3o Os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada 2 (dois) anos, constituindo-se critérios para renovação da autorização de funcionamento:**

**I - o efetivo respeito às regras e princípios desta Lei, bem como às resoluções relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis;**

**II - a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pelo Conselho Tutelar ...**

Mas, leitor, e se ...*o guardião* em regime de acolhimento ...*proibir* a entrada de conselheiro para ...*fiscalizar* (com ...*auto de fiscalização* formalmente expedido), o que pode ocorrer?

Nem assistente social, psicólogo, pedagogo, advogado ...*ou* conselheiro podem querer entrar e sair em casa alheia que não seja, como diz o povão, ...*a casa da mãe Joana*, coisa que a residência do guardião com seus pupilos ...*não é*. Ver o comando de nossa |Lei Maior:

**Constituição – Art. 5º XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;**

O Conselho Tutelar é um órgão ...público que deve, com sua ...*autonomia* funcional, exercer suas elevadas funções, através de respeitosas ...*formalidades*. Para fiscalizar deve, formalmente, portanto, instaurar expressamente ...*um auto de fiscalização*. E tem o poder legal de expedir ...*notificação* de que a fiscalização prevista no artigo 95 do Estatuto está formalmente instaurada:

**Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:**

**VII - expedir notificações;**

Nessa hipótese, aí sim, quem impedir ou embaraçar a ação do conselheiro, comete ...*o crime* tipificado no artigo 236 do Estatuto.

**Art. 236. Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei:**

**Pena - detenção de seis meses a dois anos.**

O Conselho registra ...*boletim de ocorrência* policial para que seu autor (se for o caso, ...*o guardião*) responda criminalmente pelo impedimento ou embaraço praticado contra o regular exercício do órgão fiscalizador.

E representa imediatamente ao juiz da infância, ou ao juiz de plantão, do embaraço levado a efeito, se for o caso, e requer a emissão ...*de ordem judicial* que garanta ...*a eficiência* da fiscalização devida:

**Estatuto - Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:**

**III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:**

**b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações**.

Dá para perceber que há gente que sempre trabalhou errado no passado recente e tem passado a induzir a permanência dos erros cometidos, ...*descapacitando* equipes inteiras de profissionais e agentes dos órgãos de controle?

Aguarde, leitor, que vou explicar, em seguida, como o Conselho fiscalizador age diante das deficiências encontradas através de um ...*auto de infração*.

Vou mostrar mais à frente que, se o Conselho Tutelar não tiver ...*competência técnica* para interpretar a lei que comanda o sistema em que ele próprio se insere, o Conselho, junto aos demais, também se perde nas raias ...*do senso comum*.

Se se perder, o Conselho torna-se ...*ineficaz* como agente do princípio ...*da eficiência* constante do artigo 37 da Lei Maior.

No dizer do povão, portanto, o buraco seria ...*mais embaixo* ou, se preferir, ...*mais em cima*, leitor. O grande problema do momento, então, é ...*a descapacitação* em que os agentes de tal sistema (profissionais especializados, servidores concursados, conselheiros empoderados) estão perdidos.

Mas antes, atendendo a pedidos, aqui vai o texto integral do projeto de Constituição de Capistrano de Abreu, que mencionei no capítulo anterior: “...*Todo brasileiro fica obrigado a ter vergonha na cara. Parágrafo único: revogam-se as disposições em contrário*”.

# lei reversa e

# humanismo

Insisto no princípio ...*da eficiência* do artigo 37 da Lei Maior, quanto ao artigo primeiro do Estatuto, sem o qual a vastidão civilizatória do Século XXI se perde no entremeio das boas e das más ...*intenções*:

**Constituição - Art. 37. A administração pública ... obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência ...** [**(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm#art37)

**Estatuto - Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.**

O que temos assistido, Brasil afora, são municípios que não se organizam corretamente para que, num Creas composto de profissionais ...*especializados*, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados deem ...*proteção* a pais e filhos ...*necessitados*, na hora da necessidade (de manhã, de tarde, de noite, de madrugada).

E há incríveis alegações de que delegados, promotores, juízes, muitas vezes, acabam se conflitando com conselheiros que se negam ...*a exercer* funções institucionais desses especialistas. Se agentes do famoso ...*tríplice* sistema ...*Polícia/MP/Justiça* eventualmente venham a agir assim, o ...*ponto ômega* que acaba por se alcançar seria, obviamente, ...*o Caos* (o oposto ...*do Cosmos*).

Acaba-se por discutir, dessa forma, impositivas regras burocráticas ilegais emitidas por Conselhos ou Ministérios brasilienses, em vez de se praticar ...*eficiência* na proteção local, municipal de pais e filhos necessitados.

E temos, em consequência, que ficar discutindo óbvias questões de que, fora do mais amplo conceito ...*de Lei*, não há salvação.

Desde as criancinhas, tudo parece ir nessa direção da ineficiência burocrática. Seja na cosmologia (*homem=>ambiente=>cosmos*), biologia (*organismos=>homem*) e cultura (*costumes=>usos=>hábitos)* do mundo acadêmico*,* seja no esforço ...*legislativo* dos poderes oficiais.

Na ausência do cumprimento da ação cotidiana de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados e afins - nos Creas municipais - tudo parece indicar que fora da acepção mais ampla possível do conceito ...*de Lei* (conjunto de princípios, normas, regras e comandos), realmente não há ...*salvação*.

Todo jurista, por exemplo, desde os primeiros meses dos bancos acadêmicos, é informado por eventuais ...*bons* mestres que Lei escrita, verbalizada, invocada, mas ...*não cumprida* – seja como princípio, norma, regra, comando - ...*não é Lei*. É mera ...*intenção*.

Sem controle (...*sem fiscalização*) não há eficiência ...*no partir*, nem eficácia ...*no caminhar*, e muito menos pode haver efetividade ...*no alcançar* da flecha que vai do ponto ...*alpha* das boas intenções ao ponto ...*ômega* dos alcances sociais.

Nos capítulos iniciais tratamos ...*de conhecimento reverso* e vamos abordar agora as questões práticas que têm a ver com ...*a lei reversa* nessa tentativa humanista em que estamos envolvidos, para combater ...*o mal maior*.

Chegou a hora - se preferir, leitor, ...*passou da hora* - de pararmos com essa história da distinção (falsa) entre ciências exatas de um lado e ciências ...*humanas* de outro.

O viciado mundo ...*do senso comum*, induzido pela ...*epistêmica* Academia, vê geômetras operarem ...*exatidões*, e psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, juristas e afins, amargarem ...*imprecisões* do fenômeno humano. Ledo (Camões) e Ivo (Cony) engano.

Traçar, ...*com exatidão*, círculos e pontos geométricos, segundo a definição epistêmica de círculo (equidistância perfeita do centro) ou de ponto (figura sem comprimento, nem largura) é tão impossível (dada a rugosidade do mundo) quanto construir a igualdade entre os humanos (dada a irrepetível ...*história pessoal* de cada um desde criancinha).

Todos amargamos graus variados de imprecisão. Ninguém escapa. Mas temos ...*que persistir* em busca de nossos objetivos. Seja na direção da verdade universal, seja no funcionamento de um serviço de assistência a necessitados na grande metrópole ou num longínquo município do interior. Nós somos uma maneira do Cosmos conhecer a si mesmo, no dizer de [Carl Sagan](https://www.youtube.com/watch?v=wLigBYhdUDs)[[26]](#footnote-27).

As aproximações sucessivas da dinâmica da flecha (e ...*da norma*) que parte ...*de alpha* a caminho ...*de ômega* foram evidenciadas pelo grego Zenão (485-430 A.C.).

Já no seu tempo, ele havia apontado ...*a impossibilidade* paradoxal de atingir o alvo porque, embora se alcance o que se busca – com alegada avença ou desavença entre conselheiros, policiais, promotores e juízes – há sempre que se percorrer, com ou sem eficiência (ai de nossa finitude), a metade da metade da metade do caminho, ...*indefinidamente*.

E, até o infinitésimo das condutas populares ou institucionais, seja como ...*massa* (senso comum), seja como ...*Creas* (episteme), à medida em que constrói tal conhecimento de si mesmo, o Cosmos energiza aproximações sucessivas, tanto para ...*a justeza* físico-biológica das coisas, quanto para ...*a Justiça* humanística do mundo em que vivem pais, filhos e servidores públicos.

As leis ...*naturais* são ...*cogentes*, pois comandam, ...*com eficiência*, o que permanece ou varia entre viventes e não viventes do Cosmos (o vibrar que ilumina, a matéria que atrai, o agir que reage, o doer que repele). Pois naturalmente condicionam, obrigam, constrangem, sujeitam.

As leis ...*oficiais* são ...*contingentes* em sua precariedade e insuficiência ...*de leis reversas*. Então, leitor, em busca ...*de eficiência*, na sociedade ...*que se quer justa*, sob ...*a ética* do serviço social, da psicologia, pedagogia, jurisprudência e afins, peritos devem ser reunidos ...*no Creas* de cada município.

Principalmente nos municípios mais modestos, para elevar o nível, tanto do senso comum, quanto das intervenções oficiais que resolvem problemas. Com tecnologia ...*hard* (celulares, computadores, sensores high-tech) e ...*soft* (Creas e episteme).

A LOAS comanda que se cumpram princípios e normas da Lei Maior e do Estatuto, indo além ...*das aparências* do senso comum, nas ...*intervenções* que – dia e noite - identificam ineficiências das leis oficiais, ...*na hora* da necessidade:

**LOAS – Art. 23 - § 2º Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros: I - às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente).**

**Art. 6º “C”. § 2º O Creas é a unidade pública de prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco ... por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

Por mais modesto que seja, não há município brasileiro – no Ano da Graça de 2018 - que não disponha dos meios eletrônicos e informáticos mais avançados, como celulares, tablets, computadores, sensores de alto desempenho.

E não há município que não aponte deficiência ...*epistêmica*, mesmo em ...*um Creas* bem aparelhado, a comprometer ...*a justeza* de um desenvolvimento humano sustentável comandado por nossa Lei Maior, pelo Estatuto e pela LOAS, ...*com prioridade absoluta* para crianças e adolescentes.

Temos, então, que pôr um paradeiro em nossas ridículas desavenças institucionais, se de fato elas ocorrem, nesse mister.

Ontem, com razão, a Presidente do STF declarou que ...*novos tempos exigem nova interpretação de nossa Lei Maior*. A exigência dos novos tempos, não pode ser ...*desprezo* pela Constituição*,* leitor, mas ...*interpretação*. E, também ontem, no cenário internacional da cúpula USA/Coréia do Norte, assistimos pela TV a montanha parir um pato (Donald), nesse choque entre ...*nações*.

Num choque entre ...*instituições*, conselheiros têm sido justa ou injustamente processados e, em certas situações, punidos por agentes brasileiros do tríplice sistema ...*polícia/MP/Justiça*.

Tais agentes, pensemos numa hipótese, embora pouco provável, claro, na qual eventualmente imponham ou queiram impor regras não condizentes com a Convenção das Nações Unidas, a Constituição Federal, a LOAS e o Estatuto.

Se isso ocorresse, o que de fato estariam fazendo, seria uma forma ...*de legislar* nos casos concretos em desfavor daproteção ...*jurídico-social* de crianças, adolescentes e suas famílias, proteção essa a ser assegurada pelo CREAS.

Se, para argumentar, delegado de polícia...*mandasse* conselheiro fazer o que a LOAS comanda que seja epistêmica ...*defesa técnica* *especial*, ele, delegado, em eventual ...*desprezo* da Lei Maior, estaria contra o seguinte princípio de nossa Constituição:

**Constituição do Brasil (1988) -Art. 227. § 3º - O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:**

**IV – garantia de ... *defesa técnica por profissional habilitado*, segundo dispuser a legislação tutelar específica;**

E nós pusemos tal princípio de alta especialização em nossa Lei Maior (num ...*passado moldador* que algumas pessoas realmente correm o risco de ...*desprezar* hoje em dia), pois estávamos, em 1988 (trinta anos atrás, portanto) ...*antecipando* o que já sabíamos iria constar da Convenção das Nações Unidas em 1989:

**Convenção das Nações Unidas (1989) - Artigo 40**

**1. Os Estados Partes reconhecem ... b) que toda criança de quem se alegue ter infringido as leis penais ... goze, pelo menos, das seguintes garantias:**

**ii)... dispor de assistência jurídica ou outro tipo de assistência apropriada para a preparação e a apresentação de sua defesa;**

Esse ...*outro tipo* de assistência no Brasil é a ...*assistência social*, também denominada por muitos como ...*proteção social*, ou como ...*defesa social*, cujo especialista é o ...*assistente social*, sob o comando do artigo quarto, V da Lei 8.662/93:

**Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:**

**V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;**

No ...*Direito* brasileiro tal defesa social, com técnicas epistêmicas ...*de serviço social* a crianças e adolescentes, se junta à defesa com técnicas ...*jurídicas* exercida ...*por advogado* em uma linha de ação prevista no artigo 87, V do Estatuto como ...*proteção jurídico-social*:

**Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:**

**V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da**

**criança e do adolescente.**

O comando do Estatuto é para que o delegado faça a ...*integração operacional* de seu ato de custodiar e de investigar, não com conselheiro tutelar, mas com o ato de ...*defesa jurídica* exercida por advogado, e de ...*defesa social* exercida por assistente social, para em seguida se integrar com promotor e juiz:

**Estatuto, Art. 88. São diretrizes da política de atendimento**: **V - integração operacional de órgãos ... da Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social ... para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;**

Os descapacitadores de agentes ...*da proteção integral* não estão sabendo mostrar a forma como se deveria argumentar quando, por eventualidade, agentes da Segurança Pública local, embora com baixíssima probabilidade, viessem a ferir o direito do adolescente ...*à assistência social*, ao lado ...*da assistência jurídica*, segundo a lei da sociedade ... *que se quer justa*. E, jamais, segundo a lei ...*das conveniências* corporativas de burocráticos e hoje em dia superados ...*comissários de menores*.

E isso acabaria por redundar em ...*revitimização das vítimas*, com mais sofrimento e injustiça para com crianças e adolescentes ...*desprotegidos* de assistência especializada, seja de manhã, de tarde, de noite, ou de madrugada, ...*na hora* da necessidade. Mas não basta ficarmos raciocinando apenas na correção de eventuais desvios praticados ...*em delegacias de polícia*.

Restariam o Ministério Público e a Justiça da Infância, também num remoto acaso, se tornarem ...*instituições oficiais* eventualmente vitimadas por humanas práticas de maus hábitos, maus usos, e maus costumes de seus membros.

Pois tais práticas são humanamente passíveis de descer do STF e da PGR[[27]](#footnote-28)em Brasília até as comarcas mais humildes do interior. Quem nunca falhou que atire a primeira ...*flecha* e confira ...*o ponto ômega* que alcançou. É deles que trataremos a seguir.

Mas, antes, uma observação sobre como o conselheiro pode operar, se achar que vale a pena, na eventualidade de receber ordem da delegacia para substituir assistente social e advogado na proteção ...*jurídico-social* a adolescente ao qual se atribua conduta criminal.

Se um delegado intentasse que conselheiro compareça à delegacia ...*para assistir* adolescente custodiado, o Conselho Tutelar enquanto tal, registrando ...*sua decisão* em ata (art. 136, III, “a”), para documentar, ou o conselheiro, *ad referendum* do colegiado, dependendo ...*da hora* em que se dá a necessidade, devem cumprir seu dever (art. 131) de ...*zelar pelos direitos* do custodiado.

Na circunstância em questão, ...*o direito* que o custodiado tem é o de ser tecnicamente assistido/orientado/defendido socialmente ...*por assistente social* e ser assistido/orientado/defendido juridicamente ...*por advogado*, na hora ...*da necessidade*.

A regra que - não a lei da conveniência policial ou a lei da burocracia - mas a Lei da sociedade ...*que se quer justa* comanda, para que o Conselho Tutelar ...*zele* por esse direito, é a regra do artigo 136, III, “a” do Estatuto:

**Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:**

**III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:**

**a) requisitar serviços públicos ... de ... serviço social ... e segurança;**

Então, formalmente, Conselho enquanto tal, ou conselheiro - ...*ad referendum* do colegiado – tem a faculdade legal ...*de decidir* e, se for o caso, ...*de requisitar* ao delegado que promova, com a urgência devida, ...*a integração operacional* a que se refere o artigo 88, V do Estatuto, e a mútua ...*interface* POLÍCIA/CREAS a que se refere o artigo 6 “c” 2º e 3º da LOAS, como acima detalhados.

O Conselho deve ...*documentar* tal ...*decisão* e tal ...*requisição*, citando ...*a Lei* *oficial*, em nome da qual são adotadas, para usar como evidência, se for o caso, de que não se omitiu, pois ...*zelou* pelo direito do custodiado à defesa técnica por profissional habilitado, como comanda ... *a Lei Maior*.

Dito isto, tratemos, agora, do eventual conflito gerado, se ...*o delegado* insistisse em eventual ...*desvio* da correta ...*proteção jurídico-social*, e o Conselho insistisse em fazer valer o ...*direito a defesa técnica por profissional habilitado* a que se refere o artigo 227, 3º, IV de nossa Lei Maior, há pouco também aqui referido.

Estamos no dia 15 de julho de 2018. Ontem, o Supremo Tribunal Federal pôs um paradeiro na sequência interminável ...*de conflitos* gerados por maus hábitos, maus usos, e maus costumes do tríplice sistema ...*Polícia/MP/Justiça* contra suspeitos, investigados ou indiciados.

O STF acaba de proibir violações do direito constitucional que suspeitos, investigados ou indiciados têm ...*de assistência jurídica* através de advogado, para que eles não sejam submetidos a ilegais ...*conduções coercitivas* até então requeridas por promotores, autorizadas por juízes, e conduzidas por policiais. A ...*condução* é um ...*efeito*, o essencial é garantir ...*assistência* eficiente ao necessitado.

A ...*essência*, ou seja, leitor, ...*a substância* dessa decisão da Suprema Corte brasileira é que juízes, promotores e delegados devem ...*respeitar* o princípio ...*da lei das leis*, que é a lei da sociedade ...*que se quer justa*, de garantir a todo investigado/preso/custodiado, assim como ...*aos demais*, o direito de serem todos ...*assistidos* por epistêmicos profissionais habilitados, que os desvencilhem de abusos e omissões, quando em eventual ...*estado de necessidade*.

A cruel separação de pais e filhos migrantes, com ...*condução coercitiva* e ...*confinados em jaulas*, aos milhares, na fronteira México/USA pelo auto-nobilizável Donald (o Trump, não o pato) é máximo exemplo universal dessa inaceitável violação de direitos fundamentais[[28]](#footnote-29). Protesto, pessoalmente, contra esse absurdo. Os Estados Unidos é ...*o único* país do mundo que não firmou a Convenção dos Direitos da Criança de 1989.

Nossa Lei ...*de sociedade que se quer justa* dispõe que crianças e adolescentes gozam ...*de todos os direitos* inerentes à pessoa humana.

**Estatuto - Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, ... em condições de liberdade e de dignidade.**

Aí, como é obvio, está incluído o direito –agora sancionado pelo STF – de adolescentes gozarem ...*da proteção integral* com ...*assistência jurídico-social*, não por conselheiro tutelar, mas por perito ...*advogado* e por perito ...*assistente social* (se for o caso, complementados por peritos em psicologia, pedagogia, administração e afins), prevenindo ilegalidades típicas ...*do senso comum*, além, muito além, portanto, da mera ...*condução coercitiva* para interrogatório policial.

E o Conselho Tutelar? O Conselho Tutelar (art. 95), como órgão ...*fiscalizador* das entidades de atendimento (art. 90), opera – prevendo em seu ...*regimento interno* de órgão municipal descentralizado - sob os princípios ...*do Direito Administrativo*.

Dentre os quais, avulta o princípio de que os órgãos públicos devem cumprir ...*formalidades* oficiais da ...*sociedade organizada*, em busca do constitutivo ...*ato jurídico perfeito*, para fugir da viciosa ...*e descapacitante* vulgaridade rastaqüera ...*do senso comum*:

**Constituição – Art. 5º - XXXVI - a lei não prejudicará ... o ato jurídico perfeito ...**

No capítulo anterior vimos que, para produzir esse ...*ato jurídico perfeito*, o qual ...*não pode* ser prejudicado, o Conselho Tutelar emite formal ...*auto de fiscalização*, e ...*notifica* a eventual ...*entidade fiscalizada* de que, oficialmente, ela está sendo submetida a inspeção:

**Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:**

**VII - expedir notificações;**

Cumprida essa etapa de seu trabalho público, se encontrar irregularidades, o Conselho, formalmente, com o devido registro oficial em ata da inspeção realizada, ...*atesta* a qualidade dos serviços prestados ...*pela entidade de atendimento* (art. 90, § 3º, II):

**Art. 90. § 3o Os programas em execução serão reavaliados ... constituindo-se critérios para renovação ... de funcionamento:**

**I - o efetivo respeito às regras e princípios desta Lei ...**

**II - a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pelo Conselho Tutelar ...**

Se for o caso, o Conselho emite um ...*auto de infração*, também ato jurídico ...*perfeito*, para os fins ...*de representar* ao Poder Judiciário, como previsto no artigo 194 do Estatuto:

**Art. 194. O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.**

O Conselheiro, como servidor ...*efetivo*, não de carreira, mas servidor efetivo ...*com mandato* expede, quando for o caso, o ...*auto de infração*, sempre ...*ad referendum* do órgão colegiado, porque o Estatuto é claro: O órgão fiscalizador, como previsto no artigo 95 do Estatuto é ...*cada Conselho* como um todo indivisível, de cada um dos 5.570 municípios e, não, cada um de seus membros:

**Art. 95. As entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 serão fiscalizadas ... pelos Conselhos Tutelares.**

Acabamos de tratar da fiscalização ...*das entidades de atendimento* constantes do artigo 90, como dispõe o artigo 95. Vamos ver agora quem promove e como é promovida a fiscalização da frequência de crianças e adolescentes ...*aos locais e eventos* previstos no artigo 149, os quais funcionam sob alvará da Prefeitura.

# articulação de programas e interface de políticas

Para tratarmos da correta forma de fiscalizar frequência de crianças e adolescentes em estabelecimentos abertos ao público (bares, estádios, clubes...) em eventos públicos (bailes, shows, espetáculos...) autorizados através ...*de alvará* das prefeituras municipais, falemos um pouco ...*da interface* entre políticas públicas e ...*da articulação* de programas de desenvolvimento social.

Acabamos de ver que o âmbito dos ...*hábitos* pessoais, dos ...*usos* comunitários, e dos ...*costumes* culturais é um mundo que se confronta com miríades ...*de leis* que são ...*comandos* que regem ...*os fatos* da natureza (*homem=>ambiente=>cosmos*), ...*os atos* dos seres viventes (*organismos=>homem*), e ...*as condutas* humanas (*costumes=>usos=>hábitos)*.

As insuficiências do mero ...*senso comum* em que vivemos, nos levam a aplicar ...*normas técnicas* que são epistêmicos ...*comandos* para a ação, de serviço social, de psicologia, de pedagogia, de jurisprudência e afins, para sairmos de pontos ...*alpha* de necessidades não atendidas para alcançarmos pontos ...*ômega* da sociedade ...*que se quer justa*.

Isso, leitor, sob ...*o comando* de uma ...*Lei Maior*, por nós instituída em 1988, para vigorar ao longo do Século XXI, através de um centro de alta especialização denominado CREAS.

Trata-se de um Centro que – em cada município - deve ...*articular* os serviços de assistência social (ou seja, serviços de proteção aos necessitados) do município, e manter sua ...*interface* com as demais políticas públicas (saúde, educação, habitação, etc.).

O ...*comando* para tal articulação de serviços e tal interface de políticas consta ...*da norma* contida no § 3 do artigo 6 “c” da Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, que foi instituída no ano de 2011:

**LOAS – Art. 6 “C”, § 3º Os Cras e os Creas são unidades públicas ...que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam ... serviços ... da assistência social (Incluído pela** [**Lei 12.435, de 6 de julho de 2011 – DOU de 07/07/2011**](http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2011/12435.htm))

Dito isso, podemos agora focar no tema de nossas preocupações. Vamos lá.

O que se chama por aí de ...*senso comum* nada mais é que o modo de pensar da maioria das pessoas, a partir da construção coletiva ...*de um passado* comum que ...*molda* as formas humanas de viver e perceber o mundo.

Uma criança que viveu ...*seu passado moldador* segundo a percepção, digamos, ...*das pequenas mentiras* do egoísmo, preparada está para a ...*tendência* social ...*das grandes* mentiras, simulações e fraudes ...*da corrupção*.

Por sua vez, o pensamento ...*epistêmico*, cultor da lógica e ...*do humanismo* na reflexão científica, tende ...*a apurar* o rigor do senso comum com que, diriam os seguidores de Carl Sagan, ...*o cosmos* dinamiza o conhecimento ...*humanizado* de si mesmo.

Se assim é (para muitos ...*não é*), as operacionais normas ...*técnicas* de serviço social, psicologia, pedagogia, jurisprudência e afins - no Creas de cada município - podem contribuir para ...*apurarmos* o senso comum de pais e filhos, com ...*a ética* do conhecimento científico.

Ética de alta relevância, leitor, na atual sociedade tecnológica e plural, ...*que se queira justa*, para o cultivo das verdades e das formas honestas de conviver.

Um de nossos ...*vícios* institucionais tem sido creditarmos quase que exclusivamente ...*à escola*, a atribuição oficial de complementar (ou ...*de suprir*) o dever dos pais ...*de educar* as crianças, além do óbvio dever parental de criá-las e assistí-las:

**Constituição - Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.**

A partir de 2011 – ao lado da interface com a saúde, o esporte, a cultura ...*e demais* políticas públicas - ...*a interface* com o sistema oficial de ensino faz o Creas assumir ...*a intervenção* institucional ...*de assistir* filhos e pais ...*junto às escolas* quando, por razões materiais ou imateriais, faltem aos pais condições pessoais dessa assistência:

**LOAS - Art. 6º - C. § 2º O Creas é a unidade pública ... destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias ... que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

**LOAS – Art. 6 “C”, § 3º Os ... Creas são unidades públicas ...que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam ... serviços ... da assistência social.**

A interface assistência social/educação (exigível após 2011) ...*amplia a modernização* de bons hábitos/usos/costumes com ...o r*igor epistêmico* de serviço social/psicologia/pedagogia/jurisprudência e afins, naquilo a que os juristas denominam ...*Direito Consuetudinário* (conjunto de direitos/deveres costumeiros de todo meio social).

Em ...*jurisprudência* se diz que ...*não há* palavra ociosa nos textos ...*das leis*. Cada termo deve ser corretamente medido e pesado segundo a profundidade e a extensão de seu significado.

Muita atenção, portanto, no dia a dia, para ...*um detalhe* cujo desprezo pode ...*conspirar* contra a sistêmica modernização ...*da proteção integral*, na qual ...*a assistência* passa a compor uma parte importante ...*dos recursos escolares* na ...*interface* de que depende a sociedade ...*que se quer justa* para a elevada construção de um passado moldador.

Em linguagem popular se diz que o diabo ...*mora nos detalhes*, num dos quais ele, o coisa-ruim, faz as pessoas desprezarem ...*a interface* entre a escola e a assistência social local, sob o eventual comando do artigo 56 do Estatuto:

**Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:**

**I - maus-tratos envolvendo seus alunos;**

**II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;**

**III - elevados níveis de repetência.**

Na corretíssima expressão ...*esgotados os recursos escolares* mora o tinhoso. E a confusão se estabelece entre o Creas e o Conselho Tutelar, na maioria dos 5.570 municípios em que se dividem os oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados de nosso imenso território.

Expliquemos como acabar com tal ...*disfunção sistêmica* de nossa política de integração social infantil/juvenil, ...*além e aquém* da escola, ao fazermos ...*o controle externo* da frequência de crianças e adolescentes em locais e eventos públicos potencialmente indutores ...*de maus hábitos/maus usos/maus costumes* da infância e da juventude.

No dito popular do Século XX, lugar de criança é em casa ou na escola. Neste início de milênio, é obvio que a coisa mudou inteiramente de figura.

Através dos meios eletrônicos e informáticos da cibernética, na lida ...*do* c*osmos*, o ambiente ...*espiritual* de cada sujeito é infinitamente mais abrangente que a simples ubicação (não confundir com ... *ubiquação*) de seu corpo.

Quem não sabe que uma criança, na mansão ou na favela, com um celular às mãos, transaciona ...*de fato* num mundo ubíquo, para além, muito além, de suas circunstâncias imediatas?

Em todo caso, há que haver ...*o controle* da frequência ...*física* de menino ou menina em certos locais, quando abertos ao público, para que sejam mantidos bons hábitos/usos/costumes que condicionam o passado moldador da sociedade ...*que se quer justa*.

Daí a regra constante do artigo 149 do Estatuto:

**Art. 149. Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará:**

**I - a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em: a) estádio, ginásio e campo desportivo; b) bailes ou promoções dançantes; c) boate ou congêneres; d) casa que explore comercialmente diversões eletrônicas; e) estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.**

**II - a participação de criança e adolescente em: a) espetáculos públicos e seus ensaios; b) certames de beleza.**

Tais estabelecimentos ou eventos somente podem ser abertos ao público após oficialmente autorizados pela Prefeitura Municipal, através de um ...*alvará* de funcionamento. Quem autoriza funcionamento, leitor, tem ...*o dever oficial* de fiscalizar a correta operacionalidade daquilo que autoriza, no sentido ...*do bem comum*.

Ginásios, boates, casas que explorem diversões eletrônicas, ou estúdios de cinema, teatro, radio ou televisão devem, obviamente, ser fiscalizados fisicamente ...*por peritos* municipais em questões sanitárias, de urbanismo, engenharia e afins.

Temos aí que pôr em movimento o rigor do saber ...*epistêmico*, para que tragédias não sejam causadas pelos descuidos ...*do senso comum.*

No que se refere aos hábitos sadios, aos corretos usos e aos bons costumes da sociedade ...*que se quer justa*, tal rigor é exercido por peritos em serviço social, psicologia, medicina, pedagogia, administração e congêneres.

Isso, quanto ...*ao funcionamento* dos locais. Na hipótese da frequência a esses locais, por crianças e adolescentes ...*desacompanhados*, o Estatuto federal prevê que, caso a caso (obviamente a requerimento do proprietário ou responsável pelo estabelecimento ou pelo evento), quem deve emitir ...*a autorização* é o Juiz da Infância local.

Notar que ...*é livre* a frequência de crianças e adolescentes em locais ...*não especificados* nesse artigo 149 (como logradouros, bares e outros mais). Em todos, se houver ...*situação de risco*, seja por ...*violação de direitos* ou outras ...*contingências*, cabe ...*a intervenção* de proteção especial pelo CREAS, nos termos do artigo 6 “c” § 2º da LOAS.

O leitor pode pensar: “*então é tudo com o Creas? Será que ele dá conta?*” Lembre-se que o § 3º diz que o Creas deve ...*articular* serviços da assistência social que ele, Creas, eventualmente não execute por si mesmo. Desenvolvimento social é a dinâmica de ...*um sistema* de bem-estar que articula sistemas ...*do bem comum*.

Se houver prática delituosa, cabe intervenção policial para a persecução do vitimador, como prevê o artigo 144 da Constituição, nossa Lei Maior.

Nas hipóteses de ...*participação* de crianças ou adolescentes em espetáculos, seus ensaios e certames de beleza, as regras fixadas pelo juiz referem-se a crianças acompanhadas ou não.

Do artigo 149, um parágrafo dispõe sobre princípios e condições da frequência ou participação ...*física* infantil/juvenil. Outro parágrafo, por sua vez, veda que o juiz funcione como legislador através de ...*normas gerais*:

**§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a autoridade judiciária levará em conta, dentre outros fatores: a) os princípios desta Lei; b) as peculiaridades locais; c) a existência de instalações adequadas; d) o tipo de freqüência habitual ao local; e) a adequação do ambiente a eventual participação ou freqüência de crianças e adolescentes; f) a natureza do espetáculo.**

**§ 2º As medidas adotadas na conformidade deste artigo deverão ser fundamentadas, caso a caso, vedadas as determinações de caráter geral.**

A prefeitura mobiliza seus setores especializados, entre eles, como é natural, ...*o Creas*, se for o caso, para que a perícia dos especialistas funcione como parte ...*dos recursos escolares*, na hora da necessidade, e seja posta, com ...*articulação* e como ...*interface*, a serviço ...*da fiscalização* de locais ou de eventos autorizados ...*em alvará* da prefeitura *e regulados ...*por alvará ou portaria *da autoridade judicial* nos termos do artigo 149.

Vê-se, portanto, que conselheiro ...*não é* fiscal de tais locais ou eventos, mas, sim, exclusivamente, nos termos do aqui já citado artigo 95 da lei, fiscal ...*das entidades de atendimento* elencadas no artigo 90 do Estatuto federal. Divisão social do trabalho ou, se preferir, divisão do trabalho social, leitor. Com ...*razoabilidade*.

Tal divisão social do trabalho ou divisão do trabalho social é parte essencial na história dos povos que têm conquistado elevados padrões ...*de bem-estar*.

O Brasil, em meados do Século XX, tinha ...*índices superiores* aos da China e Coréia do Sul, de desenvolvimento social, como citam os entendidos.

Hoje estamos ...*na rabeira*, dizem os populares, com nossos ...*altíssimos* padrões de maus ...*hábitos* familiares, maus ...*usos* comunitários, e maus ...*costumes* sociais. Seja nas mansões, seja nas favelas. Seja nas escolas. Seja nos logradouros ou locais frequentados por nossa infância e nossa juventude.

Parte do projeto ...*de nação*, nosso comando oficial, a partir de 2011, tem sido o de que cada município, humilde ou portentoso, reúna ...*num Creas*, o mais elevado conhecimento ...*epistêmico* em serviço social, psicologia, pedagogia, jurisprudência, conhecimento esse produzido ...*com ética,* por nossa Academia.

E efetivado com ...*articulação* de programas (programas de proteção e sócio-educativos) e ...*com interface* de políticas públicas (em segurança pública, saúde, educação, cultura, etc.).

E que ponhamos entusiasmo de sociedade ...*que se quer justa*, para ...*o zêlo* sócio-educativo respeitoso, honesto, ético, fundado nos direitos/deveres humanos.

Tudo isso, seja nas famílias, nas escolas, nos logradouros, na frequência a estabelecimentos ou eventos regulados sob o princípio ...*da descentralização* político-administrativa municipal, como querem nossa Lei Maior, nossa LOAS e nosso Estatuto da Criança e do Adolescente.

E sob ...*o controle* constitucional previsto no artigo 204 da Lei Maior, para o Conselho de Direitos fazer ...*o registro* de entidades e ...*a inscrição* de programas.

E também, ...*sob controle*, para o Conselho Tutelar fazer ...*a fiscalização* das entidades de atendimento. Com simplicidade, sem burocratização, sob o princípio ...*da eficiência*, previsto no artigo 37 da Constituição, como aqui já citado:

**Art. 204. As ações governamentais ... serão realizadas ... e organizadas com base nas seguintes diretrizes:**

**I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;**

**II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.**

As sociedades modernas têm alcançado elevados níveis de eficiência em seu desenvolvimento, quando logram transferir para os âmbitos familiar e comunitário local, padrões epistêmicos, ...*tecnológicos*, que produzem em seus meandros acadêmicos.

Sejam os meandros acadêmicos das disciplinas físicas, mecânicas, eletrônicas, das biológicas, médicas, genéticas, ou das sociais com tecnologias de serviço social, psicologia, pedagogia, jurisprudência e afins.

Ao lado disso, temos sempre a desinformação historicamente construída pela maldade humana e pelos preconceitos entrópicos e iatrogênicos[[29]](#footnote-30) que deterioram o tecido do que se convenciona chamar ...*bem comum*.

A ...*teoria* de tudo isso, leitor, ...*não é* que todos são iguais perante a lei (e, como dizem os maldosos, na prática, a teoria é outra), mas sim, que, na vileza ...*dos pontos alpha* da desigualdade humana, comandos fortíssimos da cidadania mirem ...*o ponto ômega* da sociedade ...*que se quer justa*.

Somos 5.570 municípios para a incrementação desse esforço nacional. Elevar, leitor, o nível epistêmico ...*do senso comum*, como base de uma sustentável política de desenvolvimento humano.

Recebi hoje, 22 de julho, mensagem em que antigo conselheiro tutelar de cidade gaúcha pondera dizendo, entre outras coisas, o seguinte: ”***...O que vejo hoje são conselheiros eleitos por igrejas e partidos políticos, brigando entre si, defendendo interesse próprio.  A falta de um chefe gera inúmeros conflitos e desarmonia nos colegiados.***”

Vou comentar, a seguir, esse aspecto da percepção que vem sendo gerada por ridículos processos de escolha de conselheiros (e quem fez essa afirmação, leitor, foi um ex-conselheiro), sem que os municípios levem em conta o que lhes é obrigatório:

Cumprir e fazer cumprir o mandamento constitucional do artigo 37, II, de que servidor público que ...*não exerça* cargo ...*de confiança* de outro servidor (caso de todo conselheiro[[30]](#footnote-31)) deve ser selecionado ...*em concurso público* de provas e títulos:

**Constituição Federal – Art. 37, II - a investidura em cargo ... público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos ... ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;**

Isso, leitor, como comentarei no capítulo que segue, neste ensaio, para que se escolham – com razoabilidade - os melhores, os mais capazes, os mais bem formados, e não os politiqueiros, os conchavados, os interesseiros ligados a compromissos corporativos.

O tempo ruge. Há quem prefira dizer que ele ...*urge*. Hoje, dia 23 de julho, leio na Folha de São Paulo, uma reportagem de Leandro Machado, da BBC[[31]](#footnote-32), que acompanha uma ocorrência policial envolvendo criança, descreve como é concebido ...*pelo senso comum* da polícia local, e como trabalha nos meandros ...*oficiais* o Conselho Tutelar da Paulicéia.

# razoabilidade e eficiência

Nossa época define teoria como a explicação racional, razoável, da realidade. Daí a pergunta: É razoável existirem necessidades elementares humanas ...*não atendidas* em plena época das tecnologias cósmicas? ...*As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios*, no dizer de Drummond, em seu poema *Os Ombros Suportam o Mundo*.

Já estamos localizando planetas remotos, leitor, de ...*zonas* *habitáveis* siderais, em bilhões de longínquas estrelas-mãe, com nosso conhecimento especializado de matemática, física, química e astronomia.

E nós, brasileiros, não conseguimos organizar, em meros, vou repetir, em meros 5.570 ...*municípios*, um sistema razoável, inteligente, com técnicas de serviço social, psicologia, pedagogia, jurisprudência, administração e afins (técnicas pesquisadas em nossas meritórias universidades), para retirar crianças e adolescentes que já nascem nas garras ...*do crime organizado*.

Vivenciando ...*a zona habitável* do entorno solar (aquele espaço entre Vênus e Marte) nós somos afinal, leitor, o cosmos ...*que pensa* e logo ...*existe*, segundo o cosmologista Carl Sagan que, no Século XX, eu imagino haver ...*criado* seu precursor René Descartes do Século XVII[[32]](#footnote-33).

Por que então não conseguimos pôr em prática mecanismos ...*razoáveis e eficientes* de pais que ...*assistam* os filhos para a ética, a honestidade, o respeito ao próximo? De Centro Especializado (Creas) que ...*assista* pais e filhos em necessidade, ...*com proteção social especial* aplicada por profissionais habilitados, para o bem comum? E de corretos Conselhos de Direitos e Tutelar que ...*controlem* entidades e programas que cuidam dessas mazelas sociais?

Por que agravamos essas formas de ...*caos* social na ...*zona habitável* ecologicamente mais próxima de nós que são os municípios, sem que ali possamos - cada um com sua livre e própria ...*teoria* explicativa da realidade - viver as virtudes ...*do cosmos*? Pois, afinal, é da virtuosa matéria ...*cósmica* que (...*holisticamente*, dizem alguns), desde criancinhas, todos (todos, bons ou maus humanos) somos feitos?

Quando é que estamos criando ...*esse caos*? Quando, por exemplo, permitimos que ...*entidades de atendimento* pratiquem ...*conflito de interesses*, usurpando, no Conselho de Direitos, função que a Constituição (art. 204, II) e o Estatuto (88, II) comandam deverem ser ocupadas por delegados de ...*organizações representativas da população*.

Quando, em vez de promovermos constitucional ...*concurso público* (art. 37, II) para o Conselho Tutelar, entre os melhores, os mais capazes, os mais titulados, incentivamos inconstitucionais e ilegais ...*eleições* de candidatos de confiança de políticos muitas vezes carreiristas e eventualmente corruptos, ou de corporações ideológicas, religiosas e afins.

Quando conselheiros - perante a Polícia, o MP, e ou a Justiça - demonstram receio, medo, terror de ...*zelar pelo direito* de adolescentes (art. 131 do Estatuto) de serem eles, adolescentes, defendidos e assistidos por profissional ...*habilitado* (art. 227, 3º, IV, da Constituição), quando tais adolescentes respondem a inquérito na polícia, a investigação no MP, e a processo na Justiça.

Quando os programas de proteção (para vítimas) e sócio-educativos (para vitimadores), deixam de ser ...*controlados* pelo Conselho Municipal (em termos de ...*direitos difusos*) e pelo Conselho Tutelar (nos casos de ...*direitos individuais*), porque ambos esses colegiados são levados a fazer coisas ...*que não são* suas atribuições legais, coisas essas já relatadas ao longo deste ensaio.

A lista é longa. Em todo caso, sair ...*do caos* em questão significa valorizarmos ...*a descentralização* político-administrativa (artigo 204, I da Constituição) em que cada município aprenda a definir, ...*com autonomia* de ...*ente federativo*, quais são as mais razoáveis ...*oportunidades* (quando ...*fazer*) e as mais eficientes ...*conveniências* (fazer ...*o quê*) na proteção integral a crianças e adolescentes.

E trabalharmos a articulação entre: 1. O ...*ponto alfa*, representado ...pel*o senso comum* do sentimento popular das ruas. 2. A ...*legislação* oficial que comanda a sociedade que se quer justa. 3. O ...*saber* especializado de serviço social, psicologia, pedagogia, jurisprudência, administração e afins.

Tais saberes se ocupam ...*do ponto ômega* de desenvolvimento humano na doutrina da proteção integral, e podem elevar, se praticados ...*com razoabilidade e eficiên*cia, o nível epistêmico do senso comum do povo e das leis que gostamos de produzir aos borbotões[[33]](#footnote-34), em nosso país.

# regimes de proteção e sócio-educativo

Já vimos que o âmbito dos ...*hábitos* pessoais das criancinhas, dos ...*usos* comunitários do povão, e dos ...*costumes* culturais da sociedade é um mundo que se confronta com miríades ...*de leis* que são ...*comandos* naturais a regerem ...*fatos* construtivos ou destrutivos dos ambientes, no cosmos, ...*atos* saudáveis ou insalubres dos seres viventes, e ...*condutas tipicamente* virtuosas ou viciosas da humanidade.

Vimos também que, para sairmos de pontos ...*alpha* de necessidades humanas não atendidas e alcançarmos pontos ...*ômega* da sociedade ...*que se quer justa*, somos levados a aplicar ...*normas técnicas* que são epistêmicos ...*comandos* para ir ...*além das aparências* na ação de serviço social, de psicologia, de pedagogia, de jurisprudência e afins, diante das naturais e óbvias insuficiências do ...*senso comum*.

Isso se faz através ...*de regimes de atendimento* que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 90, dispõe como quatro formas ...*de intervenção* - num Centro especializado oficialmente denominado CREAS – formas essas destinadas a ...*dar proteção* a crianças e adolescentes eventualmente ...*vítimados*. As ...*entidades* assistenciais são ...*fiscalizadas* pelo Conselho Tutelar (art. 95). São as seguintes, tais formas de intervenção:

**I - orientação e apoio sócio-familiar;**

**II - apoio sócio-educativo em meio aberto;**

**III - colocação familiar;**

**IV - acolhimento institucional;**  [(Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2)

E, também fiscalizada pelo mesmo Conselho, cada município deve manter uma especializada ...*entidade* sócio-educativa – que **não é** o Creas, pois não se trata, no caso, ...*de dar proteção*.

Essa é a hipótese em que ...*se impõe reprimenda*, ou seja, se trata ...*de cumprir punição* - através de quatro formas ...*de execução* de medidas ...*sócio-educativas* aplicadas pelo Poder Judiciário, ao sentenciar adolescentes eventualmente ...*vitimadores*. Tais espécies de sentenças são:

**V - prestação de serviços à comunidade;** [(Incluído pela Lei 12.594, de 2012)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm#art86) 

**VI - liberdade assistida;**

**VII - semiliberdade;**

**VIII - internação.**

Falei aqui, mais atrás, do ex-conselheiro gaúcho que me escreveu que ***...o que vejo hoje*** *(diz o ex-conselheiro)* ***são conselheiros eleitos por igrejas e partidos políticos, brigando entre si, defendendo interesse próprio.  A falta de um chefe gera inúmeros conflitos e desarmonia nos colegiados.***”

Pois, nesta segunda semana de agosto, leitor, recebo mensagem de conselheiro do Nordeste que, nas palavras dele, dá notícia de que “...***está se tornando unânime a ideia de que o Conselho Tutelar é a ‘porta de entrada’ do SGD, de forma que toda ameaça ou violação de direito envolvendo criança e adolescente deve passar pelo Conselho.  A minha inquietação (diz o conselheiro) se tornou maior, pois o promotor[[34]](#footnote-35) deixou subentendido que se não fosse para o Conselho ser porta de entrada, seria melhor sua extinção.****”*

Mantenho em sigilo a identidade de minhas fontes. Do outro lado do país, de um Estado do Oeste, acabo de receber notícia de que o município vai criar ...*mais três* conselhos tutelares. Aumentando gastos, vão ampliar burocracia (com óbvia ...*burocrática* porta de entrada), em vez de reforçar seu epistêmico Creas com assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados e afins, redistribuindo os parcos recursos hoje à disposição.

Esse município de Estado da fronteira vai continuar ...*em déficit* com o número razoável de profissionais especializados. O que lhe falta é, na hora da necessidade, o saber científico, técnico que, sem ...*portas de entrada* labirínticas para adentrar a burocracia, permitiria ...*assistir* filhos e pais nas famílias cujos pais não tenham condições materiais e imateriais de ...*assistirem* seus próprios filhos de manhã, de tarde, de noite, de madrugada.

Já relatei em ensaio anterior que há tempos conheci sacerdote que ...*não acreditava* no Deus a que servia com seu ministério religioso. Fiquei chocado na época. Será, meu Deus, que estamos agora, no Brasil, assistindo Ministério Público, Polícia e Judiciário cujos membros ...*não creem* no Direito a que devem servir em seu ministério cívico?

Nem advogado de adolescente querem, na agilização da assistência técnica inicial perante o delegado. Querem burocrático conselheiro tutelar, como já vimos há pouco neste ensaio.

O ...*Direito* brasileiro, ou seja, nossa legislação oficial, diz com todas as letras através de sua Lei Maior: Crianças e Adolescentes têm ...*o direito* constitucional de serem ...*assistidos* pelos pais, em suas necessidades (art. 229).

E filhos e pais, têm o direito ...*constitucional* (art. 203, I) de serem ...*assistidos* por uma política pública denominada Assistência Social, num Centro Especializado denominado CREAS (art. 6 “c” § 2º e 3º da LOAS).

Filhos e pais ...*integram* aquilo a que se convencionou chamar de ...*família nuclear*. Veja o que também fizemos constar do artigo 226, § 8º de nossa ...*Lei Maior*:

**Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.**

**§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.**

O Centro que é ...*especializado*, também articula outros serviços assistenciais, ...*nos regimes* específicos comandados pelo artigo 90 do Estatuto, quando falta aos pais condições sociais ...*de assistirem* os próprios filhos. Se for o caso, ...*em proteção jurídico-social*, aqui já mencionada. Tal Centro opera, igualmente, ...*em interface* com outras políticas públicas.

Tudo isso, ...*sem portas de entrada labirínticas* (portas rotuladas ...*de triagem* na época dos vetustos códigos de menores), mas – sim - sob o atual rigor do princípio constitucional ...*da eficiência* (art. 37), de forma direta, com urgência, ...*na hora da necessidade*, seja de manhã, de tarde, de noite, de madrugada.

Através de ação executada por especialistas em serviço social, psicologia, pedagogia, jurisprudência e afins, cujo código de ética proíbe ...*imperícia* causadora ...*de ineficiência* e ineficácia.

Com ...*fiscalização* administrativa do Conselho Tutelar, investigatória do Ministério Público e Judicial do Juiz da Infância e da Juventude (art. 95 do Estatuto).

...*Sem porta de entrada burocrática*, cada um no seu âmbito e competência, os três – Conselho, MP, Judiciário - ...*zelam* pelo direito de pais e filhos, à imediata e urgente ...*assistência* social que os protege e defende, ...*na hora da necessidade*, e ...*zelam* pela precisa execução ...*sócio-educativa*, no âmbito da sanção judicial a adolescente que, pela infelicidade ...*do Caos*, torna-se um ser ...*vitimador*.

Para absoluta clareza, leitor, se achar que vale a pena, utilize o seguinte argumento: Conselho Tutelar ...*não é*, não pode ser porta de entrada para a burocracia, doutor. É órgão ...*humanista*, de caráter ...*fiscalizador* (art. 95), que **zela** (art. 131) pelo direito de pais e filhos - ...*sem porta de entrada* – à urgente e imediata assistência social, diante das dificuldades da vida e da insanidade oficial.

Direito ...*à assistência*, na hora da necessidade, de manhã de tarde, de noite, de madrugada. Por assistente social, psicólogo, pedagogo, advogado e afins. Sem labirintos corporativos de negligência, imprudência e imperícia. Portanto, com eficiência. Sem intermediários.

Não podemos, doutor, imaginar que queiramos ser uma sociedade com psicólogos, pedagogos, advogados e afins - ...*na hora da necessidade* - para ...*filhos ricos*, e com Conselho Tutelar como discriminadora porta burocrática ...*para filhos pobres*.

Vamos insistir num ponto: O Brasil é, consabidamente, um país que, historicamente, em ...*seu passado moldador*, construiu um Estado no qual a burocracia controla a sociedade, em vez da sociedade, no uso ...*da reta razão*, controlar a burocracia.

Ocorre que um sistema social, dito ...*de garantia de direitos*, segundo a mesma ...*reta razão*, é um óbvio sistema ,,,*de garantia de deveres*, pois o mundo oficial, que é o mundo ...*do Direito*, é busca de equilíbrio entre o que esperar dos outros (...*o direito*), e o que esperarem de nós mesmos (...*os deveres*). Na surrada imagem popular: Duas faces da mesma moeda.

Na burocracia que controla a sociedade, entrar ...*num suposto* sistema de garantias, é passar por uma porta obviamente burocrática, que ...*garante* a introdução de indivíduos ...*num labirinto* como o que Franz Kafka (1883-1924) descreveu tão bem em seu livro ...*O Processo*.

Na sociedade ...*que se quer justa*, entra-se num ... *real sistema de garantias* quando um assistente social, psicólogo, pedagogo, advogado, ou profissionais afins, cumprem ...*dever público*, ao ...*servirem* (prestarem um serviço), com seu conhecimento especializado, ao ...*atenderem* cidadão em estado de necessidade. Sem labirinto. ...*Indo* às conveniências constitucionais do cidadão. Nunca ...*trazendo* o necessitado para as conveniências abusivas da burocracia.

Notar, como exemplo, que em 2016 o Legislativo, ao tratar da primeira infância no § 2º do artigo 13 do Estatuto refere que o Centro Especializado de Assistência Social, que é ...*o Creas*, introduz cidadãos no sistema ...*de garantias* (estou dando ...*um exemplo*), através, não de burocracia, mas de ...*atendimento* sob a forma de ...*serviços* prestados por seus óbvios profissionais altamente qualificados:

**Estatuto, art. 13. § 2o  ...Os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância ...**  [(Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm#art23)

Por que então, doutor, querer o Ministério Público (que se tem como ...*custos legis*, ou seja, como guardião da lei) manter o Conselho Tutelar como kafkiana (portanto, ilegal) ...*porta de entrada*?

Por que querer extinguir o Conselho como ...*fiscalizador* das entidades (art. 95) e como ...*custos juris* que ele é, ou seja, guardião de direitos que ele é, ao ...*zelar por direitos* (art. 131). E querer extinguí-lo como o órgão que faz ...*o controle externo* (art. 90, § 3º, II e 136, I e II) sobre ...*as entidades*, entre as quais as que mantém um ...*custos pueris*, ou seja, que mantém um guardião da criança, em regime ...*de acolhimento*?

Claro que cada município não pode ter órgãos ...*de controle* em quantidade ...*maior* que o número de especialistas profissionais no Creas para ...*execução* de serviços. Seria o primado da burocracia (atividade-meio) sobre a conveniência ...*da cidadania* (resultante-fim do bem comum).

Há, sim, que se corrigir a evidente ...*falta* de especialistas em assistir, proteger e defender e o óbvio ...*excesso* de conselhos para controlar (e há que se corrigir a face centralizadora, burocratizante e kafkiana do atual Conanda – o Conselho da União – que, ilegalmente, quer ...*o contrário*).

Estamos numa democracia descentralizada de municípios autônomos (artigo 204, I da Lei Maior), não na ditadura de uma União centralizadora e totalizante.

A função do Conanda (Conselho Nacional) é controlar, não os municípios (estes gozam ...*de autonomia*, como ...*entes* federados, e têm seu próprio Conselho Municipal de controle). Cada Estado (igualmente autônomo) tem também seu próprio Conselho Estadual de controle, para respeitar limites.

O Conanda é órgão que controla ...*a União*, para que esta respeite ...*os limites* das ...*normas gerais* legisladas pelo Congresso Nacional, quanto à proteção de crianças e adolescentes em todo o território nacional.

União sem controle tende ...*a aparelhar* - como tem aparelhado - os órgãos municipais com autocracia burocrática federal.

Esse foi o tempo da ditatorial política ...*de bem-estar do meno*r, regida pela Lei 4.513 de 1964, e ...*do menorista* Código ...*de menores*, pela 6.697 de 1979.

Ambos foram revogados pelo artigo 267 do Estatuto de 1990, assim como estão revogadas quaisquer disposições que sejam contrárias à descentralização democrática de nossa Federação:

**Art. 267. Revogam-se as** [**Leis n.º 4.513, de 1964**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm)**, e** [**6.697, de 10 de outubro de 1979**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm) **(Código de Menores), e as demais disposições em contrário.**

# o estado e o cidadão

# ...*estadista*

Quando o Estado moderno consegue o que se convencionou chamar ...*de sustentabilidade* ecológica, mesológica, ambiental, isso tem se dado com conhecimento científico e técnicas de intervenção sobre a realidade, como resultante da garantia ...*de eficiência* na busca ...*por fins* *sociais* que toda atividade humana persegue.

Não é diferente a procura humanística por um sistema social que opera ...*dentro de sistemas* de vida que realizem ...*a proteção integral* de cada ser humano, a partir da infância, no conjunto da sociedade ...*que se quer justa*.

Sem o conhecimento técnico de especialistas em serviço social, psicologia, pedagogia, advocacia comunitária, administração e afins (medicina, cultura, engenharia, saneamento), não tem havido como...*corrigir desvios* dos direitos/deveres ameaçados ou violados, em cada um dos 5.570 ...*municípios* brasileiros. De milhares de filhos e pais que, entre nós, vivem ...*em estado de necessidade*.

Ciência, técnica, ...*eficiência* têm se mostrado...*essenciais*, num Centro de Referência Especializado, oficialmente denominado de Creas, para irmos ...*além das aparências* do senso comum ...*das massas*, em busca da modernidade regida pelos princípios e regras ...*de nossa legislação* oficial. É o típico caso deste princípio e desta regra, a serem insistentemente repetidos:

**Constituição -Art. 226 (*princípio*). A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.**

**§ 8º (*regra*) - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.**

Ao criarem elevado ...*efeito multiplicador* da orientação, do apoio e da assistência ...*de cada um dos que integram* as famílias e as comunidades, os profissionais dessas disciplinas - formados em nossa Academia – têm induzido e estimulado a assistência, a proteção e a defesa social à sociedade ...*que se quer justa*.

Exatamente como comandado nos artigos 203, I, 226, § 8º e 227 da Lei Maior, nos artigos 6 “c” § 2º e 23 da LOAS, e ao longo de todo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Equívocos andam sendo praticados, leitor, por quem deixa de ir ...*além das aparências*, a respeito do ...*princípio/regra* do artigo 98 do Estatuto, que rege a ameaça ou violação de tais direitos/deveres constitucionais:

**Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:**

**I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;**

**II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;**

**III - em razão de sua conduta.**

Veja quais são, digamos, tais ...*equívocos* dos que – não indo ...*além* das aparências - eventualmente ...*desinformam* o público e os diletantes, nessa matéria:

Embora, neste ano de eleições em 2018, haja quem, por assim dizer, ...*namore* com a ditadura, temos sido, nestas quase duas décadas do novo milênio, uma intensa, plural e quase anárquica ...*democracia* institucional. A ...*opinião* que, quanto mais enxerga ...*menos vê*, tem tido primado sobre ...*a reta razão*.

Se não elevarmos ...*o nível* epistêmico do saber popular, ergue-se aquele tipo de lembrança de um conselheiro do Nordeste do país, aqui referido, que falou de um agente público de sua cidade que levanta a hipótese ...*de extinção* do Conselho Tutelar que não for a única ...*porta de entrada* do sistema de garantias.

Única porta de entrada? O artigo 98 e o 101 são ...*princípios/regras* de caráter abstrato, que ...*não especificam* destinatário (não falam, por exemplo, ...*em Conselho Tutelar* como a tal ...*porta de entrada* única que mesmo respeitáveis opiniões insistem em mencionar). Vejam o 101 que, genericamente, fala em ...*autoridade competente*:

**Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar ... medidas:**

Se raciocinarmos em termos de respeitáveis ...*portas*, elas seriam no mínimo três, comandadas pela Constituição, pela LOAS e pelo Estatuto, não uma.

Ambos os artigos comandam ...*aplicação/determinação de medidas* que corrigem ameaças/violações *de direitos* em três hipóteses: A da autoridade ...*parental* e da autoridade ...*profissional*, as quais são ...*informais* em sua ação. A da autoridade ...*administrativa* que tem a característica de ser ...*formal*.

Sem excluir que, conforme o caso, pode haver necessidade de intervenção de uma quarta, que é ...*ritual*: Ou seja, a autoridade ...*judicial*. Completado pela ...*regra* do 101, o artigo 98 contém ...*princípio* que comanda ...*um sistema* formado:

Pelos pais (inciso III), quanto a ameaças/violações praticadas pelos filhos (Const. art. 229). Por especialistas ...*articulados* pelo Creas (inciso II), diante de ação/omissão ...*dos pais* (art. 6 “c” § 2º da LOAS). Pelo Conselho Tutelar (inciso I), frente a tal conduta danosa do Creas ou de outro serviço público (art. 136, I e II do Estatuto).

Falhando tudo, pode ser necessária a ação ...*ritual* do Poder Judiciário. Complexo, não? Contra ...*o simplismo*, detalhemos então um pouco da complexa sequência de ações previstas em nossa organização institucional quanto à extensão do conceito ...*de ameaça ou violação de direitos*.

Pais são cidadãos ...*estadistas* quando trazem (devem ser preparados para trazerem) ...*o Estado* (ou seja, trazerem a sociedade ética, honesta, respeitosamente organizada) dentro de si mesmos (são os da estirpe humana que – sem falsidade, por incrível que possa parecer à humana imperfeição - venham a cultivar honestidade, respeito, ética), por comando oficial do artigo 229 da nossa própria ...*Lei* Maior.

Nessa condição, pais e mães ...*aplicam* (decidem, determinam) medidas de proteção a seus filhos, no constitucional exercício informal de sua ...*autoridade parental*, sob ...*o princípio* do artigo 226, tendo a família como ...*base da sociedade*, sob ...*especial proteção* do Estado.

Se os pais falharem, profissionais ...*articulados* pelo Creas ...*aplicam* *medidas* de proteção (decidem, determinam, ...*na hora* da necessidade) ao promoverem ...*a intervenção* informal (§ 2º e 3º do artigo 6 “c”) prevista na LOAS, segundo o código de ética e os limites[[35]](#footnote-36) de sua ...*autoridade profissional* de assistente social, psicólogo, pedagogo, advogado, administrador e afins.

Algumas formas de ameaça/violação são tecnicamente diagnosticadas e corrigidas através de medidas executadas pelos mesmos que decidem, que determinam o que fazer. Ou, como ...*autoridades profissionais* competentes (sob estrito código de ética) a execução cabe a terceiros setores que detém o saber privativo ...*de outras* especialidades.

Toda profissão incorpora ...*ética* para evitar formas de negligência, de imprudência e de imperícia. Fazem isso, na hipótese em questão, para cumprir ...*a regra* do § 8º do art. 226 da Lei Maior, de que o Estado ...*assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações*.

Falhando o Creas ...*na hora da necessidade* (de manhã, de tarde, de noite, de madrugada), pode entrar em ação ...*o Conselho Tutelar*, o qual, ...*ex petita* (a pedido) de pais ou filhos (art. 136, I e II), decide, no caso, ...*como autoridade administrativa*, sob a ética pública, ao ...*aplicar medida* a ser executada por especialistas.

Ou o Conselho ...fiscaliza, em controle externo (...*ex officio*), como previsto no artigo 90, § 3º, II e 95 do Estatuto. A alínea “b” do artigo 136, III do Estatuto prevê que o Conselho Tutelar pode ...*representar* ao Judiciário, em caso de descumprimento de sua ...*deliberação*, ou seja, ...*de sua decisão*.

Como se vê, o Ministério Público ...*não é* autorizado por lei ...*a aplicar*, ou seja, ...*a determinar* medida, nem determinar que alguém ...*determine medida*.

Sua elevada missão legal é ...*peticionar ao juiz* em ação pública (art. 201, V), instaurando inquéritos, contra os que ameaçam ou violam direitos de cidadania.

Sua missão é, também, ...*requisitar* serviços nos óbvios limites da competência e perícia de cada requisitado (quem não é ...*perito* em serviço social, por exemplo, não pode ser requisitado a produzir relatório ...*social*, nem psicológico, por quem não é psicólogo), assim como é sua elevada missão ...*recomendar* medidas previstas ...*em lei*, para o correto cumprimento legal (art. 201, § 5º “c”), segundo ...*o princípio da legalidade* oficial.

Obviamente, fora das próprias atribuições legais de fulano (ou beltrano, ou mengano), este não pode receber ...*determinação*, ordem ou requisição para que (como serviçal) vá a um lugar fazer isto ou aquilo. Mas o respeitável Ministério Público tem a faculdade legal de acessar qualquer local onde se encontre criança ou adolescente:

**Estatuto – art. 201 § 3º O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente.**

Daí a idéia básica, fundamental, de que temos que manter muitos, vários, inúmeros profissionais especializados que saibam, como todos, dos mútuos limites de ação de cada agente público.

Tudo tem indicado que, sem a respeitável interdependência ...*sistêmica*, entre órgãos e entre profissionais, torna-se impossível (palavra horrível) ...*a sustentabilidade* do sistema ...*de garantia de direitos/deveres* oficiais.

Isso, ora para ...*aplicar* medidas de proteção com autoridade profissional (decidir, determinar, deliberar ...*com autonomia* funcional de, inclusive, produzir diagnóstico social, psicológico, pedagógico, jurídico, administrativo e afins). Ora para ...*executar* tais medidas em cada uma, ou em várias especialidades, segundo a natureza de cada tipo de caso.

E, sem números excessivos, temos que manter órgãos de controle ...*suficientes* previstos no artigo 95 do Estatuto(sem óbvios desvios administrativos do Conselho Tutelar, investigatórios do Ministério Público ou processuais do Judiciário) para a fiscalização adequada ...*da eficiência* oficial de todos os agentes (art. 37 da Constituição), ...*na hora da necessidade*...

Temos, como consequência de tudo isso, que uma sociedade ...*plural* como a brasileira, comporta miríades ...*de opiniões* sobre como o mundo é e como ele ...*funciona*. E sobre como há que ser ...*o dever ser* de cada um e ...*do todo* social. Obviamente, não somos ...*angelicais*. Mas somos ...*democracia*.

Na observação dos saberes e não-saberes ...*de nossa Academia*, na reflexão da inconsequência ou adequação ...*de nossas leis*, a na crítica da obscuridade ou lucidez ...*das multidões*, tanto o egoísmo quanto a solidariedade compõem a maçaroca cívica de nossos vícios e virtudes. Ninguém é melhor que ninguém, o que significa que ninguém ou nada é pior, também.

Tanto ...*os fatos* do mundo físico, quanto ... *os atos* da biologia vivencial ...*e as condutas* boas ou más dos humanos podem favorecer ou podem prejudicar, seja a ...*legítima defesa* da vida e dos viventes[[36]](#footnote-37) (a tal de ...*sustentabilidade*), seja a ubíqua consciência universal (o tal do finalístico ...*ponto ômega* de Chardin e o espiritual ...*insight* *cósmico* de Sagan).

Estamos em ano de eleições e o contraste opinativo se revela. No debate, não apenas há quem mencione ...*extinção* do Conselho Tutelar, como há os que pregam o que, para eles, seria a inutilidade ...*do presunçoso* Creas. Uns não querem ...*controle*, outros não valorizam ...*competência técnica*.

Há por aí um candidato que, se eleito Presidente da República, disse à mídia hoje, 24 de agosto de 2018, que vai rasgar e jogar ...*na latrina*, o que para nós é ...*o pacto de decência* chamado Estatuto da Criança e do Adolescente. Eis aí o lugar-comum, a frase feita, o clichê: Há gosto e desgosto para tudo.

Vejamos, portanto, qual a utilidade prática, e como encarar a idéia ...*do cidadão estadista*, no contexto de uma sociedade tão multiforme como a nossa.

Entre nós, há aquela típica galhofa brasileira, aqui já dita, a respeito da realidade social em que, ...*na prática*, a teoria ...*é outra*. Essa piada supõe falsamente que leis ...*explicam* realidades.

Leis, no entanto, aqui já enfatizadas, e vou insistir, ...*não explicam* realidades, leis são ...*comandos* para o funcionamento do real

Teorias (e, no mundo ...*da opinião*, cada um tem a que mais lhe convém) são, elas sim, enquanto ...*teorias*, tentativas de explicar o que se passa ao redor. São ...*hipóteses* de práticas possíveis, as mais rigorosas, expressas em elegantes ...*silogismos*.

Vamos a um exemplo: Nossa |Lei Maior ...*é um pacto* de sociedade ...*que se quer justa*. Para tanto, ela diz, em seu artigo quinto:

**Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade**

Tal sentença ...*não afirma* que, ao nosso redor, todos são iguais nas práticas da vida. Não. Ela expõe ...*o pacto* de que todos devem ser tratados ...*como iguais*, na sociedade (de práticas sabidamente desiguais) ...*que se quer justa*.

Mas esse comando de cidadania (dos desiguais ...*que se querem* iguais) ...*não tem sido* explicado para ...*o senso* comum da população, a qual, por sua vez, ...*não tem* recebido, ...*na educação básica*, as mínimas noções de como são as regras ...*do dever ser* pactuado na iníqua sociedade contraditória a que pertence.

Daí a proliferação daquilo que se convencionou chamar de ...*Direito encontrado na rua[[37]](#footnote-38).*Na rua, leitor, porque não tem sido recebida dos pais, no processo ...*de educação* ***em casa***, nem pelas políticas públicas, ***em sala de aula***, e na ***assistência social***.

Outro exemplo: O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo terceiro, reza:

**Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.**

Tal ...comando, deriva do anterior, para induzir a ...*inclusão* de crianças e adolescentes no mundo da igualdade de todos perante o artigo quinto da Lei Maior, na pluralidade social ...*que se quer justa*.

Cultuada por uns e desprezada por outros, a teoria, por sua vez, seria aquela através da qual cada um de nós buscasse explicar, digamos, os maus hábitos, os maus usos e os maus costumes humanos ...*na realidade* do cosmos, da assistência pública, da sala de aula, de nossas casas, e de nós mesmos.

Sistemas dentro de sistemas, como máquinas dentro de máquinas. Na sociedade que se quer democrática, não maquinal, as pessoas (no culto ou no desprezo) conservam a humanística dignidade de discordância em ...*explicarem* seu ...*estar no mundo*.

Mas, na confluência dos plurais sistemas de vida, a relativa harmonia ...*de paz social* depende do preparo das criancinhas para o pacto espiritual ...*do cidadão estadista*, que consiste da óbvia convergência ...*de princípios* para ...*o bem comum*: Honestidade, ética e respeito ao próximo ...*consciente*, ...*senciente*, ...*vivente*, ...*ente[[38]](#footnote-39)*.

Convenções de hábitos, usos e costumes pactuam (podem pactuar) formas de reação aos desvios, em ...*legítima defesa*, para que ...*a entropia*, que ...*tudo* corrói, não destrua o sistema oficial de harmonia e paz social.

São ...*anti-*entrópicos no Brasil – se forem operados como ...*desenvolvimentistas* – a política pública ...*de proteção*, denominada pela Constituição de ...*Assistência* *Social*, e seu ...*órgão* de execução na LOAS denominado Creas, que é ...*entidade* (...*de atendimento* pelo artigo 90 do Estatuto) ...*especializada* na essencial ...*interface* com a Educação, a Saúde, a Segurança, etc., e da igualmente essencial ...*articulação* com outros serviços de outras ...*entidades* assistenciais.

Também são ...*entes* sistêmicos os dois conselhos, o Tutelar e o de Direitos, como órgãos de controle externo ...*da eficiência* constitucional ...*do sistema* de ...*legítima defesa* cidadã a que a Constituição dá o nome de ...*proteção especial* (art. 227, § 3º), e a LOAS de ...*proteção social especial* (art. 6 “c” § 2º).

Neste ano de eleições gerais, vejamos, portanto, como se concebe, em nossa Lei Maior, a defesa ...*legítima* que a cidadania pode pôr em movimento, ...*para persistir em seu ser* diante da armadilha ...*que tudo corrói*, posta a operar pelo corporativismo das organizações criminosas.

# a proteção so-

# cial especial

O ponto a que chegamos até agora é o seguinte: Na doutrina ...*da proteção integral*, a sociedade ...*que se quer justa* é aquela que, ao ....*persistir em seu ser* de sociedade organizada em Estado, pratica ...*legítima defesa* para que crianças e adolescentes não fiquem à mercê dos interesses prejudiciais de ...*entidades corporativas* e das consequências deletérias ...*do crime organizado*.

Na evolução normativa brasileira dessa ...*legítima defesa* contra ...*a entropia* (contra ...*a desordem* do sistema de proteção), desordem ...*que tudo corrói*, o conceito ...*de proteção especial* da Constituição de 1988, só foi comandado na LOAS em 2011 sob o nome de ...*proteção social especial*.

Mas esse conceito sempre esteve ...*implícito* no Estatuto da Criança e do Adolescente, desde 1990. E só foi expressamente nele incluído no ano de 2016, sob a denominação de ...*proteção social*:

**Constituição (em 1988) –**

**Art. 227: § 3º - O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:**

**IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;**

**LOAS (em 2011) –**

**Art. 6o-C.  As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas ...no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) ...respectivamente.**

**§ 2o O Creas é a unidade pública ... destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

**§ 3o  Os Cras e os Creas ... possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.** [**(Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art2)

**Estatuto (em 2016) –**

**Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:**

**II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia ...de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;** [**(Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm#art29)

Vou ensaiar agora a explicação sobre como esses três comandos ...*de legítima defesa* sistêmica da sociedade (comandos constantes da Constituição, da LOAS e do Estatuto) se integram contra os maus hábitos, os maus usos e os maus costumes dos que praticam ...*condutas infracionais* que ferem ...*o bem comum*. Atenção, leitor, para ...*o conceito* de tais condutas ...*infracionais*.

Tudo sugere que o Brasil não sairá do buraco social, criminal, moral em que está metido, sem antes reunir, na capilaridade de seus 5.570 municípios, a ...*tecnologia de ponta* por nós cultivada na Academia para as exatas ...*intervenções* sociais, criminológicas e morais que resgatem nossas inumadas virtudes cívicas.

Somos moderna sociedade ...*de massas*. Podemos sempre ...*melhorar a qualidade* ética dos nossos maus hábitos, maus usos e maus costumes. Através, não apenas da usual, costumeira e habitual política preventiva/repressiva de Segurança Pública, mas de forma ...*integrada* com criativas, heurísticas políticas de assistência ...*em interface* com as de saúde mental, educação, cultura e ...*ambiental*.

Ao lado do Direito do mais rico, do mais forte, do mais esperto, do mais conchavado e, por óbvio, ao lado ...*do Direito Oficial*, sem excluir muitos outros mais, temos erguido nosso ...*Direito encontrado na rua*.

E o fazemos à sombra dos vícios cívicos de nosso ...*passado moldador*. Muitos são ...*os Direitos* (conjuntos de direitos e deveres) do coração humano. Mas ...*poucos* são os que exalam honestidade, respeito e ética.

Significado de tudo isso: Estamos em pleno ...*estado de necessidade* integral. Dependemos das sutis ...*intervenções* do caso a caso, dia a dia (...*na hora* da necessidade de cada indivíduo, de cada família, de cada comunidade), ao aplicarmos as regras do artigo 6 “c” § 2º da LOAS, diante da miríade de ...*situações de risco*, que significam situações ...*de perigo*, segundo o conceito ali tipificado de tais ...*situações*.

Dentro de um mês (estamos em início de setembro de 2018), teremos eleições gerais para a escolha de Chefes do Executivo e membros do Parlamento, sob a doutrina ...*da proteção integral*.

Faremos a escolha de representantes, os quais, eleitos, tendem historicamente a praticar (...*têm tendido*, ao longo dos anos, a praticar), não honesta ...*representação* de aspirações também honestas, respeitosas e éticas, mas a agirem como dissimulados ...*líderes* do inconfessável.

E temos mantido órgãos de controle externo (agências, conselhos, comitês) conchavados com essa gente perigosa que transforma crianças e adolescentes em seus também perigosos ...*serviçais*. Daí o agravamento de um ...*estado de necessidade* que requer ...*legítima defesa* por parte da sociedade ...*que se quer justa*.

Dependendo de nossa escolha democrática, teremos ...*ou não teremos* agentes públicos com que iremos ...*ou não iremos* apurar a eficácia das medidas ...”**de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências”**, a que se refere o há pouco aqui citado artigo 87, II do Estatuto.

Enquadremos, portanto, em nosso foco de preocupações, as formas como se caracterizam tanto o eventual conceito ...*de conduta infracional*, quanto as eventuais ...*situações de risco*, perante ...*a evolução* normativa, ...*ao longo dos anos*.

E façamos isso, sob os comandos presentes na Constituição de 1988, no Estatuto de 1990 e na LOAS de 1993. Houve mudanças substanciais nesses três âmbitos.

Peço a generosidade da máxima atenção do leitor, porque, nos textos das leis, e na expressão dos seus intérpretes, as palavras que pretendem dizer o que as coisas são ...*não são inocentes*.

Entre os muitos ...*Direitos* que os pesquisadores podem ...*achar* em sua faina (o do mais forte, o da malandragem, o dos mais iguais que os outros...), existe aquela forma de ...*direitos e deveres* sistemicamente organizados, a que se costuma dar o nome ...*de Direito Natural*. Mas, dele, nos ocuparemos mais à frente, nestas considerações sobre ...*a reta razão*.

De forma ...*oficial*, ou seja, de modo inscrito ...*formalmente* pelo Poder Constituinte da República, no artigo 227, § 3º, IV de nossa Lei Maior, temos a expressão ...*ato infracional*:

**Art. 227: § 3º - IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional.**

Já ensaiei mostrar, em outros escritos, como tal rótulo passou a ser apropriado (passou a ser ...*aparelhado*) pelos ...*menoristas* quando querem se referir a desvios legais praticados por crianças e adolescentes, que eles denominam ...*menores*.

Ao redigir o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós fizemos constar ...*a definição* do que seja ...*ato infracional*:

**Estatuto: Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.**

Insisto, porque há a insistência dos que afirmam que ato infracional é crime ou contravenção praticado por criança e adolescente. E ...*não é isso* que está inscrito nesse artigo 227 de nossa Lei Maior. Nem poderia ser.

Não podemos ...*discriminar* crianças e adolescente, inventando crimes ou contravenções só para eles. Vale o escrito, obviamente. E as palavras ...*não são* inocentes.

Há os que insistem ...*em negar* que crianças e adolescentes pratiquem ...*crimes ou contravenções*, pois ...*apenas* praticariam ...*ato infracional*.

Mas, leitor, o artigo 103 é de uma clareza solar, ...*ato infracional* não é conduta praticável apenas por crianças e adolescentes. Um ...*ancião* pratica ...*ato infracional* quando exerce toda e qualquer ...*conduta* que ...*se desvia* das convenções sociais, como na convenção descrita ...*em lei* como crime ou contravenção. O mesmo vale para adultos, adolescentes e crianças.

Todos somos passíveis de praticar ...*atos infracionais* dos bons hábitos, bons usos e bons costumes, em nossas vidas de humana ...*imperfeição* (pois ninguém é anjo, arcanjo, querubim ou serafim). Com cada categoria etária dessas gerando óbvias consequências próprias.

E, diante de tais ...*contingências*, os agentes públicos tem ...*o dever* constitucional de tratar ancião como ancião, adulto como adulto, adolescente como adolescente e criança como criança. Os conceitos de ...*articulação* e de ...*interface*, foram introduzidos no ano de 2011 através do artigo 6 “c” § 3º da LOAS.

No Centro Especializado, Creas, ...*em articulação* com outros serviços assistenciais ou ...*na interface* com saúde, educação, cultura, meio ambiente, segurança pública, não pode faltar aos assistentes sociais, aos psicólogos, pedagogos, advogados comunitários e afins, aquela essencial ...*explicação* a ser dada a pais, a filhos, a todos na sociedade...*de massas*.

A explicação da figura ...*do cidadão estadista* (aquele que cultiva em seu íntimo a sociedade ...*que se quer justa*), é ...*orientação* a ser dada a pais, a filhos, às massas, e principalmente ...*aos burocratas*, de que existem ...*sempre* duas figuras diante das condutas descrita na lei como crime ou contravenção:

A figura do vitimador (ancião, adulto, adolescente ou criança) e a figura da vítima (anciã, adulta, adolescente ou criança), quando ...*se ameaçam* ou quando ...*se violam* direitos.

O Estatuto da Criança e do adolescente ...*não contém* o conceito ...*de situação de risco* exatamente porque quem está ...*ameaçado* ou está ...*violado* em seu direito (segundo ...*a reta razão*, segundo ...*a lógica* da espiritualidade cósmica, universal) não corre ...*um risco*, não corre ...*perigo* de ser ameaçado ou de ser violado em seu direito. Não. Seu direito está, efetivamente ...*ameaçado*. Ou está concretamente ...*violado*.

Estar oficialmente ...*em situação* de risco, ou estar ...*em situação irregular* (esta última é expressão constante do Código de Menores de 1979), além de serem duas impropriedades lógicas, são rótulos oficiais que violam o direito à não-discriminação:

**Código de Menores de 1979 - Art 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor...**

O conceito por nós adotado em 1990 foi o de ...*ameaça ou violação de direitos*, e o pusemos no revolucionário artigo 98 do Estatuto, artigo esse que ...*não usa rótulos* para qualificar ...*pessoas*:

**Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados...**

Nós, brasileiros, fizemos ...*a inversão* daquele eventual conceito que, quando usado, rotula gente como ...*em situação* irregular ou ...*de risco*.

No tempo ...*do menorismo* o mundo ...*oficial* enxergava ...*menores* quando se viam crianças e adolescentes, os quais corriam ...*o risco*, corriam ...*o perigo*, de serem ...*discriminados*, ...*rotulados*, ...*institucionalizados*, igualmente se fossem vítimas ou fossem vitimadores (daí as malucas instituições ...*para menores* que eram rotuladoras, discriminatórias, massificantes).

Sem rotular, com a Lei Maior de 1988, e com o Estatuto de 1990 que se aplica ao mundo infantil e juvenil, passamos a conceber então, em situação ...*de risco*, não a criança, não o adolescente (vítimas ou vitimadores), mas os que praticam ...*ato infracional* contra eles.

Ou seja, os que praticam ...*conduta descrita na lei como crime ou contravenção*, contra crianças e adolescentes ou contra outros. Risco de serem investigados, processados e punidos como ...*vitimadores*.

Essa ...*inversão* de conceito – mas, sem rótulo oficial discriminador no texto da lei - é essencial para a correta compreensão da doutrina ...*da proteção integral*. Já escrevi isso milhares de vezes. Insisto aqui outra vez.

Também é essencial para que se compreenda como a sociedade ...*que se quer justa* pratica ...*legítima defesa* para ...*persistir em seu ser* organizado ...*em Estado*, sob o princípio do artigo 87 do Estatuto:

**Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:**

**II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia ...de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;** [**(Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm#art29)

Entretanto, a LOAS, desde o início, em 1993, contém a expressão ...*situação de risco* em seu artigo 23. No mesmo artigo ela comanda que a Assistência Social deve cumprir os princípios ...*do Estatuto da Criança e do Adolescente*. Mas o Estatuto, como acabamos de ver, ...*não contém* (nem deve conter) a expressão ...*situação de risco*:

**Art. 23. § 2o - Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros:**

**I - às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no** [**art. 227 da Constituição Federal**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art227) **e na** [**Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)**;** [**(Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1)

Chegamos ao ponto: Na ...*legítima defesa social* da sociedade ...*que se quer justa*, organizada ...*em Estado*, devemos distinguir como a oficialidade deve atuar nas duas hipóteses:

**1.** Situação ...*de risco* de punição ...*para os vitimadores*.

**2.** Garantia, ...*para as vítimas*, de **proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências*,*** como comanda o artigo 87, II do Estatuto.

Notar, leitor, que este ensaio é um esforço ...*meu e seu* da reta razão cósmica para ...*irmos além* das aparências dessa entrópica e contínua ...*ameaça ou violação* de direitos da parte da sociedade ...*que não se quer justa*.

Pode-se pensar isso no âmbito das famílias, das comunidades, do planeta ou de qualquer galáxia, real ou metafórica, onde eventualmente exista o que possa ser chamado de honestidade, respeito, ética e ...*reta razão*.

Veja agora, em novo capítulo, aquilo que nossos legisladores inscreveram na LOAS, quando redigiram seu artigo 6 “c” § 2º, em 2011.

E notem o que, em ...*pronto socorro* social de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, nossos municípios têm ...*o dever constitucional* de corrigir, na prática do dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, instante a instante.

# pronto socorro social

Aprofundemos um pouco mais nosso esforço em ir ...*além das aparências*. Prestemos atenção no que a LOAS cria através da redação de seu artigo 6 “c”:

**§ 1º O Cras é a unidade pública ... de proteção social básica às famílias.**

**§ 2º O Creas é a unidade pública... destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

**§ 3º Os Cras e os Creas ... possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.**

Notar aí que, sob a sigla “Cras” - burocrata ...*adora* rótulos e siglas - cria-se uma ...*entidade de atendimento* que se destina ...*à proteção social básica* às famílias. Sob outra sigla, “Creas” institui-se outra ...*entidade de atendimento,* prestadora de serviços às pessoas que ...*demandam intervenções especializadas*.

Especializadas em quê? Em ...*socorrer*, com técnicas de serviço social, psicologia, pedagogia, advocacia e afins, pessoas que estão ...*violadas em seus direitos* ou submetidas ...*a contingências*. É ...*contingente*, segundo o Houaiss, todo ...”*fato imprevisível ou fortuito que escapa ao controle*”.

O Creas é, portanto, ...*pronto socorro social* que articula também outros serviços,a pessoas que, por definição, devem ser ...*socorridas* seja de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, ...*na hora da necessidade*, por assistente social, psicólogo, pedagogo, advogado, e afins (não por conselheiro tutelar, meu caro promotor de justiça, pois o Conselho é ...*fiscalizador* das entidades de atendimento em que operam tais especialistas), pelo fato dos socorridos estarem *...vitimados* em seus direitos sociais.

Mas os burocratas - que não resistem mesmo a sigla e rótulo - insistem no rótulo eufêmico de ...*situação de risco* aos indivíduos e às famílias que necessitam ...*desse pronto socorro social* por essa ...*violação de direitos*.

Notar, leitor, que é um autêntico ...*oximoro* dizer que alguém está ...*em situação de risco por estar violado em seus direitos*. Risco de quê? se já ...*sofre* violação de direitos!

Portanto, indo ...*além das aparências*, temos que perguntar: Em termos ...*de* direitos, qual é ...*o risco* (qual é ...*o perigo*) que correm esses indivíduos e famílias (pais e filhos) rotulados eufemisticamente como ...*em situação de risco*? O burocrata, também nesse tema, quanto mais enxerga, menos vê.

Tais pessoas não são atendidas devido ...*a risco algum* de serem ...vitimadas, pois são atendidas ...*em pronto socorro* social, leitor, exatamente por serem reais e autênticas vítimas ...*de violação de seus direitos*. Estavam ...*em risco* de vitimização, ...*antes* de serem ameaçadas, maltratadas, discriminadas, submetidas a mazelas sociais.

Nós, ao redigirmos o Estatuto da Criança e do Adolescente já havíamos ...*repudiado* o então infamante rótulo de ...*menor em situação irregular*.

A ...*reta razão*, agora, nos leva a repudiar ...*o vício* da burocracia que adora rotular classificações revitimizadoras às vítimas, como é o caso de impor o descabido e inconstitucional eufemismo de ...*situação de risco* às famílias já ameaçadas, maltratadas e sofredoras das mazelas sociais.

A mesma ...*reta razão* nos leva a cobrar, veementemente do Ministério Público, fiscal ...*da Lei*, que inste junto a seus órgãos locais - os promotores de justiça - que ...*zelem* para que o pronto, imediato ...*socorro social* (sigla oficial “Creas”), atenda não só no insuficiente e ridículo expediente burocrático das nove às seis quando atende, às vezes ...*nem isso*.

E que ...*o socorro* prestado por assistente social psicólogo, pedagogo, advogado e afins, em plantões dia e noite, funcione prontamente em ...*interface* com a polícia militar nas ruas, a polícia civil nas delegacias, a escolas e plantões médicos. E submeta a qualidade de seus serviços à ação fiscalizadora do Conselho Tutelar, em vez de, quando ...*não querem trabalhar*, fazerem dos conselheiros ...*seus serviçais*.

Nos termos da lei, o promotor de justiça deve instar que ...*tal pronto socorro* atenda aos ...*violados em seus direitos*, prontamente, ...*na hora da necessidade*, de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, como qualquer outro pronto socorro público que mereça esse nome.

E o faça em plantões de serviço social, de psicologia, de pedagogia, de advocacia e afins, de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, para iluminar de cidadania a penumbra da vileza social.

Sem querer que um pobre, para ser atendido por médico, psicólogo, pedagogo, assistente social, advogado, ...*em pronto socorro* social, passe antes por uma pobre e burocrática ...*porta de entrada* denominada ...*conselho tutelar*.

Tudo parece indicar que o Brasil só sai do buraco burocrático, administrativo, político e social em que se encontra, se elevarmos o padrão de honestidade/respeito ao próximo/ética dos municípios.

As técnicas ...*epistêmicas* de serviço social, pedagogia, psicologia, advocacia e afins, no ...*pronto socorro social*, são “*o espírito soprando sobre a argila*”[[39]](#footnote-40) principalmente nos municípios menos favorecidos e mais mergulhados no ...*ramerrão* brumoso do senso comum.

A forma não meritocrática de seleção dos conselheiros tem feito com que estes sejam tacanhamente submetidos a uma condição funcional análoga à de ...*serviçais* por outros agentes públicos.

Entretanto, há o padrão epistêmico corretamente exercido por assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, advogados, no local e na hora certa ...*do pronto socorro social*.

As entidades onde operam tais especialistas devem ter oficialmente sobre elas o meritocrático controle externo fiscalizador exercido pelo Conselho Tutelar como colegiado, e dos conselheiros como seus fiscais. Tal Conselho é órgão ...*fiscalizador* dessas entidades onde servem ...*os especialistas*. Como já descrito neste ensaio.

Escrevo isto em 2018, sete anos depois de oficializado, em 2011, ...*o pronto socorro social* denominado Centro de Referência Especializado de Assistência Social, em cada município, através da lei federal brasileira.

Como ...*custos legis*, ou seja, como ...*guardão da lei*, chegou a hora do MP zelar pela exigibilidade ...*do pronto socorro* em tempo integral e do correto controle da sua qualidade epistêmica e sua eficiência, pelo Conselho Tutelar nos termos dos artigos 95 e 90, § 3º, II do Estatuto.

Os princípios elementares ...*da lógica epistêmica* parecem indicar que o MP deve zelar para que os conselheiros sejam corretamente selecionados em concurso denominado processo de escolha no artigo 139 do Estatuto, não entre os mais espertos, os mais conchavados, os mais interesseiros.

Que sejam selecionados entre os mais dignos, mais competentes, mais titulados, nos exigíveis e constitucionais termos do artigo 37, II de nossa Lei Maior aqui já reproduzido.

A concepção ...*sistêmica* da doutrina ...*da proteção integral*, na sociedade ...*que se quer justa*, repousa na prática daquilo a que os juristas aplicam o conceito técnico ...*de exigibilidade*.

Neste caso, trata-se da ...*exigência* de correções de eventuais desvios através da perícia dos órgãos reguladores. Ou seja, corrigir distorções do conhecimento acadêmico especializado, de um lado, e desvios quanto ao que se legisla através do Estado regulador, de outro.

Isso, leitor, para que, na construção ...*de um novo* passado moldador, alcancemos os benefícios do conhecimento epistêmico na transmissão dos bons ou maus hábitos, usos, costumes de pais para filhos, no dia a dia das comunidades.

Neste fatídico ano de 2018, em que se escreve este ensaio, quais são ...*as interfaces* entre políticas públicas, que não vêm sendo cumpridas, na hora ...*do pronto socorro social*?

As interfaces que, de forma repetitiva, ...*não vêm sendo praticadas* pelos Centros de Referência Especializados em Assistência Social, são as que devem ser feitas com as escolas, na hora da necessidade, com as polícias militar e civil, na hora da necessidade, com as emergências médicas, na hora da necessidade, e outras afins.

Vamos descreve-las, em suas peculiaridades, agora, para que o leitor possa ir ...*além das aparências* do que a burocracia tem mostrado na sua ação e noticiado nos meios de comunicação.

Comecemos descrevendo ...*a interface* do Centro de Referência Especializado, Creas, com as escolas, quando faltem aos pais condições materiais ou imateriais para, em família, ...*assistirem* os próprios filhos (art. 229 da Constituição) no processo ...*de educação*.

## **a interface com a escola**

Assistimos, nesta semana, à surpreendente decisão do Supremo Tribunal Federal proibindo o chamado ...*”Homeschoolling”, ou ...educação domiciliar*, em que os filhos são educados ...*em casa*, são alfabetizados ...*em família*.

A matéria é controversa, com especialistas se dividindo entre o sim e o não quanto a essa forma de, digamos, construir ...*o passado moldador* das gerações em busca dos cidadãos que tragam, no íntimo, o Estado ...*que se quer justo*.Mas, o que ocorre é que, na elaboração de nossa ...*Lei Maior* de 1988, já escolhemos nosso lado a respeito. Os pais têm ...*o dever* de educar os filhos. Vejam:

**Constituição - Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.**

Notar que o termo ...*menores* nessa redação do artigo 229 é ...*um adjetivo*, enquanto que, até então, ...*o menor*, ou ...*os menores* eram palavras usadas ...*como substantivo* para ...*rotular* crianças e adolescentes, em certas situações discriminatórias.

Vejamos, portanto, como discutir essa matéria no âmbito daquilo que a LOAS denomina ...*interface* entre a Assistência Social e a Política Pública de Educação, e daquilo que o Estatuto da Criança e do Adolescente comanda assim:

**LOAS – Art. 6 “C”, § 3º Os Cras e os Creas são unidades públicas ...que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam ... serviços ... da assistência social.**

**Estatuto - Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.**

**Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:**

**I - maus-tratos envolvendo seus alunos;**

**II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;**

**III - elevados níveis de repetência.**

Como já discutimos exaustivamente neste e noutros ensaios, há muita gente querendo voltar ao tempo ...*do menorismo* (em que os que ...*enxergavam* crianças e adolescentes, na verdade ...*o que viam* eram ...*menores*).

Havia a chamada ...*lei tutelar do menor*, aplicada pela autoridade pública chamada ...*juiz de menores* que ...*tutelava* pais e filhos quando crianças e adolescentes fossem vítimas ou vitimadores, sob o rótulo de ...*menores em situação irregular*.

Auxiliada pelos chamados ...*comissários de menores* tal autoridade determinava ...*intervenções* nas famílias e nas escolas, sob o denominado ...*prudente arbítrio*. Em ensaios anteriores, já mostrei os artigos da lei da época que regia tudo isso.

O problema é que nenhum arbitrário se julga ...*imprudente*, o que nos levou a transformar a lei que tutelava ...*pessoas* em lei que tutela, desde 1988, no Brasil, ...*o direito* das pessoas*.* Sejam elas anciãs, adultas, adolescentes ou crianças.

A partir de então, ...*as intervenções*, quando necessárias, passaram a ser feitas ...*pelas políticas pública*sdo Poder Executivo, sob ...*controle externo* de Conselhos Públicos especializados, em ...*direitos difusos*, como o Conselho de Direitos, e ...*direitos individuais*, como o Conselho Tutelar.

Agora a questão só vai ao Poder Judiciário se alguém com interesse na matéria, ...*em petição*, aí incluído o MP, provoca o juiz ...*em sua jurisdição*, propondo o chamado ...*devido processo legal.*

Entretanto, muitos municípios não são hoje orientados para o paradigma da Constituição de 1988, do Estatuto de 1990 e da LOAS de 1993.

Nessas municipalidades, muitos ainda querem as arbitrárias intervenções sobre ...*as famílias* e sobre ...*as escolas*, como se os conselheiros fossem os já revogados ...*comissários de menores* de um juiz Outros os concebem como membros de um inconstitucional ...*tribunal* de exceção. Mas isso já procurei explicar antes neste ensaio.

O professor, desesperado com o desrespeito, a indisciplina e a agressividade, muitas vezes lança o chavão que fez do Conselho Tutelar ...*o bicho papão* de filhos e alunos: ...- “*menino, cala a boca senão te mando (ou chamo) o conselho tutelar*”.

Isso, leitor, é resquício ...*do menorismo* do Estado interventor que ainda habita o coração e as mentes. Seria como dizer: ...”- *eu chamo o comissariado de menores*”. Ou ...”*chamo os juízes de exceção*”. Ou, embora não queira mais repetir aqui, seria usar o Conselho Tutelar como ...*a mão do gato* de uma velha anedota popular.

Procurando ir ...*além das aparências, v*ejamos, pois, como raciocinar (como pôr ...*a reta razão* para trabalhar) sob a ...*regra* *oficial* brasileira da interface entre o ...*assistir* e o ...*educar*.

Se ...*o aluno* é indisciplinado, desrespeitoso, agressivo, ou ...*se é infrequente* ele necessita de orientação e ou apoio social, psicológico, pedagógico, jurisprudencial, na sociedade ...*que se quer justa*.

A primeira ...*autoridade* a chamá-lo para ...*a reta razão*, é o professor através do exercício ...*de sua autoridade*, em sala de aula, e do conjunto da hierarquia do sistema de ensino.

A relação entre a escola e a família é evidente, sob a primeira regra ...*da autoridade* a ser exercida sobre crianças e adolescentes no Brasil, segundo o artigo 229 de nossa Lei Maior: Trata-se da autoridade familiar, exercida por pai e mãe (ou pelo responsável civil que substitui pai e mãe que são o tutor ou o guardião).

Notar que em regime ...*de acolhimento*, os pupilos estão sob a autoridade ...*de seu guardião* na política de Assistência Social (aqui já detalhamos isso).

Diante da necessidade ...*de intervenção* por indisciplina, desrespeito, agressividade, infrequência na escola, cabe aos pais ou responsáveis (tutor ou guardião) orientar filhos e pupilos, identificar recursos e fazer o uso desses recursos, no atendimento e na defesa dos direitos em jogo na situação.

É, pois, ...*lugar comum* dizer que escola e família (inclusive a família ...*substituta* por tutela ou guarda, nos termos do artigo 28 do Estatuto) devem se unir e trabalhar com mútua interação e sinergia, para os bons resultados do processo da educação de filhos, pupilos e alunos.

Mas, e se faltarem aos pais ou responsáveis condições materiais ou imateriais para ...*assistir* filhos ou pupilos com essa orientação e essa identificação de recursos (sociais, psicológicos, pedagógicos, médicos e afins) no atendimento dos direitos e deveres familiares?

A Lei brasileira prevê um profissional altamente qualificado, dotado de saber epistêmico especializado em ...*serviço social* para essa orientação, identificação de recursos e feitura do uso desses recursos no atendimento e na defesa de direitos. Veja leitor, qual é esse profissional:

**Lei 8.662/93:**

**Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:  V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;**

A mesma Lei Maior diz que há dever ...*de assistir* pais e filhos que tenham ...*necessidades* as quais, por óbvio, são enfrentáveis com técnicas não apenas ...*de serviço social*, mas também de psicologia, pedagogia, advocacia e afins, naquela política pública a que a Constituição dá o nome de Assistência Social.

Para a LOAS, isso deve ser feito num Centro de Referência Especializado sob a sigla CREAS, Centro esse que deve ...*articular* serviços assistenciais que operam ...*nos regimes* de orientação, de apoio sócio-educativo, colocação familiar, acolhimento (artigo 90 do Estatuto), em ...*interface*, no caso, com a política Pública ...*de Educação*.

Dizem que Monteiro Lobato (1882-1948) teria dito (já lá vão cem anos) que um país se faz com homens e livros. Muita leitura e estudo demandam a interface epistêmica entre Creas e Escolas para fugirmos das formas de ignorância, de incompetência, barbárie, agressividade, violência que começam em família e em sala de aula.

Portanto, faz parte ...*dos recursos* escolares uma elevada carga de ...*interação e sinergia* entre a escola, as famílias e o Creas, embora este Centro de alta especialização venha sendo negligenciado por muitos municípios desde 2011, o que deve ser corrigido, para sairmos do Século Vinte e adentrarmos o Século XXI.

Entre outras hipóteses, o artigo 98 do Estatuto deixa evidente em seu inciso primeiro, que cabe ...*medida de proteção* quando direitos reconhecidos forem ...*ameaçados ou violados* por ação ou omissão do Creas, como órgão ...*do* Estado, em suas relações com a Escola.

**Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:**

**I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;**

É ...*um direito* de pais e filhos serem ...*assistidos* pelo Creas, ou por serviços articulados pelo Creas, quando a família não dispõe de recursos materiais ou imateriais próprios.

Município bem organizado conta com agentes da Assistência Social, e da política de Educação que sabem que o Creas (não o Conselho Tutelar) têm ...*o dever* oficial de ...*intervir* para assistir filhos e alunos nas necessidades não atendidas pelos pais, dado que pais e filhos têm ...*o direito* constitucional à assistência social.

Mas a opinião pública nem sempre é corretamente informada a respeito. Daí a recorrente cobrança, através da mídia, de que conselheiros funcionem como ...*comissários de menores*. Ou como ...*juízes de exceção*.

Deve-se, portanto, divulgar amplamente à opinião pública, que se houver aluno infrequente, indisciplinado, agressivo, violento, quem deve ser mobilizado para cumprir dever ...*constitucional* a respeito, é a Assistência Social, não Conselho Tutelar.

Este, só quando ...*esgotados os recursos* da interface pública ...*assistência/educação*. Se houver prática delituosa, o caso passa a ser, também, policial. Mas da polícia trataremos mais adiante.

Se o Creas se omite ou falha, nos termos do artigo 136, I e II do Estatuto, pais e filhos podem se socorrer do Conselho Tutelar (que é ...*fiscal* do Creas e de outras entidades mencionadas no artigo 90, mas ...*não é* órgão fiscalizador ...*de escolas*) para ...*determinar* sob as penas da lei, que o Creas ...*os assista* com recursos de serviço social, de psicologia, de pedagogia, de advocacia e afins. Repito, da polícia trataremos daqui a pouco.

Com o Conselho de Direitos registrando entidades e inscrevendo programas e, nos termos do artigo 131 do Estatuto, o Tutelar zelando por direitos, devem ambos ...*insistir* que seu Município organize o ...*sistema de proteção integral* como aqui descrito, através ...*de protocolo* eficiente e eficaz, pois esse é o modelo instituído pela Constituição, LOAS e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Perante eventual ...*omissão* do Município a respeito, o Judiciário pode ser ...*provocado* em sua jurisdição, para impor à municipalidade, a obrigação de cumprir a Lei Maior.

Quando tiver notícia de que há falha ...*na interface* entre Assistência Social e Educação, o Conselho Tutelar, nos termos do artigo 136, III, “a”, deve ...*requisitar* que o Creas cumpra seu dever ...*constitucional*, caso a caso.

E deve ...*atestar* a qualidade desse serviço ao outro Conselho, o de Direitos. Na dinâmica ...*sistêmica* de nossa garantia de direitos, pode ...*representar* ao juiz para a efetividade de sua ...*requisição* (inciso “b” desse artigo 136, III).

Deve também ser ...*comunicado* pela direção de cada escola da ocorrência das ...*três hipóteses* (não mais que essas três, como aqui explicado em capítulos anteriores), em que haja: 1. o crime ...*de maus-tratos*. 2. A evasão. 3. a infrequência, mas muita atenção, comunicar ...*infrequência* desde que ...*esgotados* os recursos mobilizáveis na interface aqui tratada:

**Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:**

**I - maus-tratos envolvendo seus alunos;**

**II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;**

**III - elevados níveis de repetência.**

Casos de indisciplina ou agressão entre os próprios alunos ...*não são*, nem devem ser hipóteses dessa comunicação, pois é questão técnico-pedagógico-psicológica do âmbito da interface escola/creas/família. No limite, também com interface policial.

Notar ...*que todos* devem ser muito bem capacitados a reconhecer o crime ...*de maus-tratos*, na forma como ele é rigorosamente descrito, tipificado, no artigo 136 do Código Penal, como aqui também já referido anteriormente. Voltaremos a ele daqui a pouco.

Quanto ao meritórioMinistério Público, como ...*Custos Legis*, ou seja, na qualidade de ...G*uardião da Lei*, deve ele zelar que a Constituição, a LOAS e o Estatuto sejam respeitados e civicamente cumpridos, numa legal, saudável, eficiente e razoável ...*divisão social do trabalho*.

Com pais assistindo e educando filhos em família. Com escolas cumprindo educação pública. Com o Creas assistindo pais e filhos na hora das necessidades. Com o Conselho de Direitos registrando entidades e inscrevendo programas. Com o Conselho Tutelar zelando por direitos e fiscalizando entidades.

### **12.2 a interface com a saúde**

O primeiro livro do Estatuto, entre os artigos 7º e 18º trata do direito à vida e à saúde, sendo que o 13º reza:

**Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de ... maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar ... sem prejuízo de outras providências legais.**

O Código Penal assim tipifica o crime ...*de maus-tratos*, em seu artigo 136:

***Código Penal: Maus-tratos - Art. 136 - Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:***

***Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa. § 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de um a quatro anos. § 2º - Se resulta a morte: Pena - reclusão, de quatro a doze anos. § 3º - Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos.(Incluído pela*** [***Lei nº 8.069,***](http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8069.htm) ***de 1990)***

Tenho notado em meus seminários que a maioria absoluta dos agentes públicos do Creas e demais serviços da Assistência Social, assim como dos Conselhos de Direitos e Tutelar ...*jamais* foram capacitados a entender qual é ...*o conteúdo* desse complexo crime de maus-tratos.

Os agentes públicos não vêm sendo orientados a reconhecer a incidência e a grave extensão desse delito nas famílias, nas escolas, nas relações de saúde, trabalho, custódia ou convivência, âmbitos em que ...*o conceito* de crime ...*de maus-tratos* se aplica.

Há aspectos ...*sociais* desse ...*ato infracional* de caráter *criminal*, donde a importância do especialista ...*em serviço social* no Creas, para a interface com a saúde. Há aspectos psicológicos, que pedem perícia ...*em psicologia*. Pedagógicos, que propiciam a interface do profissional em educação. E severas consequências jurídicas de caráter advocatício. Entre outras mais.

Essa complexidade mostra a amplidão e profundidade de nossas escolhas nas próximas eleições. E põe em relevo a grosseria de um dos candidatos que prometeu rasgar o Estatuto e jogá-lo ...*na latrina*.

Mas a sabedoria ...*de senso comum* de nossa geração é incisiva na máxima popular de que o que ...*aqui se faz*, ou ...*se fala*, aqui ...*se paga* com sanção divina. No caso, com rasgo e latrina no abdome, durante a campanha eleitoral. A sociedade ...*que se quer justa* procura ...*ir além* de tal simplismo. O que esperamos é a reflexão sobre a humana contingência de nosso ...*vale de lágrimas*.

As consequências danosas, então, passam a ser as besteiras, as bobagens, os desvios, as impropriedades praticadas pelos órgãos públicos, quando seus agentes não sabem qual é o ponto ...*alpha* de onde partir, nem em que consiste o ...*ponto ômega* da indispensável intervenção oficial.

Dá ao menos para desconfiar, entretanto, o resultado entrópico e iatrogênico que daí resulta. Esta reflexão é sobre o capítulo ..D*o Direito à Vida e à Saúde*, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

É ...*entrópica* toda ...*desordem* dos sistemas. Aqui, sistema ...*de proteção integral* à cidadania. São...*iatrogênicos* os sistemas que, feitos para ...*curar*, geram enfermidade ou morte.

O comando a ser explicado, detalhado, ensinado a assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados e afins, na interface ...*assistência/saúde* é o desse artigo 13 do Estatuto aqui referido.

Ou seja, ...*sem que se prejudiquem outras providências legais*, deve ser comunicada ao Conselho Tutelar, toda suspeita ou confirmação da prática, por alguém, do crime ...*de maus-tratos*.

Calma, leitor, que vamos mostrar em seguida, quais são essas ...*outras providências legais*, as quais, como se comanda, ...*não podem ser prejudicadas*.

Mas temos notado intensa atividade de agentes públicos que já deixaram seus cargos e passam a atuar nos municípios como ...*descapacitadores* porque são chamados, digamos, ...*a ensinar*, o que ...*não sabem*. O que fazem, tem sido repassar para novos ocupantes de seus antigos cargos, o que fizeram nos últimos tempos.

Entretanto, o que praticaram foram funções deformadas por ...*entropia* e por ...*iatrogenia* em programas de execução de medidas ou em conselhos de controle dessa execução.

Em boa parte, porque operaram ou operam com o mero exercício ...*do senso comum* (repito ...*senso-comum*), o que reforça o desconhecimento generalizado de quais são as características ...*epistêmicas* (repito ...*epistêmicas*) do crime *...de maus-tratos*.

Sobre ...*especialização*, com formação ...*continuada* de alta especialização*,* veja como o Estatuto comanda o tema:

**Estatuto - Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:**

**VIII - especialização e formação continuada dos profissionais que trabalham nas diferentes áreas da atenção à primeira infância, incluindo os conhecimentos sobre direitos da criança e sobre desenvolvimento infantil;** [**(Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm#art30)

**IX - formação profissional com abrangência dos diversos direitos da criança e do adolescente que favoreça a intersetorialidade no atendimento da criança e do adolescente e seu desenvolvimento integral;** [**(Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm#art30)

Entremos pois, agora, no terreno ...*epistêmico* do crime ...*de maus-tratos* no cumprimento do capítulo ...*Do Direito à Vida e à Saúde* no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em se tratando de ...*um crime*, a conduta legalmente descrita ...*como maus-tratos* apresenta duas figuras: A da ...*vítima*, e a do ...*vitimador*.

Duas, então, passam a ser as providências que ...*não podem* ser prejudicadas, ...*a proteção* oficial, como ...*direito* constitucional do vitimado, se for o caso. E a persecução ao vitimador, como ...*dever* oficial do Estado.

Acionar a...*assistência* social, para a proteção à vítima, assim como acionar a ...*segurança* pública, para investigar o suposto ...*vitimador*, são medidas essenciais no âmbito da doutrina ...*da proteção integral* à cidadania.

Isso, além da igualmente obrigatória comunicação ...*ao Conselho Tutelar* da suspeita ou confirmação de eventual prática do crime ...*de maus-tratos*.

Um ...*protocolo* deve ser organizado, em cada município, com as peculiaridades locais tanto da forma como o problema se manifesta, quanto nas potencialidades de sua solução. Sempre com o controle da burocracia pela cidadania e não o contrário.

Como se vê, ao contrário do que repassam os que ...*descapacitam* agentes públicos ...*da proteção integral*, conselheiros ...*não são* (não podem ser) comunicados (art. 13) para agirem como investigadores da prática ...*de maus-tratos*, nem como especialistas ...*em proteção* às vítimas. Não.

Tanto na hipótese do chamado ...*Disque 100*, por exemplo, quanto no comando do artigo 13 do Estatuto, conselheiros, na ...*capacitação* oficial correta, são agentes a serem orientados ...*para zelar* (art. 131), como ...*fiscalizadores* (art. 95) da garantia de proteção e de investigação.

Protege-se a vítima e investiga-se o vitimador, sempre em ...*interface* entre o Centro de Referência denominado Creas para dar proteção especializada, ou para articular serviços que protegem (artigo 6 “c” §§ 2º e 3º da LOAS), e a polícia ...*que investiga* condutas e indicia suspeitos (artigo 144 da Constituição).

Prática, portanto, ...*da reta razão*, da lógica aplicada, do conhecimento ...*epistêmico*, que produzem desenvolvimento com eficiência (art. 37 da Constituição). Não se trata, pois, do mero e cediço ...*senso comum* das diversas formas ...*de amadorismo* que mantém o chamado ...*status quo*, estado de coisas entrópicas e iatrogênicas.

Quanto à ...*proteção integral*, temos então que ir ...*além* de antigas aparências, e conceber a saúde não mais ...*apenas* como ...*ausência* de doença. Daí que ...*maus-tratos* é má conduta de alguém contra a vida ou contra o ...*epistêmico* estado de completo bem-estar físico/mental/social de outrem – estado esse a que a OMS, Organização Mundial da Saúde hoje denomina ...*saúde*.

Mas estado ...*de bem-estar* de pessoa (a que a ditadura dava o rótulo de ...*bem-estar do menor*) que eventualmente esteja sob a autoridade (filho, aluno, paciente), a guarda (pupilo, hóspede, protegido) ou a vigilância (passageiro, usuário, detento,) daquele ...*que maltrata*.

O artigo 13 do Estatuto comanda o vitimado ou eventual terceiro interessado na questão, como ...*senhores* da ...*conveniência* e da ...*oportunidade* em mover o Creas, ou programa articulado pelo Creas (não mais ...*o juizado* com seus comissários do antigo tempo ...*do menorismo*), para a proteção ...*da vítima*, e para mover a polícia na persecução do suposto ...*vitimador.*

O mesmo artigo 13 comanda, também, que essa forma criminosa ...*de maltratar* pessoas (ou seja, que esse ...*crime* de maus-tratos) se dá quando ...*se privam* de alimentação as vítimas sob autoridade, guarda ou vigilância, ou também privando-as de cuidados indispensáveis, sujeitando-as a trabalho excessivo ou inadequado, bem como abusando de meios de correção ou disciplina.

Esse, leitor, é o rico ...*e integral* conteúdo psico-pedagógico-social ...*da proteção integral* a ser trabalhado, ...*na hora* da necessidade(de manhã, tarde, noite, madrugada), pelos especialistas contratados (como há muito já são contratados médicos, enfermeiros e paramédicos) para atuar em plantões com as técnicas de serviço social, de psicologia, de pedagogia, de jurisprudência e afins.

Isso, quer no Creas ou em serviços articulados pelo Creas, para com os atendidos pessoalmente, e junto às famílias e comunidades. Sempre através de epistêmica interface com todas as demais políticas públicas locais. E com protocolo municipal cuidadosamente organizado sob o princípio ...*da descentralização* político-administrativa constitucional.

Sou testemunha que os membros de nossas respeitáveis Formas Armadas sabem disso tudo, porque estudam e desenvolvem altos níveis epistêmicos em nossas Academias.

No dia em que se noticiou que um general, no Sul, admitiu que o Estatuto ...*seja extinto*, ouvi uma velha senhora invocar a vingança divina como a que – segundo ela - moveu a mão que rasgou a barriga do capitão candidato (aquele que quer ...*rasgar* o Estatuto) e a mão do médico para colar-lhe o que, segundo ela, seria uma vingativa bolsa coletora de dejetos.

Não penso assim. Acho que se trata de ignorância e crendice, ambas igualmente distribuídas em todos os estamentos e quadrantes de nossa humana imperfeição. O médico ...*de plantão* salvou a vida do esfaqueado ...*com epistêmica* e exemplar intervenção, ...*na hora* da necessidade. ...*Proteção Integral*, leitor.

Quanto ao Estatuto, ele deve ser corretamente estudado e enaltecido como registro e reflexo de nossas melhores ...*virtudes* cívicas.

## **12.3. a interface com a segurança**

Acabamos de ver que a Organização Mundial da Saúde (OMS) define **saúde** como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”

No mundo epistêmico, que vai ...*além* das aparências vulgares do rame-rame cotidiano, a Segurança Pública é concebida como evidente extensão de ...*um estar-social* que atende aos requisitos de ...*incolumidade[[40]](#footnote-41)* física, mental e social da própria definição ...*de saúde*.

Essa a razão pela qual nossa Lei Maior contém o seguinte comando que preside aspectos fundamentais da doutrina ...*da proteção integral*:

**Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio...**

Então, com os mesmos requisitos do ...*tipo penal* do crime ...*de maus-tratos* que vai ...*além* de pôr em perigo a saúde ...*física* das pessoas, ao incluir também a saúde ...*mental* e a ...*social* do maltratado, o conceito ...*de segurança pública* vai ...*além* da segurança meramente ...*física* das pessoas, pois inclui, igualmente, tanto a incolumidade ...*mental* quanto, obviamente, a incolumidade ...*social* da condição cidadã.

É enorme, pois, o terreno em que os especialistas da ...*proteção social especial* do Creas (artigo 6 “c” § 2º e 3º da LOAS) devem operar técnicas de serviço social, psicologia, pedagogia, jurisprudência e afins, ...*na interface* de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, entre Assistência Social local e as duas polícias, a Civil e a militar, na Segurança Pública.

Não é possível que, a partir de 2019, a Assistência Social insista em continuar atuando burocraticamente das oito às cinco, enquanto as polícias militar (com técnicas de prevenção e repressão) e civil (com técnicas de investigação) operam nas vinte e quatro horas do dia.

O Creas não pode negar ...*interface* com técnicas de serviço social, psicologia, pedagogia, advocacia e afins ...*nos plantões* de noite e de madrugada, em que tanto a polícia militar quanto a civil trabalham com técnicas de prevenção, repressão e investigação de delitos, continuamente, em favor ...*da incolumidade* pública.

Quando crianças ou adolescentes vitimizam ou sejam vitimizados, no mundo ...*da Segurança Pública* há espantosas notícias, nas quais descreio, não posso, me recuso a acreditar.

Segundo essas versões, há promotorias de justiça, órgãos do excelente MP brasileiro, repito: ...*excelente*, que ...*determinariam* a conselheiros executarem essas ...*intervenções* que ...*a* Lei diz serem privativas de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados e afins, de manhã, de tarde, de noite, de madrugada.

Deploro, se eventualmente houver verdade nisso, dado que o MP é fiscal ...*da Lei*, e a Lei, no caso (a LOAS em seu artigo 6 “c” §§ 2º e 3º) comanda que tais ..*intervenções* sejam de... *proteção social especial* por especialistas ...*do Creas*, diante das necessidades psicológicas, pedagógicas, advocatícias, de serviço social e afins, em favor ...*da incolumidade* pública..

Deixo de repetir, aqui, o que já detalhei ...*alhures* sobre o tema, mesmo diante da múltipla repetitividade dos desvios.

Conselho Tutelar tem ...*autonomia* legal para ...*zelar* (art. 131 do Estatuto) pelo direito constitucional que crianças e adolescentes têm, no Brasil, de serem ...*assistidos* pela assistência social. Com técnicas de serviço social, psicologia, pedagogia, advocacia e afins na garantia ...*da incolumidade pública*. Proteção ...*integral*.

Omissão ou deficiência do Creas (órgão do Estado), que é ...*autoridade competente* para ...*intervir* caracterizam a hipótese do inciso “I” do artigo 98 do Estatuto. Então, o Conselho Tutelar, que é, por sua vez, ...*autoridade competente* para ...*outro* fim, como ...*fiscalizadora* do Creas e afins (artigos 90 e 95 do Estatuto), pode, se for o caso, ...*determinar* que o Creas cumpra corretamente sua função.

**Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:**

**I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;**

**Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar ... medidas.**

Ou pode (ver artigo 136, III, “a” do Estatuto) ...*requisitar*, tanto ...*assistência*, quanto ...*segurança* pública, se necessário

**Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:**

**III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:** **a) requisitar serviços públicos nas áreas de ... serviço social, e segurança;**

Conselheiros devem, portanto, com a ...*autonomia* de que dispõem, decidir: Serem ...*servidores* da Lei, ou serem usados noite e dia ...*como serviçais* da burocracia ora distraída, ora equivocada ou até mesmo, no limite, ignorante e servil.

Isto que aqui escrevo é ...*um ensaio* que busca luzes, ...*highlights*, não ...*um tratado* que enseje esgotar a matéria.

Mas é fundamental insistirmos num ponto da escalada de agressividade, violência, criminalidade e terror, para que – entre nós - haja respeito, honestidade e ética no ... *direito e responsabilidade de todos* a que se refere o artigo 144 da Lei Maior aqui citada.

Falta ...*interface*, interrelação (alguns dizem, falta ...*holismo*) entre educação/saúde/assistência/segurança - dia a dia, hora a hora, instante a instante – para a sociedade organizar-se com o seu ...*dever de Estado,* nos corações e nas mentes de todos, desde criancinhas.

Por didática, ...*vou repetir*: Não é como labiríntica ...*burocracia* que a sociedade, ...*que se quer justa*, se organiza ...*em Estado*, ao praticar ...*legítima defesa* em face da agressividade, da violência, da criminalidade, do terror. Não.

É no íntimo dos ...*corações* e das ...*mentes*, desde criancinhas, que a sociedade organiza ...*seu dever de Estado*. Com ética, psicologia, pedagogia, jurisprudência, serviço social e afins. Mente sã em corpo são.

As burocracias são apenas ...*meios* de que a imperfeição humana se vale para perseguir o ponto ômega ...*da incolumidade* de cada um e de todos os cidadãos da sociedade ...*que se quer justa*..

Os que dizem que, na lei brasileira, crianças e adolescentes ...*não têm* deveres, notar o detalhe: A sociedade se compõe de anciãos, adultos, adolescentes e crianças.

Organizar-se nos corações e nas mentes, em seu ...*dever de Estado*, significa assistir, criar e educar ...*desde a mais tenra idade*, como condição para o hiperabrangente princípio constante do artigo quarto do Estatuto, em que a palavra-chave de comando é ...*dever:*

**Art. 4º É dever (*das pessoas*) da família, (*das pessoas*) da comunidade, (*das pessoas*) da sociedade em geral e (*das pessoas*) do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.**

Utopia, que uns chamam de ...*holismo*, outros de ...*ponto ômega*, leitor, em que ...*o todo* saudável persiste ...*em seu ser* na persistência também saudável ...*das partes* que o compõem.

É consabido (ninguém ignora, mas tem havido desdém em efetivar) que as técnicas policiais de prevenção/repressão/investigação ...*são partes* insuficientes ...*no todo* da segurança pública. O fracasso das UPPs no Rio de Janeiro é o cabal testemunho dessa verdade factual.

Cuidaram da face dura, física, da Segurança nas favelas, desprezando a utilização das técnicas psicológicas, pedagógicas, advocatícias, sociais e afins, que operam sobre a matéria de que é feita ...*a condição humana*.

Em meio à ignorância institucionalizada, há a convicção (todos já ouviram falar) daquilo que a sabedoria romana denominava ...*mens sana in corpore sano*, e nós dizemos ...*mente sã em corpo são*. Saúde física. Mental. Social. Criar, assistir e educar ...*o cidadão estadista*.

As técnicas policiais (epistêmicas) dependem...*de interface* de um Centro Especializado (dotado de igual excelência epistêmica) com as técnicas de serviço social/psicologia/pedagogia/advocacia e afins, que integrem (de manhã, tarde, noite, madrugada) anciãos, adultos, adolescentes e crianças ...*no todo* que possa ser denominado ...*incolumidade* pública.

Entretanto, há que haver muito cuidado aí, com os burocratas corporativistas, para que estes não passem a querer que assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e afins saiam por aí como acólitos de policiais ...*em blitz* contra crianças e adolescentes.

Esses especialistas da ...*proteção social especial* a que se refere o artigo 6 “c” § 2º e 3º da LOAS, ...*não são* novos ...*comissários de menores* de um Estado Policial.

Com ...*autonomia* de ambas as partes, há que haver ...*interface*, não ...*subordinação* entre segurança pública e creas. Há que haver saudável ...*divisão social de trabalho* ou, se se preferir, ...*divisão do trabalho social,* para que impere a sociedade *...que se quer justa.*

# efeito oranoslob

Em homenagem a Sérgio Porto (1923-1968), que estimulou o restauro da moralidade pública, primeiro pensei, antes da eleição de 28 de outubro, que talvez fosse o caso de ser instituído o prêmio ORANOSLOB.

Em busca da sociedade ...*que se quer justa*, a critério de cada brasileiro, seria uma ...*sanção positiva* concedida ...*in pectore* (com reserva, no peito de cada ...*cidadão-estadista*) ao agente público que, no exercício de suas funções oficiais, viesse a agir de forma decente com uma criança ou um adolescente.

Isso, para contrabalançar aquelas coisas ditas antes das eleições (há que saber se quem disse teria condições de conseguir), ou seja, jogar o Estatuto fora. Melhor nem dizer onde o queriam jogar.

Seria uma forma de compensar a ideia maluca de tratar como dejeto ...*o pacto da decência humana*, que é o Estatuto, leitor, com cuidadosa ...*decência*, que é o nome mais digno para ...*a honestidade* de propósitos, ...*o respeito* ao próximo, e ...*a ética* de cada conduta humana.

Entretanto, diante do resultado das eleições, melhor conceber essa, digamos, ...*sanção positiva*, como ...*um efeito* a ser produzido por ...*freios* aos abusos, e ...*contrapesos* às omissões, para elevarmos o nível ...*do senso comum* de nossa burocracia, com técnicas de serviço social, psicologia, pedagogia, jurisprudência e afins, de maneira ...*a resistir* às variadas formas de eventual barbárie institucional.

São os cultores da democracia constitucional que dão a essa composição de forças psicológicas, pedagógicas, sociais, jurídicas, diante ...*da força-bruta*, o nome de ...*freios e contrapesos* (em inglês: ...*checks and balances*) aos males institucionais que nos contaminam.

A História é farta em nos ensinar que, quando os ...*epistemólogos* não conseguem ou são impedidos pelos excessos e omissões da burocracia de direita ou de esquerda em explicar a realidade desse mal que nos oprime, os artistas se encarregam de ...*descrever* o que se passa ao nosso redor.

Ontem, dia 28 de outubro, foi aniversário de Pablo Picasso. Veja, leitor, como Picasso (1881-1973) descreve (com seu ... *Guernica*) essa realidade à nossa volta prenhe de agressividade, violência, crime e, no limite, as variadas formas ...*de terror*:



No mundo ...*do Direito*, em que cada um de nós, humanos, esperamos o exercício das demais pessoas (esse é o mundo dos...*direitos*) e em que os demais esperam o exercício de nós mesmos em várias situações (esse é o ...dos *deveres*), a ...*burocracia* passa a oprimir a cidadania quando esta, ...*a cidadania*, fracassa em controlar a burocracia.

O presidente eleito, novo chefe da burocracia federal, em fala solene que os latinistas diriam ser um pronunciamento ...*erga omnes*, se disse expressamente ...*de direita* e de perfil ...*conservador*, tendo garantido que vai respeitar Democracia e Constituição sob o princípio ...*da descentralização político-administrativa*. E invocou o santo nome ...*de Deus*.

Es aí um flagrante motivo para temperarmos ...*com reta razão* as futuras intervenções federais, estaduais e municipais sobre a vida tanto de crianças e adultos, quanto de adolescentes e anciãos. Que nossos juristas, portanto, acreditem no laico nome ...*da Lei.* Pois, nada mais parecido com burocracia ...*de esquerda*, que a burocracia ...*de direita*.

Toda democracia, por definição, na alternância de poder, obviamente ...*oscila* de forma pendular entre esquerda e direita, em busca do equilíbrio ...*homeostático* (do grego ...*homeo*, igual e ...*stasis*, estabilidade) das sociedades ...*que se querem justas*.

O Brasil, ao eleger um chefe de sua burocracia que se diz ...*conservador* e se assume ...*de direita*, nada mais faz que ...*persistir em seu ser*, como quando de outros chefes burocráticos que se diziam ...*progressistas* e se julgavam ...*de esquerda*.

Assim como os que, no passado, se disseram ...*de centro*, esquerda e direita eventuais têm o dever cívico de cumprir princípios oficiais de nossa Lei Maior, entre os quais os princípios que regem direitos e deveres de todos: anciãos, adultos, adolescentes e crianças.

Ninguém pode ser tão de esquerda, nem tão de direita que rompam os limites ...*homeostáticos*, que são os limites de equilíbrio, ou seja, de disciplina, das virtudes ...*cívicas* que caracterizam a dignidade humana. Nem tão ...*de centro* que imponham estéril burocracia plena ...*de vícios cívicos* onde deve imperar, em plenitude, ...*a cidadania*.

Virtudes e vícios do mundo dos direitos e dos deveres, as pessoas aprendem instante a instante, dia a dia, ano a ano, ...*desde criancinhas*, segundo o critério ...*do discernimento* presente no artigo 12 da Convenção dos Direitos da Criança da ONU de 1989, que faço questão de repetir, dada a importância que a faculdade ...*de discernir* (perceber, distinguir, diferenciar) tem para a maneira de pensar, julgar e decidir de cada ...*cidadão-estadista*:

*Convenção da ONU de 1989: Artigo 12 - Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e da maturidade da criança.*

Daí a cobrança rigorosa que – a partir de 2019 - continuaremos a fazer à burocracia oficializada, de dois princípios da ...*proteção integral* (tanto a proteção ...*de cada parte* do todo social – filhos, pais, vizinhos – quanto a concomitante proteção do próprio ...*todo* social):

De um lado, temos o princípio ...*de direitos* descrito no artigo terceiro que - ...*equivocados* - os novos gestores ...*direitistas* do poder dizem causar ...*falta de autoridade*. Isso é ...*equívoco*.

**Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana ...**

De outro lado temos, principalmente, o princípio ...*de deveres*, que obviamente ...*inclui deveres* de honestidade, respeito ao próximo, ética ...*na formação* contínua da capacidade de ...*formular juízos próprios*, desde as criancinhas.

Repito, desde as criancinhas, minuto a minuto, hora a hora, dia a dia, ano a ano. Sem formar juízos próprios ...*da cidadania*, obviamente crianças formam juízos próprios da agressividade, da violência, da criminalidade e, no limite, juízos ...*do terror*.

Tais ...*deveres* integram o princípio ...*do discernimento*, da Convenção da ONU de 1989, e o artigo quarto e alíneas do Estatuto da Criança e Adolescente de 1990:

**Art. 4º É dever (de todas as pessoas com capacidade ...*de discernimento*, sejam anciãs, adultas, adolescentes e crianças) da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.**

**Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:**

1. **primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;**
2. **precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;**
3. **preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;**
4. **destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.**

O Século XXI tem demonstrado que um dos princípios ...*mais gerais* do Universo, digamos, do Cosmos ...*homeostático*, em que vivemos, é o das pendulares forças cósmicas oscilantes que, de um lado, ...*unem*, e de outro lado ...*separam* os ...*entes* cósmicos.

Já entre ...*os viventes*, o pêndulo da homeostasia oscila entre a força ...*da autoridade* que tende ...*a unir* as pessoas numa ...*vontade* comum, e a força ...*da liberdade* que as separa em vontades ...*individuais*.

Assim tendem a se distribuir as oscilações esquerda/direita, conservadores/progressistas, céticos/crentes, virtudes/vícios, ser/ter, espírito/matéria. Ao oscilar, ...*assim caminha a humanidade*, como no filme famoso de James Dean (...*Giant*, no original).

As pessoas em cada família, no Estado, e em toda sociedade ...*que se quer justa*, devem ser estimuladas, orientadas, capacitadas a erguer o padrão ...*de discernimento* do vulgar ...*senso comum* daquele ...*Direito Encontrado nas Ruas*, aqui já referido. Padrão que elegeu os autoproclamados ...*de esquerda* no passado, e agora elege os que se dizem ...*de direita*, conservadores, patriotas, no presente.

O Espírito tem que ...*soprar sobre a argila*, no dizer de Exupéry. Só ele, o espírito consciente, cria, educa e assiste ...*o humano*.

Por sua vez, o conhecimento ...*epistêmico* dos especialistas reunidos no CREAS municipal deve incrementar de saber o movimento pendular ...*direitos/deveres*, ...*autoridade/liberdade* de cada cidadão.

Todo CREAS municipal deve constituir-se, para a eficiência e a efetividade de nossos princípios constitucionais, num ...*think tank*, ou seja, num epistêmico concentrador/irradiador dos construtores da cidadania. Ao ...*concentrar* reúne, ao ...*irradiar* espalha.

Considerado tudo isso, notemos que o novo chefe da burocracia federal também declarou ...*erga omnes* (como dizem os pedantes e os eruditos) que seu governo ...*não vai ser* centralizador como tem sido praxe em nossa evolução histórica.

E que vai transferir os recursos previstos na Constituição (com óbvios limites orçamentários) para que os municípios governem-se a si mesmos. Podemos, neste ensaio, traduzir isso dizendo o seguinte: A burocracia federal iria, segundo essa afirmação, cumprir o comando da alínea “d” desse artigo quarto do Estatuto. O que é ...*ótimo*.

Isso, para que os municípios, com seu poder constitucional de definir as oportunidades e as conveniências em cada situação, possam – de forma ...*descentralizada* - cumprir os comandos das alíneas “a”, “b”, “c” do artigo quarto que trata dos deveres ...*de cada parte* assim como ...*do todo* social, na doutrina ...*da proteção integral*.

Se o CONANDA (Conselho Nacional) e os burocratas da Assistência Social deixarem ...*de aparelhar* os municípios e passarem a respeitar tudo isso, estaríamos, de fato enriquecendo o precário ...*senso comum* de nossa burocracia labiríntica, com a sabedoria epistêmica ...*da reta razão*. O que é ...*melhor ainda*.

O primeiro ...*desaparelhamento* seria do Conselho Tutelar, pois a burocracia corporativa quer transformar ...*em profissão* a função temporária – ...*com alternância* de periódica renovação - de conselheiros. As feras, na natureza, quando mordem o osso, não querem ...*largar o osso*. Humanos se civilizam, aprendendo ...*a compartilhar*.

Os conselheiros que cumprem os limites de seus mandatos e deixam para outros profissionais qualificados compartilharem sucessivos mandatos - devem ser concursados, com a ...*meritocracia* prevista no artigo 37, II de nossa Lei Maior, para ...*a eficiência* epistêmica, e a renovação de idéias muito além ...*das aparências* do mero senso comum.

Originalmente, o Conselho Tutelar foi concebido não como cabide de ...*emprego público*, mas como cinco pessoas - ...*eventualmente* remuneradas, vou repetir: ...*eventualmente* remuneradas, com elevado conceito de sua profissão de origem ...*qualificada*. Cheque em seu município, leitor, e veja como anda se passando isso por aí.

Na versão original do artigo 134, o Conselho foi concebido como um grupo de pessoas escolhidas (artigo 139) em concurso de provas e títulos (artigo 37, II da Lei Maior) entre os mais dignos dos especializados, dos competentes, dos titulados, por ...*exigência* constitucional.

Tudo para que zelassem (art. 131), de forma ...*epistêmica*, pela eficiência continuamente renovável, heurística, dos direitos de crianças e adolescentes, nos termos do princípio ...*da efetividade* da Convenção da ONU de 1989 e do artigo 37 da Lei Maior de 1990.

A burocracia predadora e labiríntica introduziu tais e tantas modificações anárquicas no texto do Estatuto, que transformou conselheiros em ...*serviçais* corporativistas da burocracia ...*que se dizia* de esquerda em Brasília (com alguns laivos de ...*tribunal de exceção*).

Na persistência obsessiva ...*do senso comum*, passamos anos deixando de lado – já em certas formas de legislar - o sofisticado conhecimento ...*epistêmico* que temos construído na Academia em termos de pedagogia, psicologia, serviço social, jurisprudência e administração. Ao aplicarmos as boas leis, então, a persistência no erro é um horror.

Sem ...*episteme*, não pode haver a necessária ...*eficiência* (princípio da Lei Maior de 1988) e a ...*efetividade* (princípio da Convenção da ONU de 1989) dos tempos modernos.

Temos feito um esforço enorme junto aos dois conselhos (o de direitos e o tutelar) e junto aos CREAS, em todo o país[[41]](#footnote-42), para revertermos ...*ao espírito* que sopra sobre ...*a argila* dos ideais da cidadania da Constituição de 1988 (Lei Maior que agora, em 2018, cumpre seus trinta anos).

Esses ideais são os que buscam equilibrar autoridade/liberdade, esquerdas/direitas, direitos/deveres, vícios/virtudes cívicas. Com eles se busca construir a moderna sociedade solidária, honesta, respeitosa dos direitos civis de pais e filhos.

A partir de 2019, temos o dever histórico de parar ...*de empurrar com a barriga* essa nossa rastaquera, viciosa e obsoleta política ...*de menores* que esquerda e direita insistem em manter entre nós.

Todos devem ser esclarecidos sobre o que são os ...*direitos civis* de pais e filhos, em democracia ...*plural*, leitor, pluralidade essa respeitadora ...*dos contrários* – com ...*checks and balances* - contra a insanidade mundana das ...*fake-news*.

Esse seria o ...*efeito oranoslob* para não jogarmos fora nosso pacto de decência e de civilização que é o Estatuto da Criança e do adolescente.

# dimensões da

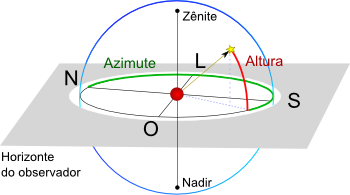
# cidadania

Diz-nos a História que essa empobrecida ideologia ...*linear* de esquerda e direita com que se educam as pessoas ...*desde criancinhas*, passa pelo centro ...*da cosmovisão* já antiga de um mundo ...*plano*.

No século XVIII, moderados Girondinos sentavam-se à direita da assembleia revolucionária francesa, e os extremados Jacobinos à esquerda. Simples assim.

Em tempos de GPS, parece termos que superar a dimensão ...linear ao assistirmos, criarmos e educarmos crianças e adolescentes para a cidadania.

Parece também termos que operar a cidadania de anciãos, adultos, adolescentes e crianças, indo muito além da realidade ...*plana*, ...*achatada*, de quatro meros pontos cardeais. Isso se faz, ao incluirmos o Zênite (bem no alto) e o Nadir (bem embaixo), que perfazem ...*uma esfera* como nesta ilustração:



**Três eixos e seis pontos cardeais físicos, mentais e sociais da cidadania**

Assistir, criar e educar uma criança para que ela seja mental e socialmente apenas ...*de esquerda*, ou de ...*direita* (seja lá o que venha a ser esquerda e direita) é dar-lhe um único e pobre eixo, digamos, o ...*norte/sul*, como orientação de vida.

Há que esparramar-lhe para ...*os lados* a percepção mental e social dos ...*entes* e dos ...*viventes* que a cercam, agregando ...um eixo *leste/oeste* indicador de egotismo[[42]](#footnote-43) ou solidariedade.

Assim como há que dar-lhe a dimensão altaneira e a profunda ...*do existir*, no sentido do zênite e do nadir. Só assim não se joga nosso ...*pacto de decência* e de civilização no vaso sanitário.

Há que perfazer ...*uma esfera*, figura (que muitos diriam ...*holística*) composta de infinitos planos ...*homeostáticos* que se superpõem com ...*evoluções* em torno de três eixos (...*eu/nós*, ...*ser/ter*, ...*mudar/quedar*), na vida de quem sofre, como vítima, ou de quem faz sofrer, como vitimador.

Uma esfera, leitor, de tal forma que seu Centro se encontre em todos os lugares do Cosmos, e sua circunferência em nenhum (aos que achem que vale a pena, pois há ...*quem não ache*, é estimulante ler ...*A Esfera de Pascal*, conto de Jorge Luís Borges (1899-1986) em seu Livro ...*Outras Inquisições*, ou acessar aqui: <http://borgestodoelanio.blogspot.com/2014/03/jorge-luis-borges-la-esfera-de-pascal.html>.

Para quem goste de altaneiras e profundas reflexões, há fascínio em comparar as percepções aqui já referidas de Teilhard de Chardin (...*o ponto ômega*) e de Carl Sagan (...*o Cosmos conhecer a si mesmo*) com a hoje clássica metáfora de Pascal (...*a esfera multicentrada*).

Quanto ao dia a dia do novo governo ...*de direita*, para que impere ...*a multidimensão* da cidadania, há que se buscarem os pontos – de um lado e de outro - além dos quais o pêndulo oscilante ...*do bom trato* não pode ultrapassar.

E assim se evitarem formas de ...*violações de direitos*, em cada família e no conjunto das políticas públicas (saúde, educação, esporte, cultura, lazer, segurança, etc.)*.*

Esse é o tema de reflexão (...*think tank*) e de ação interdisciplinar (...*proteção especial*) com técnicas de psicologia, pedagogia, serviço social, advocacia, administração, para a equipe do Centro de Referência Especializado que é ...*o Creas* de cada município.

Temos aí o famoso método ...*ação/reflexão*, tão caro às esquerdas do século passado... Tudo de forma ...*descentralizada*, leitor, prometida pelo novo chefe eleito da burocracia federal. Com a União ...*repassando* os recursos a cada município.

Assim se torna possível mantermos sempre ...*o pé no chão* da realidade vivente e convivente, através do cumprimento das alíneas “a” a “d” do artigo quarto do Estatuto, com a ...*autonomia* plena de ...*Ente* Federativo que caracteriza cada município:

1. primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
2. precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
3. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
4. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

E se torna possível o controle de ...*direitos difusos* exercido pelo Conselho de Direitos e de ...*direitos individuais* pelo Conselho Tutelar. Como ensaiado aí atrás.

Vamos a um exemplo aqui e agora: Hoje, dia 8 de novembro de 2018, a mídia informa que numa cidade paranaense a mãe de uma criança deixa a filha na creche e avisa que não volta mais para buscá-la.

O que diz a alínea “a” do artigo quarto do Estatuto? Diz que essa criança, na circunstância de ser ...*abandonada* pela mãe na escola, tem ...*primazia em receber proteção*. Quem a Constituição diz que deve dar essa proteção? Primeiramente, a mãe (art. 229).

Faltando a mãe, a primazia ...*de dar proteção* cabe à ...*Assistência Social* (art. 203, I), através do Creas (art. 6 “c” § 2º da LOAS) ou programa por ele articulado (§ 3º). O que fez a Escola, a qual, segundo a notícia veiculada, parece ...*não conhecer* a regra constitucional a respeito?

Deixou de fazer ...*interface* com o Creas para que ...*um profissional* da Assistência Social ...*assista* a criança com ...*perícia* profissional ...*epistêmica*, entendendo-se com a família para a proteção ...*jurídico-social* (assistente social + advogado).

Houve denúncia do fato ao Conselho Tutelar o qual ...*deixou de requisitar* que, em ...*interface* com a Escola, a Assistência Social ...*acompanhe* o caso, ...*assista* a criança (como prevê o art. 136, III, “a” do Estatuto), como é seu dever constitucional.

Além do Creas levar em conta que há de ser apurado o eventual crime ...*de abandono de incapaz* previsto no artigo 133 do Código Penal, pelo ...*delegado de polícia*, como comanda o super detalhado artigo 144, § 4º da ...*Lei Maior*.

Conselheiro (diz a notícia) ...*acompanhou o caso*, segundo meras providências do enganoso ...*senso comum*, quando o artigo quarto, inciso 5ª da lei 8.662 comanda que quem deve fazer isso, ...*epistemicamente*, com perícia e técnicas ...*de serviço social* desenvolvidas na Universidade, é um ...*assistente social* (profissional do Creas ou por articulação do Creas, segundo a LOAS, art. 6 “c” §§ 2º e 3º).

A notícia diz, também, que o conselheiro ...*fez um termo* passando a guarda da mãe para um tio, o que caracteriza ...*o crime* descrito do artigo 237 do Estatuto: ***Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto: Pena - reclusão de dois a seis anos, e multa.***

Nenhuma regra oficial autoriza conselheiro a retirar guarda da mãe, repassando-a a ninguém. Só um juiz pode transferir a guarda de pai e mãe para outra pessoa, sempre através ...*do devido processo* legal e com garantia ...*formal* da manifestação dos pais.

Ou seja, leitor, se tal tipo de notícia é fiel aos fatos (coisa que muitas vezes a notícia ...*não é*), criam-se regras pelo país afora, ...*a la diable*, em desprezo pelo conjunto de princípios e regras, que são oficialmente ...*detalhados* a partir da Constituição, ...*Lei Suprema e Maior* do país, para que os direitos em questão sejam corretamente preservados, garantidos ou restaurados.

Precisamos, urgentemente, pôr um paradeiro no sistemático descumprimento da hierarquia ...*da Lei*. Com ...*prioridade absoluta* para crianças e adolescentes.

O perigo é que, quando se busca estancar o descumprimento ...*dos virtuosos* princípios ...*constitucionais*, que no Brasil descem a incríveis ...*detalhes[[43]](#footnote-44)*, como aqui exposto, há burocratas querendo ...*mudar a lei* (à esquerda ou à direita), em vez de mudarem suas ...*viciosas* *práticas* inconstitucionais do dia a dia. Exatamente esse perigo é que o governo conservador de 2019 vai enfrentar.

Há três tipos de ...*Lei Suprema*, ou ...*Lei Maior*, ao longo da História: Há a ...*não escrita*, produzida de forma consuetudinária, com 800 anos de hábitos, usos e costumes ingleses desde 1215. Há duas escritas (cujos princípios, em 800 anos, talvez se transformem ...*em consuetudinários*, ou seja, em ...*usos e costumes* porque lei não ...*usada*, não ...*costumeira* não é lei – todo jurista o sabe – é mera ...*intenção*).

As duas escritas são: A ...*sintética* como a dos EE.UU. de 1787, fundada ...*em princípios gerais* reunidos por alguns iluminados ...*pais da pátria*. E ...*a prolixa* como as seis brasileiras entre 1824 e 1988, com ...*obsessão por detalhes* catados aqui e ali entre luz e sombras dos interesses ...*costumeiramente* criados.

Sob quaisquer desses três tipos, tudo tende a indicar que a conduta exigível como ...*obrigatória* para crianças, adolescentes ou adultos, pensando num eventual modelo ...*multidimensional* da esfera holística, só pode ser a conduta que seja universalmente ...*honesta*, ...*respeitosa* e ...*ética*, em qualquer sociedade ...*que se queira justa*.

Honestidade, respeito e ética são ...*virtudes* que todas as crenças e cultos, quando são humanísticos, tendem a reconhecer para a criação, educação e assistência de crianças e adolescentes seja no Reino Unido, na terra do Tio Sam, em Pindorama ou numa nave espacial viajando entre as galáxias.

Todos os países da atualidade, menos os EE.UU. firmaram a Convenção dos Direitos da Criança da ONU de 1989, que é um repositório desses princípios universais.

A ...*proteção integral*, expressão que ...*não* consta dessa Convenção, mas é expressão usada no Brasil como o conjunto das formas ...*de proteção* a que a Convenção se refere em seus 54 artigos é, ao lado, e com ...*interface* ...*de todas* as demais políticas públicas, ...*a proteção* que nossa ...*Lei Suprema* atribui à política pública de Assistência Social (art. 203, I):

**Constituição - Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar ... e tem por objetivos:**

**I - a proteção à família ...à infância, à adolescência ...;**

É também ...*a mesma*, leitor, que a LOAS (art. 6 “c”, § 2º e 3º) confere ao Creas de 2011 em cada município, nos termos do artigo primeiro do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990:

**LOAS - Art. 6º “c” § 2º O Creas é a unidade pública ... destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco ... por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

**Estatuto - Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.**

Notar que a LOAS, em seu artigo 23 ...*determina* que a Assistência Social ...*cumpra* não apenas os princípios ...*da Lei Maior*, mas igualmente ...*detalha*, embora seja óbvio, que os serviços ditos ...*assistenciais* devam cumprir as regras do Estatuto:

**LOAS – Art. 23 - § 2º Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros:**

**I - às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na** [**Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente**](http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8069.htm)**);**

**II - às pessoas que vivem em situação de rua.**

Especialistas do Creas e demais agentes públicos devem, portanto, ser esclarecidos, capacitados, orientados a interpretar o sistema daí decorrente segundo ...*a regra de ouro* do conceito ...*de proteção integral*, constante do artigo sexto do Estatuto:

**Estatuto - Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.**

A condição peculiar de desenvolvimento de todos, anciãos, adultos, adolescentes e crianças, cada um com suas peculiaridades, depende da ...*criação/educação/assistência* desde criancinhas para os ...*direitos e deveres* individuais e coletivos, como ...*exigências* de alcance para ...*os fins sociais* do que possa ser denominado ...*bem comum*.

Quanto aos que querem insistentemente, ...*mudar a lei*, em vez de cumprí-la, avulta a questão daquilo que, ...*por equívoco*, chamam de rebaixamento ...*da menoridade*.A questão está ...mal posta. Vejamos qual a razão:

Jornalistas de 2018 andam repondo em circulação na mídia ...*moldadora* da opinião pública, o mal colocado conceito ...*de menor*. Dão a ...*maiores* de 12 anos ...*suspeitos*, o antiquado e revogado rótulo de ...*menor infrator*, por exemplo.

Se é um ...*suspeito*, também não pode ser pré-qualificado ...*de infrator*. Se é ...*maior* de doze anos, ...*a lei oficial* brasileira lhes dá a respeitosa denominação ...*de adolescente*. Não pode ser vulgarmente classificado ...*como menor*.

Tal conceituação deforma o massificado ...*Direito Encontrado Nas Ru****as*,** em vez de elevá-lo, através ...*da humanística*, pedagógica ...*e epistêmica* perfeição conceitual instituída pelo ...*Direito Oficial* brasileiro, com o Estatuto de 1990:

**Estatuto - Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.**

...*Menoridade* é um conceito que passei ...*anos* estudando, logo que se anunciou no Brasil que a ONU havia promulgado uma ...*Declaração* dos Direito da Criança. Da ...*criança*, notem bem, não ...*do menor*.

Na época eu tinha vinte anos e estudava ...*filosofia*. Tenho que dizer isso, embora esta não seja a história da minha vida, mas um ensaio sobre ...*a criança e a reta razão*.

Notei, naquela ocasião, que tínhamos, em nossa massificada burocracia oficial, juízes, não de crianças, mas ...*de menores*. Tínhamos massificados abrigos ...*de menores*.

Tínhamos, no Ministério da Justiça, um Serviço de Assistência ...*a Menores* criado em 1944 pelo Decreto-Lei 6865 de 11.09.44 do ditador ...*Vargas*, serviço esse que eu não sabia, mas que eu iria ajudar a desmontar anos depois.

Havia uma ...*burocracia* destinada a se ocupar ...*não de crianças*, mas desses ...*menores* que a ditadura rotulava como ...*desvalidos* e como ...*transviados*, assim como de “estudar as causas do abandono e da delinquência ...*da menoridade*” (assim estava escrito nas palavras que compunham aquele decreto-lei de uma época ditatorial).

Vou abrir um capítulo novo para tentar explicar melhor essas coisas...

# ...*maracutaias* versus

# ...*caneladas*

A epistemologia moderna nos mostra que, assim como – progressivamente - se aprende a falar, falando, a andar andando, também é respondendo – progressivamente – que se aprende ...*a responder pelos próprios atos*.

Nota-se por aí que – contra a lei - há certa mídia (não toda ela) que põe em circulação ...*o reuso* do termo ...*menor*, prática essa que condiciona ...*o mal-estar social* de rebaixar o conceito que se deve ter ...*da capacidade* dos jovens de serem responsáveis pelas condutas que praticam.

O resultado tem sido, obviamente, o reforço da agressividade, da violência, da criminalidade e, no limite, ...*do terror*. Porque os adultos o dizem, eles também dizem: - ...*Sou de menor*. E passam a querer militar, impunemente, em ...*organizações criminosas*. Ensaiemos, pois, como os adultos hão de pôr um paradeiro nisso.

Também é de se notar que o novo chefe da burocracia federal (pois temos elegido chefes ...*da burocracia*, não temos elegido ...*cidadãos-estadistas* para governar), repetindo, o novo chefe ...*da burocracia federal* pôs em circulação o termo ...*canelada*.

Seu antecessor já havia posto a circular o termo ...*maracutaia*. Palavras nunca são ...*inocentes*. Principalmente de quem quer ...*moldar* opiniões públicas. Seja burocrata de esquerda. Seja burocrata de direita. Seja comunicador, blogueiro, periodista. Coisas que têm a ver com o paradigma ...*criança* e com o paradigma ...*menor*. Como veremos a seguir:

Para o dicionário Houaiss, ...*maracutaia* é um termo originário “...*provavelmente. do tupi, talvez composta. de marã no sentido de 'confusão, desordem' + ku no sentido de 'língua, órgão da fala' + taya no sentido de 'pimenta*'” para designar “...*negócio escuso, manobra ilícita, especialmente. em política ou administração; traficância, fraude, falcatrua*”.

Em seu tempo, na sábia língua imperial de então, há quem diga que Santo Agostinho disse uma ou muitas vezes: “...*Os loquitor ex abundantia cordis*”*.* Ou seja, a boca fala daquilo que no coração abunda.

Para a linguagem do senso ...*mais-que-comum* de nossos dias, a abundância de ...*maracutaia* se constrói, desde criancinha, passando pela adolescência, no coração dos burocratas, em seu ...*passado moldador*.

Apesar de nossa incrível ...*distopia* social (ou, leitor, exatamente por causa dela), está hoje ...*em situação de risco* de ser detido, investigado, processado e condenado, esse exército ...*de maracutáicos* deformados para a cidadania ...*desde criancinhas*.

Quanto à ...*canelada*, o mesmo Houaiss diz ser “...*pancada desferida ou sofrida na canela da perna*”. Também é desde criancinhas que, em seu passado ...*moldador*, as pessoas aprendem as deslealdades de ir direto à metafórica canela do adversário, quando seus interesses (pensemos nos interesses ...*corporativos* dos burocratas e de suas ...*organizações criminosas*) são contrariados.

Com a notável virtude pública ...*da humildade*, o novo governante declarou não ser talvez quem tenha a maior ...*capacidade* para o encargo, mas que Deus vai ...*capacitá*-lo. Homem de muita fé.

Com deletérias consequências para os bons usos e os bons costumes, os ...*menoristas* (que ao verem crianças enxergam ...*incapazes*, rotulados como ...*menores*) insistem que a efetiva ...*capacidade* pessoal dos humanos em ...*formular juízos* próprios (por exemplo, juízo quanto às ...*maracutaias* e quanto ...*às caneladas*) começa aos dezoito anos. A ...*epistemologia* moderna nega isso.

Aos discípulos temerosos da tormenta no mar da Galiléia, diz a Biblia que o bom pastor clamou: – “*Homens de pouca fé*”. Um capiau mineiro de minha infância, de pouco ...*juízo*, clamava pelas ruas – “*homens bule*” aos de ...*pô café* que era como ele entendia o dito pelo não dito.

Quando eu tinha vinte anos, e foi promulgada na ONU a Declaração dos Direitos da Criança, vigorava no Brasil, desde o Código Civil de 1916, e do Código Penal de 1940, o critério ...*da convenção*.

Era um critério ...*do senso comum*, em que cada país (por insuficiências plásticas na busca ...*de exatidão*, como se dizia) define (sem a plasticidade da vida, mas com a rigidez de uma ...*convenção*) ...*uma idade*, a partir da qual ...*o sentimento* médio da população ...*convenciona* que alguém já é maduro, ...*tem capacidade* reconhecida, na ...*lei oficial*, de formular ...*juízos próprios*.

Ou seja, havia entre nós dois códigos, desde 1916, e desde 1940, que ...*convencionavam* para se saber se é aceitável (coisa boa) ou é recusável (coisa má) ser ...*um maracutáico*. Ou ser ...*um canelador*.

...*Duas* eram ...*as maturidades* para as quais, segundo ...*o senso comum* do sentimento ...*médio* da população, as pessoas amadureciam ...*de supetão.*

Note bem: Aquela percepção velha aceitava levar em conta que um indivíduo ...*amadurece*, não ...*aos poucos*, ao apreender bons ou maus usos e bons ou maus costumes, mas convinha aceitar que amadurece de uma só vez, ...*de repente*. Aos 18 ou aos 21, por exemplo, passa a ser tido como ...*capaz* de formular ...*os próprios juízos* acerca dos direitos e dos deveres humanos.

Quer dizer, leitor, segundo aquela antiga percepção, isso ocorreria, não ...*desde criancinha*, hora a hora, dia a dia, ...*na plasticidade* da vida, ...*respondendo* pouco a pouco ...*pelos próprios atos*, de forma progressiva, ...*em um passado* moldador, como epistemicamente ...*convenciona* a ...*Convenção* dos Direitos da Criança da ONU de 1989, em seu artigo 12:

*Convenção da ONU de 1989: Artigo 12 - Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e da maturidade da criança.*

A percepção, na prática, era a de que se amadurece ...*de supetão*. Aos 18. Aos 21. Portanto, toda criança, nessa visão, ...*é incapaz* de formular juízos próprios, válidos, reconhecidos, para ...*entender* o caráter ...*bom ou mau* de sua conduta.

Toda criança aí é tida, ...*como incapaz* do direito de expressar ...*a opinião* pessoal sobre a popular ...*maracutaia*, ou a também popular ...*canelada*, como comanda esse artigo 12 ...*da Convenção* Internacional. Dito popular: criança ...*não tem querer*.

Para ser tido como ...*capaz de praticar crimes* amadurecia-se - ...*de repente* - aos 18 anos (Código Penal de 1940). E só se amadurecia para ser tido como ...*capaz de praticar atos civis*, como firmar compromissos, administrar patrimônio, três anos depois, aos 21 anos (Código Civil de 1916).

O sentimento médio do direito ...*a opinião*, segundo o ...*senso comum* brasileiro daquela época, tinha ...*como imaturo*, e por isso rotulava ...*como menor* para assuntos ...*civis*, ou seja, rotulava oficialmente ...*como incapaz* de formular tais juízos próprios no mundo ...*civil*, todo aquele que ainda não tinha ...*vinte e um anos*.

Isso, embora a mesma pessoa já fosse considerada ...*madura*, capaz ...*de praticar crimes*, desde os dezoito anos. Tudo muito ...*arbitrário*. Tudo sem a mínima ...*epistemologia*. Tudo segundo a percepção popular. O sentimento médio. A ...*opinião* do adulto de que criança ...*não tem opinião* ou, se tiver, essa opinião ...*não vale nada*. O senso comum. O supetão.

A respeito, o artigo 16 do Estatuto brasileiro de 1990, sob o óbvio limite da submissão à autoridade parental e à autoridade pública, ao regulamentar ...*o direito à liberdade* da criança e do adolescente, reza:

**Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:**

**II - Opinião e expressão;**

No início do Século XXI, com o Código Civil de 2002, diante de mudança no que se entende ...*por sentimento médio* da população, no que se tem como ...*senso comum*, passou-se, oficialmente, a convencionar que o amadurecimento para alguém ser ...*civilmente capaz* deveria baixar de vinte e um para ...*dezoito anos*.

Vejamos agora onde reside a atual ...*confusão* entre ...*ser menor* e ser ...*criança* ou ser ...*adolescente*. Mas já vou adiantando que isso tem a ver com o ...*eixo* da cidadania que faz ...*a capacidade* humana de ...*formular juízos próprios* girar entre ...*o ser* de um lado, e ...*o ter* de outro.

Meu ensaio anterior, de 2017, procurou mostrar, em seu quarto capítulo, que ...” **O mundo ...*do ser* é o mundo do que e como ...*eu sou*, do que e como ...*eu penso*, do que e como ...*eu valorizo*. O mundo ...*do ter* é o do que e como ...*eu tenho*, do que e como ...*eu uso*, do que e como ...*eu desfruto*.**”

As práticas da vida nos ensinam que amadurecemos dia a dia, hora a hora, minuto a minuto no que somos ou não somos, no que pensamos ou não pensamos e no que valorizamos ou não valorizamos. Conservadores e progressistas divergem quanto ao tema.

As mesmas práticas nos apontam que amealhamos minuto a minuto, hora a hora, dia a dia o que e como temos ou não temos, o que e como usamos ou não usamos, o que e como desfrutamos ou deixamos de desfrutar. Esquerda e direita se opõem a respeito, desde a revolução francesa (com os girondinos de um lado e os jacobinos de outro), cujos 230 anos se completam em 2019.

Na perspectiva histórica mais ampla, leitor, do choque entre os que e como eram e não eram, e dos que e como tinham e não tinham, a partir daquela ...*Revolução*, estamos comemorando neste 2018 o centenário do fim da primeira guerra mundial, da qual tanto o ser/não-ser, quanto o ter/não-ter persistiram até gerar a segunda guerra mundial.

Os escombros dessas guerras forçaram as Nações Unidas ...*a convencionarem* a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 (da qual comemoramos 70 anos). Os ...*menoristas* passaram a dizer que essa declaração ...*não se aplicava* a crianças e adolescentes, porque estes eram ...*menores*.

E eram ...*menores*, por serem ...*incapazes* de formular ...*juízos próprios* até vinte anos, onze meses, vinte e nove dias, vinte três horas, cinquenta e nove minutos, cinquenta e nove segundos*.*

E só, ...*de repente*, só ...*de supetão*, ao completarem ...*vinte e um anos* ou idade alternativa, passariam a ser sujeitos dos direitos e obrigações previstos naquela ...*Declaração*.

De tal controvérsia resultou - onze anos depois - que a maior burocracia do mundo – a ONU – viesse a formular, como formulou, uma ...*declaração* específica para o mundo infantil-juvenil denominada ...*Declaração dos Direitos da Criança*, no ano de 1959.

Ainda assim, ...*os menoristas* persistiram em jogar areia na sutil máquina da cidadania que estava por nascer: Passaram a dizer que se tratava apenas ...*de mera declaração*, de um mero conjunto ...*de intenções*, sem valor cogente, sem exigibilidade institucional nem entre os povos, nem no âmbito do chamado ...*Ordenamento Jurídico* de cada nação. Eu tinha vinte anos e isso, que soava ...*como verdade* oficial, me intrigou.

Como disse Thomas Kuhn (1922-1996), exatamente ao longo daqueles dias, toda mudança ...*de paradigma* é lenta e pode esgotar uma ou mais gerações. Foram necessários mais ...*trinta anos* até que as Nações Unidas promulgassem não outra ...*Declaração*, mas uma ...*Convenção* de cumprimento obrigatório da declaração de 1959.

Isso, ...*com exigibilidade*, com força cogente de ...*efetividade*, através de quatro tipos de medidas: 1. sociais, 2. educativas, 3. administrativas e 4. legislativas. Trata-se da ...*Convenção Internacional dos Direitos da Criança* de 1989 (O Brasil adotou seus princípios desde 1988 na sua ...*Lei Maior*).

A ...*Convenção* define não ...*o menor* (incapaz), mas ...*a criança* (a criança, em todas as suas ...*capacidades* intrínsecas que ...*a epistemologia* mostra ...*ser infinita* em sua plasticidade, repito ...*infinita*, como são infinitos o mal e o bem que temos, em abundância, no coração).

Define ...*a criança* como a pessoa até ...*dezoito anos*, salvo critérios próprios de cada país. O Brasil, com seu Estatuto de 1990, adota a denominação oficial de ...*criança* para a pessoa até *...doze anos* e de ...*adolescente* para a pessoa até ...*dezoito anos* incompletos.

No novo paradigma, certas pessoas são tidas como ...*incapazes* não porque sejam crianças, ou sejam adolescentes, mas porque, em qualquer idade, repito: em qualquer idade, à feição do que conceitua o artigo 26 de nosso Código Penal ... ***por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, sejam, ao tempo da ação ou da omissão que pratiquem, inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito do fato ou de determinarem-se de acordo com esse entendimento.*** Critério, portanto, ...*do discernimento*.

Não há porque, portanto, leitor, nossos comunicadores ficarem intoxicando a chamada ...*opinião pública*, ao falarem ...*de menores* para cá, de ...*menores* para lá quando infelizes crianças e ou adolescentes são vítimas ou, infelizmente, quando tornam-se ...*vitimadores*. Ponhamos as coisas no devido lugar.

A imprensa é tida, costumeiramente, como ...*o quarto poder* numa democracia, e seus profissionais, como quaisquer outros ...*construtores da cidadania*, são sujeitos de óbvias responsabilidades ...*pedagógicas* de não contribuir para deformar ...*crianças*, de deformar ...*adolescentes* para a cidadania. Começando pelas palavras, as quais ...*não são inocentes*.

Repito aqui dois parágrafos do capítulo anterior que têm a ver com ...*a insistência* do vício cívico da burocracia brasileira quanto ao tema ...*da menoridade*:

Tínhamos, no Ministério da Justiça, um Serviço de Assistência ...*a Menores* criado em 1944 pelo Decreto-Lei 6865 de 11.09.44 do ditador ...*Vargas*.

Havia uma ...*burocracia* destinada a se ocupar ...*não de crianças*, mas desses ...*menores* que a ditadura rotulava como ...*desvalidos* e como ...*transviados*, assim como de “estudar as causas do abandono e da delinquência ...*da menoridade*” (assim estava escrito nas palavras que compunham aquele decreto-lei de uma época ditatorial).

A atual ...*insistência* menorista dos formadores ...*de opinião* (insistência ...*infelicitante* que leva este ensaio a ser pleonástico, redundante e repetitivo) só serve aos propósitos dos ...*que negam* que crianças e adolescentes tenham as prerrogativas ...*de todos* os seres humanos, segundo o princípio do artigo terceiro do Estatuto:

**Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana...**

Convocamos, portanto, os comunicadores e as facções tanto da esquerda quanto da direita, a engrossarem a construção da cidadania, não de menores incapazes, ...*adestrados* para a burocracia marginal.

Mas, sim, para que crianças e adolescentes sejam ...*educados* para a infinita ...*capacidade* de que são dotados no mundo do ..*ser* e do ...*ter* em abundância nos corações.

Com epistêmicas técnicas de administração, serviço social, psicologia, pedagogia, jurisprudência e afins, a missão, a partir dos Creas de 5.570 municípios, em 2019, é transformar costumeiros ...*adestradores* do menorismo em progressivos ...*humanistas* da cidadania infantil e juvenil.

Na percepção de que ...*a proteção integral* se realiza em torno dos três eixos ...*eu/nós*, ...*ser/ter*, ...*mudar/quedar* da esfera multicentrada, multidimensional e multidisciplinar que é a cidadania.

Com cada profissional, formado ...*em sua especialidade* acadêmica, contribuindo de forma ...*epistêmica*, para a elevação contínua ...*do senso comum* na sociedade de massas.

Na prática do dia a dia, deixar de ser ...*menorista*, ao nível ...*da percepção*, significa ...*captar com a inteligência* aquilo que as crianças e os adolescentes ...*são* (são seres dotados de infinitas ...*capacidades*) em lugar daquilo ...*que não são* (não são adultos, ainda, não são ...*maiores* de 21 anos para ser prefeito, de 30 para ser governador, nem de 35 anos para serem presidentes da república).

Em termos ...conceituais, significa desfazer-se do critério ...*da menoridade* que se expressa com expressões de conotação desfavorável, depreciativa ou infamante. Tipo: ...*menor infrator, ...*menor *carente*, *menor assistido*, entre outras.

A questão ...*não é* meramente semântica (mera mudança ...*de palavras*), mas profunda e ...*conceitual*, num mundo em que as palavras ...*não são inocentes*.

Dia desses ouvi, pasmo, uma ...*defensora pública* falar, numa entrevista televisiva, em ...*problema do menor infrator*, conceito e expressão ...*menorista* do século passado. A boca da defensora falou ...*do menorismo* que ela tinha ...*em abundância*, no coração...

Quanto à ...*terminologia*, pois, deixar de ser ...*menorista*, significa, então, adotar a nomenclatura prevista ...*na lei oficial*, que é o Estatuto em seu artigo segundo: Criança é termo para nomear, ...*conceitualmente*, a pessoa até doze anos incompletos. Adolescente, para quem tem entre doze anos completos e dezoito incompletos.

Acolher os conceitos de criança e de adolescente significa ter no coração ...*em abundância*, a lei mais geral de todas (ou seja, um ...*princípio*), que é ...*a Lei* não escrita – ...*Lei* ética, civilizatória, humanística, espiritual - de que a todo direito ...*inerente à pessoa humana* corresponde um homeostático dever humano essencial:

**Estatuto - Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos (...*e portanto, homeostáticos, equilibrados, harmônicos deveres*) fundamentais inerentes à pessoa humana...**

Obviamente, as leis sociais, para serem ...*sustentáveis* (para incorporarem ...*a exigibilidade* moderna ...*da sustentabilidade*), não podem ser as usuais e costumeiras leis ...*dos mais fortes*, ...*dos mais ricos*, ...*dos mais egoístas*, ...*dos mais esquerdistas*, ...*dos mais direitistas*.

São três os ...*eixos da cidadania* que alguns dizem ...*holística*.

O eixo ...***esquerda🡨🡪 direita***,

O eixo ***ser****🡨🡪* ***ter***

E o eixo **conservar***🡨🡪* ***progredir*.**

Em certas ...*contingências*, para a ...*homeostasia*, há necessidade de ir mais para a esquerda, em função ...*do nós*, ou mais para a direita, em função ...*do eu*, em outras, atuar mais em função ...*do ser* ou mais em função ...*do ter*, e finalmente, há que ser mais ...*conservador*, diante de certa ...*necessidade*, ou mais ...*progressista* no eixo ...*oscilante* da cidadania.

Daí as técnicas de administração, psicologia, pedagogia, serviço social, jurisprudência e afins, através faz quais cada Creas, de cada município passa a ser ...*um homeostato* social (aparelho social que promove epistêmicas ...*intervenções* corretivas, que restaurem ou criem ...*a harmonia* entre os direitos e os deveres ...*das contingências* comunitárias).

Vejamos alguns âmbitos em que ...*o Creas* opera sua ...*homeostática* função social, sejam os prefeitos, os governadores e o presidente da república de esquerda, ou de direita, conservadores ou progressistas, pois a lei é universalmente ...*a mesma* por todos e para todos no mundo ...*do ser* e do ...*ter*:

Falemos, primeiro, da ...*articulação* e da ...*interface* que o Creas, como ...*homeostato* oficial, deve manter com outros serviços ...*assistenciais* e com outras políticas públicas, a que se refere o § 3º do artigo 6 “c” da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social):

**§ 3º Os Cras e os Creas são unidades públicas ...que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam ... serviços ... da assistência social.**

O novo chefe da burocracia federal, ...*um estadista* se corrigir as bobagens ditas antes da posse, e se não sucumbir[[44]](#footnote-45) às, digamos, ...*maracutaias* e às ...*caneladas* do corporativismo burocrático, indicou por twitter, ontem (22 de novembro), o futuro ministro da educação.

Segundo ...*a imprensa*, o indicado “...*já defendeu até que escolas tivessem “Conselhos de Ética que zelassem pela reta educação moral dos alunos*”. Não acredito, não posso acreditar nesse novo ...*penduricalho* (...*conselho de ética*) burocrático*.*

A própria lei oficial já comanda que o Creas, ...*homeostato* da garantia de direitos e deveres, conte com ...*a* ética interdisciplinar de pedagogia, psicologia, serviço social, jurisprudência e afins, de sua equipe de especialistas ...*na interface* com cada escola. Sob o princípio ...*da meritocracia*.

Não há lei ...*humanística* que não seja ...*ética*. Na República (...*res publica*) não pode haver profissão ...*sem ética*.

E o Creas (pronto socorro social) existe para (com ética e com perícia) ...*promover intervenções especializadas* (nas ...*contingências* de manhã, de tarde, de noite, de madrugada) quando houver ...*violação de direitos*, ou seja, violação das várias dimensões ...*da ética*. Veja:

**LOAS - Art. 6º - C. § 2º O Creas é a unidade pública ... destinada 09à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco ... por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

Se o Creas ...*falhar*, caracteriza-se a hipótese do inciso “I” do artigo 98 do Estatuto por ser o Creas ...*órgão do Estado*:

**Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:**

**I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;**

**Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: (seguem-se medidas explicativas, ...*dentre outras*)**

**Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: (segue-se uma lista de medidas)**

Ler as palavras ...*não inocentes* dos artigos 101 e 136, I e II do Estatuto. Os pais e os filhos, se o desejarem, podem, ...*nessa hipótese*, procurar serem ...*atendidos* pelo Conselho Tutelar.

**Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:**

**I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;**

**II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;**

Para que os filhos e os pais podem ser ...*atendidos* pelo Conselho? Exatamente, para que este (como autoridade competente não de outra, mas ...*dessa hipótese*) ...*determine* que o Creas corrija sua falha. Que o Creas, portanto, ...*assista*, com perícia e com ética, quem foi ...*violado* em seus direitos, como é ...*seu dever oficial*.

Obviamente, as ...*não inocentes* palavras desses artigos ...*não comandam* que o Conselho vá fazer o que é do Creas ou o que é dos serviços pelo Creas articulados:

...*Aplicar medida* quer dizer ...*determinar* medida que ...*atenda* o que pai ou filho pedem ao Conselho, pois este ...*atende*, num mundo ...*de cidadania*, sempre ...*ex petita* (sempre ...*a pedido)* e não como órgão ...*inquisidor*, coisa que ele ...*não é* e, no mundo da cidadania, ...*não pode ser*.

Como já vimos ao longo deste ensaio, há gente que julga tudo isso muito complicado, caro, cheio de...*maracutaias*, e ...*caneladas*, na nomenclatura popular. Essas pessoas querem até mesmo ...*extinguir* o Conselho Tutelar.

Os dessa ...*opinião* dizem que ...*bastaria* que a corregedoria do Creas (que é a corregedoria da Assistência Social) promova a correção dos desvios eventualmente praticados, sem o penduricalho que eles dizem acabou por se transformar ...*o Conselho Tutelar*. Já ouvi isso muitas, várias, ...*inúmeras* vezes.

Já ouvi também que as UPP (Unidades de Polícia Pacificadora) igualmente já foram excelente idéia posta a perder por má condução ...*consuetudinária* (por maus hábitos, maus usos e maus costumes).

Como sou...*repetitivo*, dada ...*a insistência* dos desvios praticados, vou relatar de novo duas mensagens, entre inúmeras outras de igual teor, a mim enviadas neste 2018:

Recebi em 22 de julho, mensagem em que antigo conselheiro tutelar de cidade gaúcha pondera dizendo, entre outras coisas, o seguinte: ”*...O que vejo hoje são conselheiros eleitos por igrejas e partidos políticos, brigando entre si, defendendo interesse próprio.  A falta de um chefe gera inúmeros conflitos e desarmonia nos colegiados.*”

Na segunda semana de agosto, mensagem de conselheiro do Nordeste, nas palavras dele, dá notícia de que “...*está se tornando****unânime a ideia de que o Conselho Tutelar é a ‘porta de entrada’ do SGD, de forma que toda ameaça ou violação de direito envolvendo criança e adolescente deve passar pelo Conselho.  A minha inquietação* (diz o conselheiro) *se tornou maior, pois o promotor deixou subentendido que se não fosse para o Conselho ser porta de entrada, seria melhor sua extinção.****”*

O Conselho Tutelar foi concebido, em sua origem, como uma instância ...*não-governamental* para fazer o controle ...*da burocracia*.

Seus membros, ...*contra* a burocracia, segundo a versão original do artigo 134 do Estatuto seriam ...*eventualmente* remunerados, pois operariam ...*apenas* como órgãos ...*de controle externo* exercido ...*pela cidadania* sobre os desmandos oficiais (não o contrário):

**Art. 134. Lei municipal disporá sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto a eventual remuneração de seus membros.**

Qual a grande acusação a responder, em 2019, quanto à concepção atual do Conselho Tutelar? Segundo essas percepções, é a acusação de que, ao longo dos anos, 28 leis criadas através de vícios ...*corporativistas*, entre 1990 e 2017, acabaram por transforma-lo numa instância ...*burocrática* e, o que é pior ainda, ...*corporativista* e ...*governamental*.

Tal modo de ver afirma também que, pelo vício do ...*corporativismo*, o Conselho teria sido transformado - de ...*meio* em um ...*fim* de si mesmo - numa ...*corporação* obrigatoriamente remunerada.

Na versão que seria a mais ...*benigna*, dizem seus detratores, funciona como ...*porta de entrada* de feição ...*burocrática*, através da qual o drama humano vivido por crianças e adolescentes é conduzido ...*ao labirinto* da burocracia.

Na versão ...*maligna* funciona como órgão ...*inquisidor* sobre agentes escolares e pessoas das famílias. Violador de ...*direitos civis*. E opera como ...*tribunal de exceção*, ao violar o conteúdo do artigo quinto XXXVII de nossa |Lei Maior:

**XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção**

Entretanto, leitor, a partir de 2019 passaremos a poder contar com 5.570 Creas bem organizados com pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, advogados e afins, ...*remunerados*.

Em condições de perícia e ética, tais especialistas poderão prestar relevantes serviços ...*profissionais* aos ...*violados* em seus direitos, operando ...*em plantões* de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, ...*na hora da necessidade*, como comanda ...*a legislação oficial* de nosso país.

...*Zelosos* em relação ...*aos direitos civis* das pessoas, os Conselhos, tanto o Tutelar, quanto o de Direitos devem, portanto, recuperar suas originais concepções: Serem órgão ...*contra* a burocracia, e não, ...*a porta de entrada* dela.

# ...*formular juízos*

# *próprios*

Dizem-nos as Escrituras (João, 18,36) que quando o governador e os sacerdotes disputavam ...*seu juízo*, o acusado de ser Messias clamou: “...*meu reino não é deste mundo*”. E estamos há dois mil anos discutindo que ...*juízo*, que ...*reino* e que ...*mundo* são esses.

No ...*reino* dos ...*Estados* que, em 1989, firmaram a Convenção ...*do mundo* das Nações Unidas ...*Sobre os Direitos da Criança*, há ...*crianças* que são percebidas como dotadas da ...*capacidade* de formular ...*juízos* *próprios*, ou seja, capacidade de fazerem ...*julgamentos* pessoais a respeito das coisas ...*deste mundo*:

*Convenção da ONU de 1989: Artigo 12 - Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos ... o direito de expressar suas opiniões livremente ... levando-se devidamente em consideração essas opiniões...*

Na ...*pluralista* civilização em que vivemos, aprende-se a expressar os conceitos de ...*juízo*, de ...*reino* e de ...*mundo*, com palavras ...*não inocentes* que ocupam o centro de uma esfera de infinitas interpretações gradativas, seja por conservadores que acreditam mais na força ...*da autoridade*, até o extremo oposto dos liberais que creem mais na força ...*da liberdade*.

Daí, a pluralidade desse mundo ...*da criança e do fiel da balança[[45]](#footnote-46)* que tentamos mas não conseguimos, ou não queremos, nem sempre, explicar direito ...*desde criancinhas*.

Agora inventaram, talvez como ...*cortina de fumaça* para disfarçar intenções e agendas ocultas, uma tal ...*escola sem partido*, a respeito de por quem e como devem elas, as criancinhas, serem educadas. Claro está o que dispõe o artigo 229 de nossa Lei Maior:

**Constituição - Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.**

Há quem queira colocar cartazes nas salas de aula, com dizeres não ingênuos, que ...*proibem* o que os mestres ...*não podem* fazer, falar, divulgar. Há os que dizem que, ...*liberdade de cátedra*, só nos cursos superiores. Mas vejam, o que diz nossa Lei Maior como cláusulas ...*pétreas* – imutáveis – de nossa ...*democracia*:

**Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:**

**II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;**

**III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;**

**VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;**

Uma das técnicas muito sabidas de disfarçar intenções é fazer com que ...*a boca fale* através ...*de meias verdades*, para ocultar o que temos ...*em abundância*, no coração.

O chefe eleito da nova burocracia, que por sinal traz Messias no nome, já clamou - ...*erga omnes*, como dizem os eruditos - que certos temas devem ser ensinados ...*por papai e mamãe* na própria casa. E não na escola.

Vejamos, então, o que diz a doutrina ...*da proteção integral*, referida no artigo primeiro do Estatuto a esse respeito.

O ...*mundo* da democracia moderna é, por definição, não o reino ...*do arbítrio*, seja em aula seja no lar, mas ...*o reino* da ...*Lei* (no caso, integrando os artigos 206 e 229 de nossa Lei Maior), nas sociedades que se organizam ...*em Estado*, entre as quais se destacam as sociedades...*que se querem justas*.

Toda ...Lei se caracteriza como ...*comando*, sejam os comandos físicos, os biológicos ou os sociais, que podemos identificar no funcionamento organizado, repetitivo, padronizado ...*do mundo* em que vivemos.

Diante de toda forma de organização/repetitividade/padronização, nós, os humanos, ...*desde criancinhas*, exercemos ...*a capacidade* de aprender tudo que seja ...*previsível* no mundo dos fatos e dos atos, ou possa ser ...*exigível* no mundo ...*das condutas*.

Portanto, seja ...*em família* ou seja ...*em escola*, no processo ...*da educação*, esse ...*aprendizado* se dá em relação à ...*previsibilidade* dos fatos (tudo que ocorre ...*no mundo* dos ...*entes*) e dos atos (tudo que são fatos produzidos pelos seres ...*viventes*).

E também em família ou em escola, essa ...*aprendizagem* se dá quanto ...*à exigibilidade* das condutas (que são os atos produzidos por nós, humanos tidos como ...*conscientes*).

Quanto à família, temos também ...*a Lei* (ou seja, temos um princípio, que ...*é lei* em si mesmo), no artigo 226 de nossa ...*Lei Maior*, sem esquecermos que ...*violência* pode ser praticada por formas de pensamento, palavras e obras*:*

**Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.**

**§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.**

Quanto à Escola, temos o princípio da ...*interface* entre o Centro de Referência Especializado que é ...*o Creas*, para a ...*proteção social especial* a ser garantida aos corpos ...*docente e discente*, através de epistêmicas ...*especialidades* quanto ...*aos fatos*, aos ...*atos*, e às ...*condutas*, nos complexos mundos da pedagogia, da psicologia, do serviço social, da jurisprudência e afins:

**LOAS – Art. 6 “C”,**

**§ 3º ...*Os Creas* são unidades públicas ...que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam ... serviços ... da assistência social.**

Vamos repetir para a mais límpida clareza: As crianças e os adolescentes, continuamente, devem ser informados, em família e na escola, de que ...*o mundo* em que, progressivamente, são introduzidos, é ...*o reino* dos ...*fatos* que ocorrem na natureza.

Todo fato, como sabemos, ...*é o que é*, não depende ...*da mera* opinião, nem do aluno, do filho, nem do professor ou pai e mãe. Depende, ...*sim*, de critérios epistêmicos para sua identificação. Seja no mundo da psicologia, da pedagogia, do serviço social ou da jurisprudência e afins.

Mas não só isso. Todos sabemos que igualmente são o que são, os ...*atos* praticados por todos os seres ...*que vivem* ao redor de pais, mestres, filhos e alunos. E também o mundo reverso ...*das condutas* que praticam os que são ...*capacitados* a formular ...*os próprios juízos*, os próprios ...*julgamentos*, a respeito de tudo isso.

O que diz ...*a Convenção* firmada por todos os países no final do Século XX? Diz:

*Convenção da ONU de 1989: Artigo 12 - Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos ...* ***o direito de expressar suas opiniões livremente*** *... levando-se devidamente em consideração essas opiniões...*

E o que diz nosso Estatuto, que é um repositório das quatro formas de providências previstas ...*na Convenção* (1. As providências legislativas, 2. as sociais, 3. as educativas e 4. as administrativas) a respeito ...*do direito à livre* opinião? Diz:

***Estatuto de 1990 - Art. 16. O direito à liberdade* *compreende os seguintes aspectos:***

***II - Opinião e expressão;***

Então, essa criança ...*adentra* o mundo ...*da lei* da gravidade, ...*das leis* de Mendel, ...*da lei* da oferta e da procura, ...*das leis* anti-cidadãs do mais forte, do mais rico, do mais esperto, etc., ...*da lei* da igualdade ...*cidadã*,perante ...*a lei*.

E, segundo ...*a lei oficial* brasileira, no entremeio de tal cipoal coercitivo das outras ...*leis*, os filhos e os alunos têm o direito de serem criados, educados e assistidos (minuto a minuto, dia a dia, ano a ano) ...*para a liberdade* (a força ...*que separa* individualidades), num mundo ...*de autoridades* (as forças ...*que unem* comunidades boas ou más), em casa e na escola.

Mas, e se os pais e a escola, de uma forma ou de outra, não estiverem eles próprios ...*capacitados* a compreender tudo isso, nem ...*capacitados* a educar a criança ...*para a liberdade*, num mundo padronizado, repetitivo, ...*de coerções* autoritárias? E como se situa a tal de ...*escola sem partido* nesse tema?

É disso que se ocupa ...*o think tank* que é o Creas de cada município, através do conhecimento ...*interdisciplinar* que devem cultivar seus especialistas e afins que operam ...*no mundo dos fatos* pedagógicos, dos fatos psicológicos, e dos fatos que têm a ver com o serviço social e a jurisprudência.

Quando ...*necessário*, cada especialista tem o dever de ...*propiciar* seu ...*conhecimento* a pais e mestres (com partido ou sem partido) através de ...”*orientação e apoio*” nos exatos termos dessa ...*lei oficial* brasileira, a que se refere o artigo primeiro do Estatuto:

***Estatuto - Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente*.**

Pais e escola estão imersos num mundo ...*de aparências* percebidas em geral como óbvios ...*usos* e óbvios ...*costumes* repetitivos, padronizados, compartilhados ...*pelo senso comum*.

Cabe ao Creas pôr em movimento as técnicas de ...*ir além das aparências*, em ...*interface* com a escola e ...*articulando* programa de “...*orientação e apoio sócio-familiar*”, sob o conceito de ...*proteção* que é...*social* e tem a característica de ser ... *especial*, como comandam os artigos 203, I da Lei Maior, 6 “c” da LOAS e 90, I do Estatuto:

**Constituição - Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar ... e tem por objetivos:**

**I - a proteção à família ...à infância, à adolescência ...;**

**LOAS - Art. 6º - C. § 2º O Creas é a unidade pública ... destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco ... por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

**Estatuto - Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela ... execução de programas de proteção ...destinados a crianças e adolescentes, em regime de:**

**I - Orientação e apoio sócio-familiar;**

Tudo, leitor, sem prejuízo de que cada pai, cada mestre, cada filho ou aluno, através ...*dos hábitos* construídos em seu ...*passado moldador* de pessoas individualizadas, tendem a evoluir, dia a dia, ano a ano, em pessoais, insubstituíveis, íntimos ...*comandos* de pensamentos, palavras e obras, ...*no mundo* do agir ou não agir.

Há portanto razões que aparentam ...*não ser deste mundo*, as quais tendem a levar as pessoas (algumas, nem todas), ...*além* das ...*aparências*, a buscarem, no campo da psicologia, da pedagogia, do serviço social, da jurisprudência e afins, por ...*outro* mundo que alcance a tríplice dimensão ...*dos eixos* da cidadania:

O eixo ...***eu🡨🡪 nós***

O eixo ***ser****🡨🡪* ***ter***

E o eixo **autoridade***🡨🡪* **liberdade.**

Repetindo o já dito no capítulo anterior deste ensaio, em certas ...*contingências*, para o equilíbrio social, há necessidade de ir mais para a esquerda, em função ...*do nós* (o mundo do que e como ...*nós somos*, do que e como ...*nós pensamos*, do que e como ...*nós valorizamos*), ou mais para a direita, em função ...*do eu* (o mundo do que e como ...*eu sou*, do que e como ...*eu penso*, do que e como ...*eu valorizo*).

Em outras contingências, há necessidade de atuar mais em função ...*do ser* (o mundo do ...*eu sou*, ...*eu penso*, ...*eu valorizo*) ou mais em função ...*do ter* (O mundo do ...*eu tenho*, ...*eu uso*, ...*eu desfruto*).

E, finalmente, há que ser mais ...*conservador* (no mundo das tradições, do quedar e da autoridade), diante de certa ...*necessidade*, ou de ser mais ...*progressista* (no mundo das evoluções, da mudança e da liberdade), ao longo do eixo ...*oscilante* da cidadania.

Tudo com ...*ética*, com ...*saber*, com ...*arte*:

**Constituição - Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:**

**II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;**

Seja de um ponto de vista ...*altaneiro*, ou de outro ...*profundo*, o mundo ...*do espírito* sopra ...*sobre a argila* para criar ...*o humano*, no dizer do grande artista que foi Saint-Exupéry.

Por exemplo, na história de nosso romantismo literário, tal ...*inquietação* por valores transcendentais se expressa nem sempre através de grandiosa erudição.

Mas se expressa, muitas vezes, ...*com arte*,na simplicidade de um ambiente como “...*a roça*”, em que Fagundes Varela (1841-1875), poeta enaltecido em minha infância, canta coisas como:

Voto horror às grandezas do mundo, ...

Triste acervo de enganos fatais, ...

O clarão do saber verdadeiro

Não fulgura aos olhares mortais!

Tal ...*clarão* do saber verdadeiro, que ...*não fulgura* aos ...*olhares mortais*, obviamente não é ...*deste mundo* de aparências ...*enganosas*.

Um futuro ministro do novo governo que se diz ...*de direita*, parece ter dito, em fins de novembro de 2018 que, em matéria ...*de cultura*, o único que faz é ...*tocar berimbau*.

Logo Caetano Veloso, poeta enaltecido em minha maturidade, o desafiou a tocar berimbau em público. Embora de uma corda só, que nem sempre fulgura ...*aos olhares mortais*, trata-se de instrumento ...*moldador* de imemoriáveis rituais, em que o espírito ...*sopra* sobre a argila.

Portanto, que a nova burocracia dos que se dizem ...*de direita*, passe a respeitar, no coercitivo mundo ...*da autoridade* oficial, os direitos e os deveres do mundo ...*da liberdade*, os quais foram ...*desrespeitados* pelos que se diziam ...*de esquerda*, no esforço brasileiro pela construção ...*do cidadão-estadista*, a começar ...*pelas criancinhas*, neste Século XXI.

Enquanto escrevo (ao meio-dia do dia 5 de dezembro), a Bandnews mostra vídeo com criança de seis anos que, ...*deseducada* pelo padrasto em formular ...*bons juízos* próprios, furta celular. Imagine, leitor, criança ...*deseducada* pelo padrasto ...*a furtar* celular*.*

Acionado, o policial afirma que, se não localizados os avós, a criança seria encaminhada ...*ao conselho tutelar*.

Ou seja, polícia e imprensa ...*não sabem* que quem deve ...*assistir* criança não ..*assistida* pelos pais ...*não é*, não pode ser, o Conselho Tutelar, usurpando funções epistêmicas de especialistas do Creas:

**LOAS - Art. 6º - C. § 2º O Creas é a unidade pública ... destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco ... por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

Esse ...*dever constitucional* de assistir ...*desassistidos* em família é ...*da Assistência Social* (art. 203, I da Constituição), com técnicas ...*de serviço social*/psicologia/pedagogia/jurisprudência e afins, técnicas essas ...*articuladas* pelo Creas, sob a exigência legal ...*de interface* com a polícia, desde o ano de 2011:

**LOAS – Art. 6 “C”,**

**§ 3º Os ... Creas são unidades públicas ...que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam ... serviços ... da assistência social. (Incluído pela** [**Lei 12.435, de 6 de julho de 2011 – DOU de 07/07/2011**](http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2011/12435.htm)).

Com essa ...*reiterada* insistência em descumprir nossa ...*lei oficial*, leitor, fica difícil o Brasil transformar seu ...*assistencialismo* vulgar e rastaquera, em epistêmico ...*desenvolvimento social*.

Vamos ver como os que se dizem ...*de direita* encaminharão essa transformação ...*assistencialismo/desenvolvimento*, que foi miseravelmente fracassada pelos que se diziam ...*de esquerda*. Arrrghhh[[46]](#footnote-47), leitor...

Veremos, então, a partir de 2019, como vão bem tratar ou maltratar ...*o reino* da reta razão, ...*no mundo* das aparências enganosas dessa dialética que faz ...*a força da liberdade* oscilar no mesmo eixo ...*da força da autoridade*, em busca ... *da* *proteção integral*. Desde criancinhas...

# adestrar ou educar

# a criança

Há pai e mãe que, quando dizem o filho ...*é meu*, a filha ...*é minha*, realmente creem que gente possa ser ...*propriedade* de gente. Ou agem de tal forma, como se acreditassem. O anarquista Pierre Proudhon (1809-1865)[[47]](#footnote-48) disse, em 1840, que toda propriedade ...*é um roubo*. ...*Meu* filho, ...meu gato, ...*meu* pé de jacarandá.

Poderia ser ...*minha* fábrica, ...*meu* empregado, ...*meu* produto interno bruto. Quanto ...*ao gato*, dizem por aí agora que não sou ...*dono* do gato. Sou ...*seu tutor*. Mas, os filhos, esses não, esses ...*são meus*, dizem os insensatos.

As palavras, definitivamente, leitor, não são ...*ingênuas*, no mundo do conhecimento armazenado ...*em nuvens* que ...*não são* nuvens, mas, ...*acima de tudo*, imensos servidores cibernéticos do corporativo reino ...*do ter*. No internético reino ...*das* coisas, que não são mais coisas, são extensões ...*do ser* corporativo, ...*acima de todos*.

Veja o seguinte: Em resposta ao Presidente dos EEUU, que queria ...*comprar* as terras indígenas Suquamish, o sábio cacique Seattle (1786-1866), hoje nome de cidade, teria dito em 1855 que a terra ...*não nos pertence*, pois nós é que ...*pertencemos à terra*.

Historicamente importante para argumentarmos com os que se dizem ...*de direita* e querem investir sobre a cultura autóctone do Brasil, a esse cacique é atribuída (mas sem provas), uma primorosa carta [[48]](#footnote-49).

Há quem negue. Mas, se nós somos um modo ...*do Universo* conhecer a si mesmo, no dizer de outro sábio, o Carl Sagan, a ideologia ...*do ser* e do ...*ter* vai desde a percepção de que nós somos da terra, até a ideologia contrária que diz que a terra é nossa. Ou é de alguns de nós, que são ...*mais donos* que os demais.

No entremeio, infinitos modos de pensar, querer e atuar, nos posicionam num eixo que tem, numa ponta, o ensinar crianças ...*a ser* do bem ou do mal, e na outra ponta, as ensinarmos ...*a ter* bens materiais e imateriais com ou sem ...*ética*, com ou sem ...*honestidade*, com ou sem ...*respeito* ao próximo.

Vejamos agora o que tem tudo isso a ver com ...*adestrar* e com ...*educar*. Quem conta dez começa no um e termina no dez. Quem mede dez (experimente com uma régua, leitor), começa no zero e termina no fim de uma sequência decimal do nove, buscando sempre a metade da metade, da metade, até o infinitésimo que, passo a passo (byte a byte), ...*põe ordem* na ...*construção do passado*, em cada situação.

Adestrar é como contar com números cardinais. Satisfaz ...*aparências* das coisas ...*que têm* superfície. Educar é como medir de forma ...*ordinal* o que vem a ser ...*o recheio* entre os números.

O educar busca sempre ...*o aquém* da aparência, nas profundezas ...*do ser*. Como o que há entre ...*o zero e o um*. Entre ...*o nove e o dez*. Entre os anos de vida de cada criança e de cada adolescente[[49]](#footnote-50).

A capacidade ...*de formar juízos próprios* de cada criança se constrói de forma ...*ordinal*, não ...*cardinal*, sobre o que ...*se é* no mundo ...*do ser*, e sobre o que ...*se tem* no mundo ...*do ter*.

Não basta, em família ou em escola, *adestrar* crianças para falar e contar. É fundamental ...*a educação* que busca ...*o aquém* do que se conta e ...*o aquém* daquilo sobre o que se fala. Pois, repetindo mais uma vez Agostinho de Hipona - sábio medieval - a boca ...*fala* daquilo que se tem ...*em abundância* no coração. Desde criancinhas.

- Ah, mas o filho ...*é meu* (ou, o aluno ...*é meu*) e cabe ...*a mim*, com ...*minha* autoridade, educá-lo, obviamente segundo a minha ...*liberdade* de ...*crer*, de ..*pensar*, de ...*querer*:

**Constituição - Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:**

**II - liberdade de ... ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;**

- Sim, mas no cipoal das leis ...*anti-cidadãs* do mais forte, do mais ardiloso, do mais influente, que o educando vai enfrentar ao longo da vida, a ...*lei oficial* da cidadania diz que pai, mãe e mestre têm ...*autoridade* para educar filhos e alunos ...*para a liberdade* de pensar, querer e agir:

**Constituição - Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:**

**II - liberdade de aprender ... o pensamento, a arte e o saber;**

- Claro, pais e mestres têm ...*autonomia* individual, pessoal.

- Sem dúvida, através das leis dos bons usos e dos bons costumes, fazem isso para a autonomia ...*dele, filho*, e dele ...*aluno*. Não para ...*adestrá-los*, ou seja, não para ...*ajustá-los* a si mesmos, ...*adestradores*. Nunca, leitor, tendo os filhos e alunos como meras extensões das crenças, pensamentos, e quereres ...*autoritários* de seus genitores ou de seus mestres:

***Estatuto de 1990 – Art. 15,***

***Art. 15: A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.***

***Art. 16: O direito à liberdade* *compreende os seguintes aspectos:***

***II - Opinião e expressão;***

- Então, autoridade de pais e mestres é apenas uma palavra, digamos, ...*ôca*?

- A essa oscilação – de muito conteúdo - entre a força da autoridade (de pais e mestres) e a força da liberdade (de filhos e alunos), alguns dão o nome ...*de dialética* no mundo em que ...*as forças* se chocam (mundo ...*contraditório*) da cidadania.

- Mas, como ...*encaixar* essa ...*dialética* na doutrina da chamada ...*proteção integral?*

- Os jurisconsultos dão o nome ...*de freios* (aos excessos) e ...*contrapesos* (às insuficiências) a tais...*alternâncias* entre contrários, das forças ...*que unem* e as ...*que separam* os ...*entes* (tudo que existe), os ...*viventes* (tudo que vive), os ...*sencientes* (todos os que sentem) e os ...*conscientes* (todos os ...*cônscios* de ser e ter)

- E como ...*a epistemologia* encara tal ...*amplidão* perceptiva?

- A essa percepção telúrica, cósmica, espiritual do mundo, alguns denodados (mas nem todos, dada a óbvia ...*pluralidade* de percepções) tendem a dar o nome ...*de Direito Natural[[50]](#footnote-51)*.

Voltemos à hipótese ...*do gato*. A tese ...*costumeira* é a de que, como ...*semovente*, aquele que se move por si mesmo, está o gato destinado a ser apropriado pelos humanos. E a ser ...*adestrado*, ou seja, ...*ajustado* aos interesses, aos valores, às conveniências de seus ...*proprietários*.

A moda agora, porém, é adotar, com denodo, a tese de que os felinos pertencem à classe ...*dos sencientes*, ninguém podendo, por isso, ...*ser seu dono*. Mas sim, no máximo, ...*seu tutor*. Com respeito aos interesses, aos valores, às conveniências de sua espécie.

Mas, no mundo das palavras não ingênuas, ninguém ...*de esquerda* ou ...*de direita* se atreveu até hoje a dizer, com todas as letras, que filhos e alunos (ou, digamos ...*índios*) sejam apenas ...*semoventes*, ou meros ...*sencientes*.

O...*ajuste* de filhos e alunos aos interesses, aos valores, às conveniências ...*do direito à liberdade de ser e ter* recebe o singelo nome ...*de educação*. É o contrário ...*do adestramento*, pois este consiste no ajuste ...*de outrem* aos fins, aos valores, aos interesses do próprio ...*adestrador*.

- E quanto aos índios?

- Valem os mesmos princípios. Populações ...*autóctones* têm ...*o direito natural* de serem ...*educadas* para os mais elevados ...*fins* do humanismo. Jamais ...*adestradas* para fins alienistas (ou seja, jamais para perderem ...*sua própria identidade* física, mental e social).

Entre outras disposições que ...*recheiam* seu conteúdo, nossa Lei Maior contém...*cláusulas pétreas*, que são conteúdos imutáveis, duros como pedra, ...*não para o adestramento* do mundo indígena.

E sim ...*para a educação* de todas as crianças. Todas, sem exceção. Sejam elas filhas ou alunas dos que rezam pela cartilha tanto ...*da esquerda*, quanto ...*da direita*:

**Constituição de 1988 -Art. 20. São bens (...*de propriedade*) da União:**

**XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.**

**Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.**

**§ 1º ao § 7º comandam esse artigo 231 como ...*um Estatuto* constitucional dos índios na ampla cidadania ...*do povo brasileiro*.**

**Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.**

**Estatuto - Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção...**

**§ 6o  Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente ... de quilombo, é ainda obrigatório** [**(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2)**:**

**I - que sejam ... respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições ...**

**III - a intervenção ... de antropólogo, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso.[[51]](#footnote-52)**

Para os relutantes e insistentes em afirmar que ...*na prática* dos brasileiros, ...*a teoria* é sempre ...*outra*, sou repetitivo em lembrar que ...*teoria* é ...*explicação* da realidade, mas que ...*lei* não explica, Lei é ...*comando* que (entre o ponto ...*alpha* e o ponto ...*ômega*) direciona a realidade ...*a fins* naturais, vivenciais, convencionais, ou éticos.

Dizem os jurisconsultos que Lei escrita no papel, mas não usual, não costumeira, ...*não é lei*, é mera ...*intenção*, desprovida ...*de comando*.

Portanto, toda lei que se queira ...*comando* deve ser transmitida, no entremeio ...*dos usos*, com a arte e o saber ...*dos costumes*, no ubíquo, persistente, constante processo ...*da educação* que ...*constrói um passado* ao consolidar (ao normatizar) ...*hábitos*. Através ...*do espírito* que sopra sobre a argila, leitor, para criar ...*o humano*.

Vejamos agora, nesse mundo ...*de normas* consolidadas na prática da vida, como utilizar o ...*inverso* do processo de ...*construir um passado* habitual, usual e costumeiro, para reconhecer, nessas práticas, formas de ...*educação* e formas de ...*adestramento*.

E vamos dar a qualificação de ...*técnica* à inversão ...*epistêmica* que, perquirindo (esquadrinhando, indagando) ...*o passado*, nos permite identificar, no mundo ao redor, entre inúmeras outras coisas *[[52]](#footnote-53)*, o que é ...*adestramento* e o que é *...educação*.

O mundo epistêmico dos filósofos, dos médicos, dos psicólogos, dos assistentes sociais, dos pedagogos, dos juristas e afins, dá o nome de ...*anamnese* (do grego ...*ana*, para trás e ...*mnesis*, trazer à memória) ao processo ...*inverso* da construção de um passado de bons ou de maus hábitos, usos e costumes.[[53]](#footnote-54)

Trata-se do processo que busca identificar o passo a passo, o ...*byte a byte* da construção ...*de contingências* humanas[[54]](#footnote-55), como o abandono material e intelectual dos governados pelos governantes ou dos filhos pelos pais, a deserção escolar dos alunos, a delinquência pessoal ou comunitária, a prática distópica de crimes, e do terror.

E assim, enquanto vai se findando o ano de 2018, a pergunta que paira é se a burocracia federal de 2019, que passará a se dizer ...*de direita*, afinal, vai ou não corrigir ...*os desvios* deixados pelos que, antes dela, se diziam ...*de esquerda*.

Nós vivemos ...*no município*, não ...*na União*. Sem profissionais gabaritados ...*não há*  conhecimento especializado ...*municipal*.

Articulados por um ...*Centro Especializado* em proteção social especial, previsto na LOAS, é com competência metódica ...*em anamnese* e disciplinas correlatas que peritos em psicologia, pedagogia, serviço social, jurisprudência e afins - nas ...*abordagens* que fazem, na hora ...*da necessidade* - ...*identificam* os ajustes deseducativos ou adestradores de pessoas ou comunidades.

E fazem *...*o *diagnóstico* da eventual ...*violação de direitos* em que crianças e adolescentes figurem quer como vítimas, quer como vitimadores*.* Seja em família, na escola, nos logradouros.

Óbvio que se houver ...*crime*, quem preserva a ordem pública, investiga e apura é a polícia, em ...*interface* com a Assistência Social:

**Art. 144. A segurança pública ... é exercida ... através dos seguintes órgãos:**

**§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem ... as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais...**

**§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública...**

Selecionados em concurso público de provas e títulos (artigo 37, II da Lei Maior) tais especialistas executam ...*a intervenção*, de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, na hora da necessidade, em plantões epistêmicos, nas hipóteses em que crianças e adolescentes, sejam vítimas ou vitimadores. Como comanda o artigo 6 “c” § 2º da LOAS:

**LOAS - Art. 6º - C. § 2º O Creas é a unidade pública ... destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias ... que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

Haverá respeito pelo ...*descentralizador* princípio da ... *assistência social* constante do artigo 204, I da Lei Maior?

***Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas ... com ... I - descentralização político-administrativa, cabendo ... execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal ...***

Pais e mestres poderão contar, em cada município, com um ...*Centro de Referência* *Especializado* (Creas), ...*em interface* com as demais políticas públicas, para apoio e orientação de seus filhos e alunos?

**LOAS – Art. 6 “C”,**

**§ 3º Os ... Creas são unidades públicas ...que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam ... serviços ... da assistência social.**

Persistiremos com ...*cabides* de empregos ocupados ...*por adestradores* burocratizantes (aqueles que ...*ajustam* a cidadania aos interesses, manias e valores da burocracia), nos 5.570 municípios brasileiros?

Ou haverá recursos ...*financeiros* suficientes para a contratação, em concurso público de provas e títulos que selecione recursos ...*humanos*, recursos ...*técnicos* e recursos ...*administrativos*, entre os melhores, os mais capazes, os mais eficientes em psicologia, pedagogia, serviço social, jurisprudência, administração e afins?

**Constituição Federal – Art. 37, II - a investidura em cargo ... público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos ... ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;**

Como vimos há pouco, em termos ...*cardinais*, quando se conta dez, começa-se no um e termina-se no dez. Quando ...*se mede*, de forma ...*ordinal*, metódica, sistêmica, começa-se no zero e termina-se no fim de uma sequência decimal de noves.

Estamos em 2018. Temos ...*mais um ano* para concluirmos, medindo de forma ordenada até o fim de 2019, a segunda década do Século XXI.

Exatamente por terem ...*organização*, os cultores do crime organizado mantém um sistema ...*de disciplina* entre os malfeitores, para que seus interesses ...*corporativos* prevaleçam em forma ...*de anticidadania*.

Nosso esforço ...*ordinal*, deve ser disciplinado, no entremeio ...*das horas*, ...*dos dias* e ...*dos meses*, pela parte da sociedade ...*que se quer justa*, através de uma política ...*descentralizada* de desenvolvimento social.

Há que fazermos do Creas, em cada um dos 5.570 municípios, a base epistêmica para o início ...*das correções* dos desvios praticados até agora no terreno em que se busca construir ...*cidadania*.

Em interface psicológica, pedagógica, social, jurídica e afins, com todas as políticas públicas, seja a de educação, a de saúde, a de segurança, a de cultura, e afins.

Com articulação dos programas no regime ...*de orientação e apoio sócio familiar*, previsto no padrão do artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

**82.186**

1. **Aulete: Paradigma:** **Padrão que serve como modelo a ser imitado ou seguido; Thomas Kuhn (1922-1996) aplicou o termo ao campo do desenvolvimento das ciências em sua “The Structure of Scientific Revolutions” de 1962.**  [↑](#footnote-ref-2)
2. **Em 2010 o Congresso Nacional aumentou de 18 para 30 anos o princípio da ... *prioridade* *absoluta* na garantia de direitos, até então aplicável apenas a crianças e adolescentes.** [↑](#footnote-ref-3)
3. **Segundo os dicionários modernos...*algoritmo* ésequência finita de regras, raciocínios ou operações aplicáveis a um número finito de dados, para solucionar classes semelhantes de problemas multifacetados.** [↑](#footnote-ref-4)
4. **Ora, leitor, é óbvio que só adulto deve ...*ser punido* (disciplinado, corrigido, emendado) segundo as peculiaridades de sua condição ...*de adulto*. Para que haja ...*lógica* e haja ...*ética*, todo ancião, se for o caso, deve ser punido ...*como ancião*. Adolescente ...*como adolescente*. E criança ...*como criança*. Até o ...*acaciano* conselheiro Acácio, do grande Eça de Queiróz, em nossa estante, sabe disso.**  [↑](#footnote-ref-5)
5. **Agora, a história da vida, o passado vivido, o estoque de experiências ...*também* das máquinas comandadas ...*por algoritmos*.** [↑](#footnote-ref-6)
6. **A respeito, ler meu CONSTRUIR O PASSADO, editado em 1993, revisto em 2.018, em** [**www.edsonseda.com.br/1 - CONSTRUIROPASSADO.doc**](http://www.edsonseda.com.br/1%20-%20CONSTRUIROPASSADO.doc) [↑](#footnote-ref-7)
7. **Cada ...*Ensaio* é, no fundo, no fundo, ...*todos* os ensaios. Em cada texto, repetitivos conceitos básicos. Mas vestidos, cada um deles, com roupagem nova. Ler um, de alguma forma, ... *é ler todos*. Mas, sempre, na tentativa de um ângulo próprio, uma perspectiva única, que falta aos demais. Ninguém cruza duas vezes o mesmo rio. A eterna repetição, é como, no meio da travessia que desvenda aparências, o dizer do escorpião (meu signo da enganação astrológica) ao sapo da mesmice: - *É a minha natureza*. Aquele ...*que persiste em seu ser*. A fábrica dinâmica ...*de um novo passado*. O passado moldador;** [↑](#footnote-ref-8)
8. ### **Sobre a oposição entre o sistema ...de adestramento e o ...de educação, no regime ...*de privação de liberdade*, ler meu** [**http://www.edsonseda.com.br/acriprocida2018.docx**](http://www.edsonseda.com.br/acriprocida2018.docx) **no capítulo intitulado ...*Tática Para (Não) Adestrar Adolescentes*.**

   [↑](#footnote-ref-9)
9. **Dicionário Caldas Aulete: Usar de desculpas, rodeios; HESITAR;Virar de costas*.*** [↑](#footnote-ref-10)
10. **Lembremo-nos de Arthur Rimbaud (1854-1891) que, num poema, aos vinte anos, escreveu: ...*par delicatesse j’ai perdu ma vie.*** [↑](#footnote-ref-11)
11. **A doutrina dominante tem o crime como uma ...*conduta*. Conduta é ato humano ...*com valor* – ato “bom”, ou ato “*mau*” - praticado por pessoa. Mas, conduta que tenha ...*duas* caraterísticas essenciais: 1. Ser ...*descrita* numa lei oficial ...*como crime*. 2. Ser praticada por alguém que tenha capacidade de formular ...*juízos próprios* e, com essa capacidade, ser capaz de ...”*entender o caráter ilícito do ato que pratica e se determinar segundo esse entendimento*”. Quem sofre de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado é que ...*não pratica crime*, ou seja, não é ...*criminalmente imputável*” e, portanto, ...*não pode ser punido com pena, nos termos do artigo 26 do Código Penal.* Esse aspecto altamente técnico e epistêmico tem difícil assimilação ...*pelo senso comum* das massas desarvoradas. É objeto de sibilinas manipulações pelos políticos profissionais.**  [↑](#footnote-ref-12)
12. **A impressão que dá, leitor, é que o senador que quer encarcerar no sistema penitenciário quem tem dezesseis anos, dizendo que tais jovens, nessa idade, ...*já sabem o que fazem*, confunde, ou a assessoria desse senador – como fazem muitos criminalistas penalistas - o faz confundir, ser ...*penalmente* inimputável (a circunstância de não dever ser punido ...*com a pena* definida nesse artigo 228, que trata exatamente ...*da punição*), com a circunstância de ser ...*criminalmente* inimputável (não ser capaz de praticar crimes). Ah, como as palavras são perigosas, como nesse claro exemplo da disjunção entre o mundo oportunista dos políticos, o mundo epistêmico dos pesquisadores acadêmicos, e o mundo desabrido das massas ignaras.**  [↑](#footnote-ref-13)
13. **“Psicologia de um Vencido” em “Eu e Outros Poemas”.** [↑](#footnote-ref-14)
14. **“Terra dos Homens”.** [↑](#footnote-ref-15)
15. **“The Hollow Man”:**

    **... *This is the way the world ends  
    Not with a bang but with a whimper.*** [↑](#footnote-ref-16)
16. **“Os ombros suportam o mundo”**  [↑](#footnote-ref-17)
17. **O cão, dizem os dicionários, é outro nome para ...*o diabo*, é também a ...*pessoa muito má, vil*, assim como designa a peça da arma de fogo que provoca a percussão sobre a cápsula que fere ou mata.** [↑](#footnote-ref-18)
18. **Decisões ...*do próprio Conselho Tutelar, como órgão ...*autônomo (art. 131), obviamente, de suas próprias decisões, não decisões de delegado, de promotor ou de juiz...** [↑](#footnote-ref-19)
19. **Thomas Hobbes (1588-1679), autor de “Leviatã”, o Estado absoluto com soberano poder sobre os membros da sociedade.** [↑](#footnote-ref-20)
20. **O conjunto efetivo ...*das leis dos costumes* tem sido denominado, pelos juristas, de ...*Direito Consuetudinário* (do latim: *consueto, udinis*, costumeiro).**  [↑](#footnote-ref-21)
21. **Se já existiu realmente essa figura ...*do incorruptível* que assume o poder por delegação, cumpre sua missão e, em seguida, volta à simplicidade da vida anterior, a História, através de Titus Livius (59 a.C.- 17 d.C.), registra a existência de *Quinctius Cincinnatus (* 519 a.C-439 a.C.), que foi general e cônsul, por um certo período, ditador romano, por determinação do senado, e retornou à sua rotina de agricultor.**  [↑](#footnote-ref-22)
22. **Tomemos como exemplo o fato de que o STF foi peticionado a se manifestar sobre Resolução do Conselho Nacional de Educação que fixa o limite de 31 de março para matrícula de crianças no ensino fundamental. Redijo esta nota com o julgamento empatado. Pode o STF, em ...*ativismo judiciário*, no dizer do Ministro Fux, sobrepor-se ao epistêmico parecer do Conselho especializado na matéria?** [↑](#footnote-ref-23)
23. **Há quem, em condoreiros rompantes, prefira dizer que a Justiça foge ...*pela porta dos fundos*.** [↑](#footnote-ref-24)
24. **Aqui, também, há quem se atenha aos cinco princípios do artigo 37, e os que descobrem ou criam princípios para a ocasião.** [↑](#footnote-ref-25)
25. **“Custos”, em latim, é “custódio”, é “guardião”. *Custos Legis* é o amplo guardião da lei, o Ministério Público, segundo o comando da Lei Maior (Constituição - *Art. 127: O Ministério Público é instituição permanente ... do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica...)*. *Custos juris* é específico guardião de direitos, o Conselho Tutelar, custódio dos direitos infantis/juvenis, segundo o Estatuto federal (Estatuto - *Art. 131: O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo ... encarregado ... de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente ...*). “*Puer*” é criança, na língua dos antigos romanos. *Custos pueris*, além de pai e mãe, podem ser - por decisão judicial - o guardião ...*de um pupilo* ou, em regime oficial ... *de “acolhimento”*, o guardião de ...*um pequeno grupo* de pupilos.** [↑](#footnote-ref-26)
26. **Clicar para ouvir o elegante** [**Carl Sagan**](https://www.youtube.com/watch?v=7J3TFWz_Oa4) **de viva voz.**  [↑](#footnote-ref-27)
27. **STF é o Supremo Tribunal Federal. A PGR é a Procuradoria Geral da República, ambos na Capital Federal.** [↑](#footnote-ref-28)
28. **Ver o absurdo torturante clicando aqui:** [**https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/06/19/audio-de-crianca-imigrante-clamando-pelo-pai-provoca-revolta-nos-eua.htm**](%20https:/noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/06/19/audio-de-crianca-imigrante-clamando-pelo-pai-provoca-revolta-nos-eua.htm) [↑](#footnote-ref-29)
29. **Entropia é um conceito que se refere à medida ...*da desordem* a que estão sujeitos ...*todos* os sistemas que não conseguem, por si mesmos, fazer o controle de seu equilíbrio funcional. Iatrogenia é um conceito que se refere aos sistemas que, feitos para ...*proteger, construir e curar*, geram ...*perigo, destruição e morte*.**  [↑](#footnote-ref-30)
30. **Servidores públicos (funcionários públicos) podem ser ...*de carreira*, os que fazem ...*concurso público* para exercer função pública permanente. Ou podem ser ...*comissionados*, os que recebem uma ...*comissão* (...*uma missão*) pública para exercer certas funções por algum tempo. A artigo 37, II diz que os que vão exercer ...*essa função* temporária, se ela for ...*de confiança* de outro servidor, pode ser exercida ...*sem concurso*. E há os servidores (funcionários) comissionados ...*com mandato* (com tempo certo de exercício da função), caso dos conselheiros, os quais, nos termos desse artigo 37, II, devem ser selecionados ...*em concurso público* de provas e títulos. No caso do conselheiro, obviamente devem ser ...*titulados*, no mais alto nível ...*epistêmico* (se o Brasil quer ascender na escala do desenvolvimento humano), porque vão fiscalizar sofisticadíssimos aspectos sistêmicos, funcionais, da eficiência do desenvolvimento social brasileiro. Como poderia um leigo, leitor, com o mero critério ...*do senso comum*, sem ir ALÉM da mera ...*aparência das coisas*, exercer ...*fiscalização* de serviços que são prestados por epistêmicos assistentes sociais titulados, psicólogos titulados, pedagogos e advogados titulados, além de outros especialistas afins?** [↑](#footnote-ref-31)
31. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/fotografei-detencao-de-mae-com-bebe-e-fui-obrigado-a-entregar-meu-celular-a-pm-e-ir-para-delegacia.shtml> [↑](#footnote-ref-32)
32. **O conceito é de Jorge Luís Borges (1889-1996): ...*O fato é que cada escritor cria seus precursores. Seu trabalho modifica nossa concepção do passado, como há de modificar o futuro... (Kafka e seus Precursores).*** [↑](#footnote-ref-33)
33. **É bem conhecida a habitualidade legiferante brasileira casada com nosso usual e contraditório desprezo pelo cumprimento das leis oficiais. Historicamente, preferimos o Direito ...*consuetudinário* (o costumeiro). Entremeado com inegáveis virtudes cívicas de nosso caráter nacional, esse Direito ...*dos Costumes* tem a ver com muitos dos vícios também ...*cívicos*, verdadeiros ...*maus costumes* que nos conduziram a esta espécie ...*de abismo*, ou a borda dele, em que nos encontramos. Ir além ...*da aparência das coisas* é missão da epistemologia, cuja ética melhora o burocratismo e a breguice.** [↑](#footnote-ref-34)
34. **Chamou-me à atenção que isso teria se dado exatamente no momento de contenção, em que nossos máximos órgãos judiciários – O Supremo Tribunal e a Procuradoria Federal de Justiça –ao não respeitarem limites de custos, como que praticaram um ato de insanidade institucional. Deliberaram pelo aumento de remuneração de seus membros (cuja consequência, em cascata, é produzir danosa avalanche de despesa pública em todo o país), com a nação quebrada, ...*em caos* de desemprego, bagunça administrativa, financeira e moral, por efeito da corrupção generalizada. Pedantes, esnobes e eruditos perguntariam se os sacerdotes do Direito estão de costas para as aras da Justiça no Brasil.** [↑](#footnote-ref-35)
35. **Limites: Os pais exercem autoridade civil ...*sobre* os filhos que estão sob sua ...*autoridade familiar* até os dezoito anos. Profissionais não exercem autoridade civil ...*sobre as pessoas,* mas sim, a autoridade legal e acadêmica ...*de produzir diagnósticos*, caso a caso, e de ...*comandar soluções* de problemas no âmbito de sua especialidade.**  [↑](#footnote-ref-36)
36. **Quando há proteção integral nós somos ...*a consciência* que a natureza tem de si mesma. O zelo nos aspectos ecológicos ...*da proteção integral*, coisas como higiene infantil, limpeza das águas, saneamento em comunidades, demonstram-se questões ...*de legítima defesa* a que a natureza submete a humanidade sob comando da Lei ...*de persistência no* ser. No caso, ...*persistência da vida com saúde*.**

    **Na ...*Muralha e os Livros*, em sua ...*Antologia* Pessoal, Borges diz de ...*todas as* coisas que, segundo Baruch Espinosa, ...*querem persistir em seu* ser. Para meu amigo Sangirardi Júnior, grande publicitário brasileiro do Século XX, que morreu sem escrever seu ...*O Velho e o Bar* (como o pescador em luta com os tubarões de Hemingway em ...*O Velho e o Mar*), a humanidade tem sido o câncer da natureza.**

    **A procura pela ...*Teoria de Tudo*, entretanto, ...*nos induz* à solidariedade nos campos da vivência, da senciência e da consciência como produtos da própria natureza que se auto-percebe viva, ciente, consciente, e cria focalização (assim o intuíram Sagan e Chardin, também no Século XX) ...** [↑](#footnote-ref-37)
37. Derivação das Idéias expostas pelo jurista Roberto Lyra Filho (1926-1986) há cinquenta anos atrás. [↑](#footnote-ref-38)
38. **Houaiss - Ente: É o “ser”. Vivente: É todo ser “vivo”. Senciente: É todo ser que percebe pelos sentidos. Consciente: É todo ser que tem conhecimento de sua própria “existência”.** [↑](#footnote-ref-39)
39. **Desde que não contaminada pela burocracia, podemos ter aí a novíssima, criativa e heurística ...*episteme*, atuando sobre o velho e cediço ...*senso comum*.** [↑](#footnote-ref-40)
40. **Houaiss – Incólume: sem lesão ou ferimento; livre de dano ou perigo; são e salvo; intato, ileso.** [↑](#footnote-ref-41)
41. **Se achar que vale a pena, acesse** [**https://sedaedson.blogspot.com/**](https://sedaedson.blogspot.com/) **para ver imagens de cursos, oficinas e seminários de formação epistêmica, conceitual e motivacional de valorosos conselheiros de direitos e tutelares, profissionais do Creas e outros agentes públicos ...*da proteção integral*.**  [↑](#footnote-ref-42)
42. **Houaiss: Egotismo: apreço, amor exagerado pela própria personalidade; egolatria – Solidariedade: Compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas** [↑](#footnote-ref-43)
43. **Delfin Neto, com sua típica ironia, comenta que nossa Lei Maior regula até ...*transfusão de sangue*, como no § 4º do seu artigo 199:** “***A lei disporá sobre ... processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.”*** [↑](#footnote-ref-44)
44. **Se sucumbir corre o risco de chefiar ... *organizações corporativas* e, não, ser ...*um estadista*.** [↑](#footnote-ref-45)
45. **...*A Criança e o Fiel* da *Balança* é o título de um ensaio de 2004 deste autor, acessível livremente em** [**http://www.edsonseda.com.br/acribal.rtf**](http://www.edsonseda.com.br/acribal.rtf)**, que trata do misterioso equilíbrio entre a força ...*da autoridade* e a força... *da liberdade*, no mundo em que ...*os bons* convivem ...*com os maus*.** [↑](#footnote-ref-46)
46. ## **Segundo o The Free Dctionary: ...” argh  (ɑːx; æx) *interj.* an exclamation expressing pain”**

    [↑](#footnote-ref-47)
47. **Proudhon tornou-se desafeto de Karl Marx (1818-1883) quando escreveu ...”*A Filosofia da Miséria*” e o antigo camarada – bicentenário neste ano de 2018 - retrucou com ...”*A Miséria da Filosofia”*.** [↑](#footnote-ref-48)
48. **A carta, junto com o relatório ambiental do casal Meadows, foi amplamente divulgada e badalada no Brasil há quarenta anos. Pode ser lida aqui:** [**http://fiosdegaia.com.br/carta-cacique-seattle/**](http://fiosdegaia.com.br/carta-cacique-seattle/) **A burocracia que se diz ...*de direita*, não pode deixar de lado ...*o fato* de que foi no Rio de Janeiro que se deflagrou o combate universal (...*Rio 92*) contra as ...*agressões* que nós, humanos, sistematicamente praticamos sobre ...*a natureza*. Arrrghhh, leitor.** [↑](#footnote-ref-49)
49. **De certa forma, leitor, ....*os menoristas* (os que olham crianças e enxergam ...*menores* incapazes), ignoram o passar do conceito (cardinal) ..*de adestramento* para o conceito (ordinal) ...*da educação*, quando dizem que até dezessete anos, onze meses, vinte e nove dias, vinte e três horas, cinquenta e nove minutos, cinquenta e nove segundos, crianças são menores ...*incapazes*, e só se tornam maiores ...*capazes*, naquele instante em que, ...*de supetão*, completam ...*dezoito anos*. Ignoram como conceber ...*o recheio* ordinal da cidadania.** [↑](#footnote-ref-50)
50. **Mas este é tema para meu ensaio do ano de 2019.** [↑](#footnote-ref-51)
51. **Quem ...*acompanha* caso é profissional de equipe multidisciplinar e, nunca, burocratizado ...*Conselho Tutelar*. Portanto, vamos cobrar da nova burocracia, que se diz ...*de direita*, como havíamos cobrado da que se dizia ...*de esquerda*, que não apenas respeite a identidade social e cultural dos índios, como inclua ...*antropólogo* nas equipes interdisciplinares dos CREAS, em garantia do epistêmico ...*desenvolvimento social* do povo brasileiro.** [↑](#footnote-ref-52)
52. **Vivemos uma era em que ...*perscrutar* o passado do próprio ...*Universo*, ou antes dele, no que muitos chamam ...*de Multiverso*, virou moda entre cosmólogos, com ampla influência midiática sobre o senso comum ...*do povo* que vive em nossa, digamos, ...*zona habitável*, que é cada um de nossos municípios..**  [↑](#footnote-ref-53)
53. **Ver, em seu município, se a burocracia induz o Conselho Tutelar ao ...*desvio* de finalidades e a ...*usurpar* funções epistêmicas de profissionais habilitados, pois conselheiros ...*não podem* fazer ...*a anamnese*, nem podem realizar ...*o diagnóstico* de famílias ou escolas, como vem ocorrendo em variados municípios. Segundo a Constituição, o Estatuto e a LOAS, os dois Conselhos, o de Direitos (para direitos difusos) e o Tutelar (para direitos individuais) são instâncias controladoras (ver artigos 90, 91 e 95 do Estatuto) ...*dos programas* de proteção para vítimas ou sócio-educativos para vitimadores, e, não, para ...*intervenções* sobre famílias e escolas. Há que haver ...*divisão epistêmica* de trabalho, na política pública de proteção social. E nunca, ...*usurpação de funções*.** [↑](#footnote-ref-54)
54. **Procurando ter em mente que não há palavras ...ociosas nas leis, ler a palavra ...*contingência*, leitor, no art. 6 “c” § 2º da LOAS: *“O Creas é a unidade pública ... destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco ... por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial”.***

    **Se o Creas, *órgão ..*.do Estado em nível municipal falha, ...*viola direitos* e, pois, caracteriza-se a hipótese “I” do artigo 98 do Estatuto*:*** *Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;* **Como órgão ...*fiscalizador* do Creas (art. 95), o Conselho Tutelar é ...*autoridade competente* para, nessa hipótese, ...*determinar* que o Creas dê a ...*proteção social especial* através de epistêmicos especialistas, nos termos do artigo 136, I, II e 101, II do Estatuto, em programa ...*inscrito* (quer dizer, ...*aprovado*) pelo Conselho Municipal (art. 90).** [↑](#footnote-ref-55)